UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

IVO PAULINO SOARES

A crítica como forma:

Argumento, Almanaque e a vida intelectual paulista na década de 1970

São Paulo

2017

IVO PAULINO SOARES

A crítica como forma:

Argumento, Almanaque e a vida intelectual paulista na década de 1970

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Departamento de Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

São Paulo

2017

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

S676c Soares, Ivo Paulino
A crítica como forma: Argumento, Almanaque e a vida intelectual paulista na década de 1970 / Ivo Paulino Soares ; orientador Maria Arminda do Nascimento Arruda. - São Paulo, 2017.
129 f.

Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Sociologia. Area de concentração: Sociologia.

1. Intelectuais. 2. Universidade. 3. Cultura . 4. Política. 5. Crítica Literária. I. Arruda, Maria Arminda do Nascimento, orient. II. Título.

Catálogo na Publicação Serviço de
Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

SOARES, Ivo Paulino Soares. **A crítica como forma:** *Argumento, Almanaque* e a vida intelectual paulista na década de 1970. Dissertação (Mestrado) apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Instituição _____

Julgamento _____ Assinatura _____

Aos meus pais, Luiz e Maria Ofélia, às minhas irmãs, Carolina e Mariana, ao meu irmão, Murilo, e a todas as pessoas da minha família, pelo apoio e pela história que me deram.

AGRADECIMENTOS

(...) o que somos é feito do que fomos, de modo que convém aceitar com serenidade o peso negativo das etapas vencidas.

Antonio Candido, 1981

Ao Programa de Pós- Graduação em Sociologia, à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e à Universidade de São Paulo, pela oportunidade de realização do curso.

À CAPES, pela concessão da bolsa de mestrado e pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Aos professores que compuseram a banca de defesa da dissertação, Heloísa Pontes, Luiz Carlos Jackson e Maria Alice Rezende de Carvalho, pelas sugestões, comentários e críticas, tanto aqueles incorporados nesta versão corrigida, quanto aqueles que ficarão para a vida.

Aos professores do Departamento de Sociologia, pelo ambiente inteligente e estimulante. Ao professor Leopoldo Waizbort, agradeço por ter me doado suas revistas, à professora Maria Helena Oliva- Augusto, agradeço pela leitura generosa do projeto de mestrado, aos professores Fernando Pinheiro, Luiz Carlos Jackson e Sérgio Miceli, agradeço pelas aulas e pelos debates no núcleo de Sociologia da Cultura.

Aos professores que compuseram o exame de qualificação, Angela Alonso e Luiz Carlos Jackson, pelas contribuições e orientações marcantes; espero ter incorporado as sugestões de ambos durante este último ano. À professora Angela Alonso, agradeço pelas aulas inesquecíveis na graduação, decisivas na minha escolha pela área.

À minha querida turma de mestrado, principalmente pela experiência maravilhosa na disciplina de Análise de Projeto, sob coordenação da professora Maria Helena. Os amigos, colegas e interlocutores conquistados nesse momento foram muitos, César Niemietz, Eduardo Cornelius, Giovanna Marcelino, Gustavo Higa, Karina Fasson, Lilian Krohn, Michel Mustafá, Natália Otto, Rafael Kruchin, Renato Abramovicz e Romulo Lélis. Agradeço a todos e todas pelo acolhimento, pela ternura, pelo respeito, pelos cafés e pelas conversas entre nós.

À Lígia Lemos e à professora Cristina Mungiolli, componentes do meu primeiro grupo de pesquisa, ainda na graduação, no Centro Estudos da Telenovela. Agradeço a elas pelo aprendizado e pela experiência.

Agradeço a todos do núcleo de Sociologia da Cultura, pelo diálogo e por me ajudarem a construir um lugar na pós- graduação, a todos do Sequências Brasileiras, por

terem revigorado o meu interesse na universidade, e todos do grupo de orientação, que me ajudaram a construir as ideias e a pesquisa. Com carinho, agradeço a Darlan Praxedes, Flávia Brancallion, João Victor Kosick, Monica Moraes, Wellington Mendonça, Willian Santos, Fabi Vilão, Gabriel Siracusa, Leonardo Octávio, Matheus Cosmo, Mirian Costa, Rafael Marino, João Ivo Guimarães, Laysmara Edoardo, Max Gimenes, Pedro Serra, entre muitos outros. Agradeço especialmente a Francesco Tomei, Marcello Stella e Rodrigo Amaral, pelas amizades inestimáveis nos últimos anos. Espero que nossas parcerias sejam retomadas e frutifiquem por muito tempo.

Aos meus amigos, que são muitos. Aos meus amigos que moraram e moram comigo durante o mestrado, pela paciência e senso de humor, Eduardo Xavier, Robinson Alves, Bruna Nicodemos e Juliana Cristina Alves, que também generosamente me ajudou a formatar as tabelas. Aos meus amigos que moraram comigo na graduação e me deram as maiores alegrias naqueles anos, Adriana Alves, Eduardo Carvalho, Fabrício Pires, Janaina Silva, Vania Valva, Vivian Valva. Aos meus amigos que me acompanharam na escolha pelas ciências sociais e pela sociologia, Dressa Alves, Dani Weiss, Camila Oliveira, Camila Zulato, Clara Souza, Fernanda Machado, Juliana Campos, Laís Rodrigues e Gustavo Queiróz. Às minhas amigas que ficaram em Piracaia me mandando os melhores afetos, Alessandra e Carolina Giannotti, Ingrid Matiello e Renata Correa, irmãs de coração. Aos meus amigos do Piracaia na Leitura, a Amanda Leal Oliveira e Marco Maida, pelo estímulo, e ao Guilherme Salgado Rocha, pela rápida companhia e pelos belos exemplares do *Opinião*. Aos meus amigos que conheci nos três anos de trabalho no Banco do Brasil, especialmente, a Divinha Gomyde, meu maior presente daquela experiência. Em nome dela aproveito e agradeço a todos vivenciaram comigo aqueles anos intensos de amadurecimento político, pessoal e profissional; foram bonitos tempos todos aqueles tempos.

Às minhas queridas professoras, Andréa Paes, Denise Galante, Fátima Brito e Majo Balastreire Forghieri, agradeço o exemplo de vida e de trabalho, que me orientam todos os dias.

À minha enorme e preciosa família, que me deu o melhor que tinha. Aos meus pais, Luiz e Maria Ofélia, que me financiaram por muito tempo, que me deram apoio quando eu mais precisei, que me ajudaram a fazer escolhas e que me amaram. Às minhas irmãs, Carolina e Mariana, ao meu irmão, Murilo, aos meus cunhados, sobrinhos, parentes diversos, todos que se sentiram parte da nossa casa e que me encheram de incentivos para uma carreira tão difícil.

Por último, agradeço à professora Maria Arminda do Nascimento Arruda, pelo tempo e pela energia gastos nos anos de orientação.

É assim com o nosso passado. Trabalho perdido procurar evocá-lo, todos os esforços de nossa inteligência permanecem inúteis. Está ele oculto, fora de seu domínio e de seu alcance, em algum objeto material (na sensação que nos daria esse objeto material) que nós nem suspeitamos. Esse objeto, só do acaso depende que o encontremos antes de morrer, ou que não o encontremos nunca.

Marcel Proust, 1913

A verdadeira imagem do passado passa por nós de forma fugidia. O passado só pode ser apreendido como imagem irrecuperável e subitamente iluminada no momento do seu reconhecimento. (...) Porque é irrecuperável toda a imagem do passado que ameaça desaparecer com todo o presente que não se reconheceu como presente intencionado nela.

Walter Benjamin, 1940

RESUMO

SOARES, Ivo Paulino. **A crítica como forma:** *Argumento, Almanaque* e vida intelectual paulista na década de 1970. 2017. 136f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

A dissertação é dedicada à análise dos intelectuais que escreveram e protagonizaram as revistas *Argumento- Revista Mensal de Cultura* (1973-1974) e *Almanaque- Cadernos de Literatura e Ensaio* (1976-1982) e à análise da conjuntura universitária, política e cultural específica que compõe a história das revistas e desses intelectuais. As revistas foram protagonizadas, sobretudo, por críticos literários que conseguiram se preservar na Universidade de São Paulo durante a Ditadura Militar (1964-1985) e que mantiveram intensa atividade intelectual tanto na academia quanto na imprensa. Entre esses intelectuais, destaca-se Antonio Candido, ele próprio um acadêmico sobrevivente à repressão militar, crítico literário, intelectual engajado, figura aglutinadora de *Argumento* e presença indireta em *Almanaque*, em que teve vários de seus alunos escrevendo e lhe oferecendo homenagem. Embora a preocupação desses críticos com o universo da cultura nacional, principalmente o literário, seja o eixo central dessas revistas, as duas publicações expressaram também tendências e orientações diversas que fugiram do escopo tradicionalmente atribuído à crítica, ou seja, preocupações oriundas de uma fração mais abrangente de intelectuais que se desdobrou entre a universidade e o debate público no Brasil na década de 1970, a partir de meios de comunicação permeáveis à conjugação de expressões culturais, políticas e acadêmicas. Pretende-se, portanto, com o estudo de caso dedicado a esse grupo de críticos literários e às suas revistas, compreender um problema de pesquisa maior, que se refere à vida intelectual sedimentada na universidade paulista, que se utilizou das revistas como expressão universitária e como engajamento público na conjuntura brasileira da década de 1970, marcada pelo acirramento da Ditadura Militar.

Palavras-chave: Intelectuais. Universidade. Cultura. Política.

ABSTRACT

SOARES, Ivo Paulino. **The critics as a form:** Argumento, Almanaque and paulista intellectual life in the decade of 1970s. 2017. 136f. Dissertation (Master) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

This dissertation is devoted to the analysis of the intellectuals who have written in the journals Argumento – Revista Mensal de Cultura (1973-1974) and Almanaque- Cadernos de Literatura e Ensaio (1976-1982) and to the understanding of the specific university, political and cultural conjuncture that composed the history of these publications and of these intellectuals. The magazines were mainly performed by cultural critics who remained at the University of São Paulo during the Brazilian Military Dictatorship (1964-1985) and who maintained intense intellectual activity both in academia and in the press. Among these intellectuals, the figure of Antonio Candido stands out, himself an academic survivor of the military repression, he was literary critic, he was politically active intellectual, he was an agglutinative figure of Argumento and an indirect presence in Almanaque, where several of his students wrote and offered him homages. Although the central focus of these journals is the critics' concern within the universe of national culture, especially that of literature, the two publications also expressed different tendencies and orientations, which fled out of scope traditionally assigned to critics, in other words, concerns came from a larger fraction of intellectuals that unfolded between the university and the public debate in Brazil in the 1970s, presenting the magazine as a medium of communication permeable to the combination of artistic, political and academic expressions. Hence, our dedication to the case study of this group of critics and their magazines aims at the comprehension of a bigger research issue: the relationship between the intellectual life settled around the paulista university, which used magazines as a collective expression in the Brazilian conjuncture of the 1970s, marked by the intensification of the Military Dictatorship.

Keywords: Intellectuals. University. Culture. Politics.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADUSP	Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo
CEBRAP	Centro Brasileiro de Análise e Planejamento
CEDEC	Centro de Estudos da Cultura Contemporânea
FFCL	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
FFLCH	Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
IEB	Instituto de Estudos Brasileiros
IEL	Instituto de Estudos da Linguagem
IFCH	Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
ISEB	Instituto Superior de Estudos Brasileiros
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PUC	Pontifícia Universidade Católica
PT	Partido dos Trabalhadores
SBPC	Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência
TLLC	Teoria Literária e Literatura Comparada
USP	Universidade de São Paulo
UNICAMP	Universidade Estadual de Campinas
UNESP	Universidade Estadual de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
REVISTAS E GRUPOS CULTURAIS	20
CRÍTICOS E MODERNISTAS	30
CRÍTICOS E UNIVERSITÁRIOS	34
CRÍTICOS E INTERESSADOS	41
CRÍTICOS E ESPECIALISTAS	45
IDEIAS E PRÁTICAS	49
CULTURA E POLÍTICA.....	49
CULTURA BRASILEIRA E IDEOLOGIA NACIONAL	57
TEMAS E MATERIAIS	63
CULTURA E HISTÓRIA.....	112
INTELECTUAIS E A MODERNIZAÇÃO BRASILEIRA.....	113
ANÁLISE DE ÉPOCA E IDENTIFICAÇÕES NEGATIVAS.....	122
REFERÊNCIAS	128

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa se dedicou aos críticos de cultura e encontrou os intelectuais engajados. Em outros termos, a pesquisa foi iniciada com o interesse em um tipo de intelectual muito específico e atuante na história da universidade brasileira, o crítico, e construiu um outro tipo, o intelectual engajado, entendido como o universitário com envolvimento político.

Como será defendido, no que toca ao material das revistas *Argumento*— *Revista mensal de cultura* e *Almanaque- Cadernos de literatura e ensaio*, estes dois tipos mantêm afinidades, diálogos constantes e, sobretudo, uma homologia de posições na conjuntura política e universitária paulista da década de 1970, genericamente entendida como a década de 1970. Nesse sentido, a atividade da crítica exposta nas revistas será explorada pela sua semelhança com atividades que aparentemente nada se referem a ela, como o engajamento dos intelectuais paulistas nos movimentos sociais, nos partidos e na imprensa da mesma época. Olhar para o outro do crítico, o intelectual engajado, que não é exatamente seu oponente, sequer seu concorrente, mas um intelectual diferente que mantém semelhanças, permitiu caracterizar o grupo de críticos que escreve em *Argumento* e *Almanaque* como intelectuais interessados; quer dizer, caracterizados também por formarem um grupo que dota a crítica de significado político. Além dessa característica, a pesquisa descreve esse grupo pelo seu interesse no modernismo brasileiro e na história da cultura nacional, pelas características paulistas da sua formação universitária e pela especificidade da sua especialização na pós-graduação, em que a crítica pode ser defendida tanto pela sua atividade cultural quanto pela sua atividade acadêmica. A pesquisa finaliza, ainda, com a caracterização histórica dos críticos e dos intelectuais engajados, pensados como intelectuais inseridos no problema da modernização brasileira e da sua crise, temas caros aos cadernos e às suas ideias.

Porém, estas são conclusões da dissertação e não o caminho percorrido até elas. O caminho possibilita entender esses fenômenos e outros mais. A pesquisa começou com um balanço bibliográfico a respeito dos críticos e da crítica como fenômenos intelectuais brasileiros e como fenômenos compreensíveis pela sociologia dos intelectuais no Brasil. Entre os traços marcantes apontados pela bibliografia, estão aqueles que se referem à natureza ambígua que a crítica literária adquiriu na universidade brasileira; de um lado, inserida em pressupostos, experiências e valorações do cânone literário nacional e, de outro, inserida em

pressupostos, experiências e valorações dos métodos científicos da universidade¹. Em termos gerais, o balanço nota como a bibliografia já se deteve substantivamente sobre o trabalho dos críticos entre as décadas de 1930 a 1960, com atenção especial ao que mais tarde se entendeu como a vertente dominante da crítica literária no Brasil, a tradição social e histórica de estudos literários da Universidade de São Paulo, o trabalho de Antonio Candido na renovação e institucionalização do ofício pela universidade, a constituição de uma tradição intelectual em torno dele e o diálogo e a diferenciação entre a crítica e a sociologia. De outro lado, também já houve pesquisa sobre a noção de campo da crítica literária nas décadas recentes, principalmente a respeito das divergências da crítica na década de 1980, demonstrando diferenças entre os polos dominantes da crítica formalista e da crítica social e histórica brasileira, já explorados a partir das diferenças entre figuras de Augusto e Haroldo de Campos, do lado formalista, e de Antonio Candido e Roberto Schwarz, do lado social e histórico; além das particularidades das críticas contemporâneas de Alfredo Bosi e Silviano Santiago, paradigmáticas de abordagens distintas².

Por consequência, o encontro entre 2015 e 2016 com as revistas *Argumento – Revista mensal de cultura* e *Almanaque – Cadernos de literatura e ensaio*, materiais expressivos de críticos da Universidade de São Paulo na década de 1970, trouxe à luz outras dimensões do trabalho desses intelectuais, tais como a proximidade deles com intelectuais cada vez mais engajados no debate político brasileiro, a proximidade e o interesse deles em atividades literárias o significado construído por eles a respeito da crítica, do país e da intelectualidade nacional. Em resumo, de início, é possível dizer que no momento de encontro com os materiais havia uma separação entre dois problemas de pesquisa e que o material das revistas permitiu e exigiu articulação entre eles; a saber, o problema de pesquisa que toca a relação entre a universidade e a literatura e aquele toca a relação entre a universidade e a política. O primeiro problema foi bastante observado em dois momentos, nos anos iniciais da USP, em especial, na chamada fase artesanal e carismática da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, na primeira década após a sua fundação em 1934, quando em torno da revista *Clima* em São Paulo emergiu críticos de voz universitária e de diálogo com os pressupostos modernistas, e também na revista *Almanaque*, entre 1976 e 1982 com ensaios e expressões literárias diversas dos críticos universitários. Já o segundo problema foi bastante observado

¹ Nesse ponto, tomo como referência e diálogo as teses de Lafetá [1974(2000)], Arruda (1995), Pontes (1998), Garcia (2000), Jackson (2002), Moura (2004), Ramassote (2006), Waizbort (2007), Blanco e Jackson (2014).

² Cf. Moura (2004).

em outra fase, décadas depois, na crise dessa mesma faculdade após a aposentadoria compulsória de alguns dos seus principais intelectuais em 1969, como é observado principalmente na revista *Argumento*, mas também observado na mesma época no jornal *Opinião* e na revista *Novos Estudos Cebrap*. A possibilidade de articulação entre esses dois problemas, a intersecção entre a universidade e a política e a intersecção entre universidade e a literatura, permitiu a construção dos dois tipos de intelectuais acadêmicos, o intelectual engajado e o crítico de cultura, que foram atuantes nas revistas e na cena intelectual entre 1973 e 1982, anos de circulação das suas publicações.

Em termos gerais, a partir de uma história desses intelectuais na década de 1970, a pesquisa propõe a reconstrução do debate público em que as revistas estiveram inseridas, em especial seus críticos, no momento em que sedimentavam sua especialização na pós-graduação da universidade e consolidavam a natureza fronteira do seu ofício. Mais que inferir os valores políticos e ideológicos desses intelectuais, o material tomado nessa pesquisa possibilita demonstrar como um conflito político foi relevante na conformação da modalidade da crítica realizada por eles, atingindo o próprio significado que a crítica adquiria na vida intelectual daquele momento, seja no debate acadêmico, seja no debate público fora da universidade, como modalidade adequada a diferentes finalidades intelectuais. Outros resultados também aparecem nessa dissertação, causados pelos rumos inesperados da pesquisa. Entre os mais importantes, está o que descreve a relevância dos intelectuais para o processo de abertura democrática, assunto já pesquisado, mas ainda pouco associado a atividade dos críticos. A experiência de confrontar pelas revistas esses intelectuais cada vez mais inseridos na universidade com aqueles que, ao contrário, deixavam a universidade para se dedicarem integralmente à carreira política trouxe à luz o trabalho imprescindível de mediação da imprensa no trânsito entre a esfera pública e o debate acadêmico. O que se percebe a mais, na análise da revista e de fenômenos intelectuais da década de 1970, é a confluência entre debates muitas vezes considerados distintos e que no escopo da pesquisa demonstram diálogos e afinidades, como o engajamento intelectual e a especialização universitária da crítica.

Dada a quantidade e a variedade de questões levantadas, a explicitação da natureza da pesquisa e das escolhas que ela envolveu se tornam necessárias. Houve, inicialmente, a tentativa de tratar as revistas e seus intelectuais no âmbito dos estudos do chamado

pensamento social e político brasileiro³, realizados em franco diálogo com a história das ideias e das mentalidades desenvolvidas no Brasil. O grande tema das ideias, dos intelectuais, da universidade e da cultura, além de serem questões presentes na bibliografia a respeito do material, são questões propriamente debatidas no interior dos cadernos, como temas frequentes dos seus intelectuais e questões-chave para eles na análise da sociedade e da cultura brasileira. Nos dois cadernos, podemos observar exemplos claros de textos que podem ser inseridos nessa tradição de estudos sobre o país com interesses em compreensões macro-históricas e interpretações políticas e culturais de largo alcance. Por consequência, a convergência entre bibliografia e objeto da pesquisa, como veremos, não foi difícil de ser justificada, na medida em que com facilidade se reconheceu a natureza acadêmica dos intelectuais e dos textos de *Argumento* e *Almanaque*, mesmo quando sua produção se deu em situações alheias a universidade e inserida em discursos políticos e culturais. Por isso, logo, de saída, admitiu-se o quanto a história recente da vida intelectual e acadêmica no Brasil se passou em registro público, seja ele político ou cultural e o quanto o material das revistas deveria ser lido nesse registro⁴.

Porém, a análise do pensamento brasileiro da perspectiva da sociologia contemporânea da cultura exigiu um passo a mais, e isto foi a compreensão da crítica acadêmica inserindo-a em um espaço social a ser esmiuçado, ou seja, entendendo as relações que a crítica manteve com outras modalidades intelectuais, as quais por motivos diversos criou distanciamentos e proximidades, como a relação que manteve com os chamados ensaios de interpretação, as vanguardas modernistas, a sociologia, a filosofia e a psicanálise. Essa escolha tornou a história da crítica e dos críticos estudados no interior da universidade brasileira um ponto central a ser explorado na pesquisa, algo que nos permitiu trabalhar posteriormente com dimensões variadas dos cadernos, como classificar a gama de mestres e discípulos que neles se apresentaram como tais, notar a tentativa dos intelectuais paulistas de construir na década de 1970 uma tradição intelectual com envergadura cultural, política e acadêmica na

³ Chamamos de *pensamento social brasileiro* as pesquisas interdisciplinares que assim se autodenominam ou são identificadas como estudos das tradições brasileiras de pensamento intelectual, político e cultural (Botelho, Schwarcz, 2011).

⁴ Maria Alice Rezende de Carvalho já reconheceu as continuidades da tradição pública da intelectualidade no Brasil com o debate acadêmico que se desenvolveu depois da forte institucionalização universitária (Carvalho, 2007).

qual eles próprios pudessem estar incluídos e, por último, perceber conflitos subjacentes aos seus textos e práticas, estruturantes dos pontos de vista apresentados⁵.

Portanto, ao final da pesquisa, ela se deu em diálogo com o volume de investigações que, com o passar dos anos, passou a ser denominado de sociologia dos intelectuais ou sociologia da vida intelectual brasileira, entendida de forma abrangente como vertente da sociologia da cultura e como área de maior interesse na sociologia para o tratamento do chamado pensamento social brasileiro⁶. Porém, entre a abordagem interdisciplinar dos estudos de pensamento social brasileiro e a abordagem da sociologia dos intelectuais, outro recorte foi dado e se referiu às conjunturas históricas e políticas como fenômenos como fundamentais para a análise dos intelectuais e da sua distribuição no debate universitário, político e cultural do Brasil. Ou seja, o fato dos intelectuais das revistas serem predominantemente acadêmicos e a questão da modernização e do modernismo brasileiros serem caros às suas reflexões exigiu a seleção de pesquisas em que os fenômenos identificados com a intelectualidade engendrada na universidade brasileira foram relacionados à ascensão da cultura moderna no Brasil⁷. Mais especificadamente, são trabalhos que nos ajudaram a identificar o impacto da constituição da universidade no Brasil *pari passu* a análise das profundas transformações culturais ocorridas no país desde a década de 1930. Não apenas. São trabalhos que ajudaram a reconhecer a dificuldade de consolidação de uma vida intelectual propriamente moderna no Brasil até a década de 1970, ou seja, perceberam a dificuldade de consolidação de uma vida intelectual erigida sob os cânones próprios da ciência, da filosofia, da literatura e das artes enquanto instâncias culturais fragmentadas e autônomas umas das outras, desenvolvidas na universidade ou em instituições específicas, em diálogo com elas, ou pelo menos desenvolvidas paralelamente ao desenvolvimento dessas instituições.

Com essa bibliografia de origens diversas, é possível afirmar como o período de 1930 a 1970 no Brasil, ainda que heterogêneo, representou para o país o momento da sua grande

⁵ Cf. Pontes (1998); Jackson (2002); Moura (2004); Ramassote (2006); Waizbort (2007); Blanco, Jackson (2014).

⁶ Os estudos ganharam levantamentos em vários balanços de sociologia dos intelectuais, sociologia da cultura e de pensamento social brasileiro, como “Intelectuais brasileiros” (Miceli, 2002), “Intérpretes do Brasil” (Oliveira, 2002), “Ideias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura...” (Maia, 2006), “Temas sobre a organização dos intelectuais no Brasil” (Carvalho, 2007), “Sociologia da Cultura e Sociologia da Comunicação de Massa: Esboço de uma problemática” (Arruda, 2010) e “Pensamento Social Brasileiro” (Bastos, Botelho, 2010).

⁷ Cf. Fernandes (1980), Cardoso (1982), Candido (1992), Lahuerta (1999), Garcia (2002), Arruda (2003), Ortiz (1985, 1987, 1990), Mota (2008).

modernização nacional, em que a questão da modernidade se tornou a questão primordial da agenda política, social e cultural brasileira, inclusive para a agenda da vida intelectual brasileira, que também se modernizava. Traçando paralelos a serem explorados a partir dessa consideração, será discutido como os estabelecimentos da universidade e da vida intelectual moderna no país se realizaram tal como a própria história da modernização nacional; um tanto bem-sucedida, um tanto em diálogo com o atraso, com tendências diversas e sempre em disputa pela sua consolidação. Essas delimitações nos permitiram explorar mais uma dimensão do material estudado, a expressividade histórica das revistas, isto é, um objeto que se caracteriza por ser indissociavelmente acadêmico, cultural, político e, sobretudo, engendrado em uma conjuntura bastante específica, de 1973 e 1982, a ser esmiuçada.

Por fim, a pretensão analítica da pesquisa buscou conjugar as duas vertentes mais comuns dos estudos sobre intelectuais, as que trataram propriamente dos seus textos e as que se dedicaram aos seus condicionantes externos; pretensão que, por sua vez, não é necessariamente recente na área e nem sempre um dilema a ser enfrentado, ainda que continue um desafio exposto em maior ou menor medida nos balanços sobre o estado de coisas da sociologia da cultura⁸. Os autores mobilizados como instrumentos para a pesquisa, Beatriz Sarlo, Theodor W. Adorno e Raymond Williams, além da bibliografia específica, foram analistas empíricos e teóricos da cultura interdisciplinares, lidos na sociologia, que nos ajudaram a pensar conjuntamente fenômenos históricos, intelectuais, culturais e políticos. Eles foram utilizados para i) a tratar materiais erigidos em conjunturas históricas e políticas específicas, ii) a pensar reflexivamente a relação de proximidade entre a perspectiva analítica e o objeto pesquisado, e iii) a caracterizar os problemas dos intelectuais nas diversas esferas em que eles atuam. As utilizações de Theodor W. Adorno e Beatriz Sarlo foram mais pontuais, já as utilizações de Raymond Williams foram bastante abundantes, compondo muito da perspectiva da dissertação a respeito do trabalho intelectual, da sociologia e da análise do objeto, a partir de noções de grupo culturais, de *ethos*, de estrutura de sentimentos, de cultura dominante, residual ou emergente e de identificação negativa; cada uma justificada na sua utilização.

Adiante, a presente dissertação está dividida em três capítulos - “Revistas e grupos culturais”, “Ideias e práticas” e “Cultura e história” - para serem lidos em continuidade e que compõem uma estratégia narrativa a respeito dos intelectuais de *Argumento* e *Almanaque* durante a década de 1970. Não há qualquer pretensão de esgotamento do objeto e da análise

⁸ Ver Pontes (1997) e Maia (2006).

desses problemas, porém, como foi dito, há a pretensão de tornar mais clara a história desses críticos e intelectuais engajados na década de 1970 e de oferecer uma possibilidade de interpretação sociológica dos intelectuais, das revistas e do contexto em que eles foram erigidos, tomando as revistas como principais fontes documentais para as questões trabalhadas. As três partes foram trabalhadas desde a perspectiva mais imediata de encontro com os cadernos até a reconstrução da conjuntura política e histórica mais abrangente em que as publicações se estruturaram, passando pela análise dos interesses e do trabalho intelectual propriamente envolvido. Na primeira parte, a dissertação procurou descrever as revistas e a distribuição dos intelectuais em grupos de atuação, de interesse e de identidade intelectual. Na segunda parte, prosseguiu pela interpretação das ideias e das práticas relacionadas a esses grupos, principalmente as que estiveram mobilizadas na década de 1970 e nos cadernos publicados, pensando nas divisões estabelecidas na primeira parte. Por último, a dissertação objetivou um diagnóstico da conjuntura e a explicitação do modo como ela esteve relacionada a esses intelectuais, seja como parte da própria construção política deles, seja como condicionante do seu trabalho intelectual, seja como representação construída por eles. Além dos cadernos e da bibliografia selecionada, foram utilizadas também entrevistas, memórias e outras formas de depoimento intelectual, de Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, José de Souza Martins, Paulo Eduardo Arantes, Roberto Schwarz e Paul Singer, utilizadas nas epígrafes e citadas pontualmente, todas a respeito das experiências estudadas e do período recortado.

REVISTAS E GRUPOS CULTURAIS

Porque instância crítica, a leitura das múltiplas narrativas que se encontram nas revistas permite ao historiador traçar a genealogia e o desenvolvimento de paradigmas políticos e de cânones culturais engendrados, ora nas alianças que se fortalecem como resultado da comunhão ideológica que a constituição de suas redes implica e como derivação de valores geracionais e de itinerários socioculturais compartilhados, ora nos confrontos e polêmicas que suas enunciações suscitam no meio intelectual. Cristiano Couto (Couto, p.3, 2013).

Entre todas las modalidades de intervención cultural, la revista pone el acento sobre lo público, imaginado como espacio de alineamiento y conflicto. Su tiempo es, por eso, el presente. Beatriz Sarlo (Sarlo, p.9, 1992).

Desta forma, este é o verdadeiro problema da análise social e cultural de qualquer tipo organizado de grupos: levar em consideração não apenas as ideias e as atividades manifestas, mas também as ideias e posições que estão implícitas ou mesmo que são aceitas como um lugar-comum. Raymond Williams (Williams, p.4, 1999).

As revistas de cultura são parte de um discurso político e cultural dos intelectuais. Elas dão voz à vontade de intervenção dos seus criadores. Aspiram, sobretudo, a uma presença abrangente na realidade mais imediata. Seu tempo é, por definição, o presente. Essas são premissas de Beatriz Sarlo (1992) que nos guiam na leitura das revistas *Argumento-Revista mensal de cultura* e *Almanaque- Cadernos de literatura e ensaio*, publicadas entre os anos de 1973 e 1974 e 1976-1982, respectivamente. Este capítulo pretende, ao observar as revistas, identificar os intelectuais que se manifestaram nelas para também entender o significado das suas atividades neste meio de comunicação.

Mais precisamente, a pesquisa chega às revistas após a identificação de alguns de seus intelectuais, principalmente após a leitura de trabalhos recentes desenvolvidos por sociólogos brasileiros a respeito da crítica, algo que marcou o interesse no desenvolvimento inicial desse projeto. Com as leituras, nota-se como as atividades em jornais e revistas de cultura se tornaram atividades fundamentais na divulgação e no exercício da crítica no Brasil, mesmo após o estabelecimento dos seus intelectuais na universidade brasileira. Com o artigo de Beatriz de Moraes Vieira (2016) a respeito de *Argumento*, nota-se como, particularmente, na década de 1970, em plena ditadura militar, houve a proliferação significativa de revistas relacionadas a intelectualidade universitária:

A importância das revistas de cultura no período ditatorial era destacada já à época, quando ficou conhecida uma frase lapidar do poeta curitibano Paulo Leminski que afirmava serem as revistas, e não as pessoas, os principais agentes históricos do momento. Além das numerosíssimas publicações alternativas, apelidadas de “imprensa nanica”, foram marcantes as revistas institucionais, como Estudos CEBRAP (SP), Civilização Brasileira e Encontros com a Civilização Brasileira (RJ), Estudos Políticos (BH), Dados (IUPERJ/ RJ), entre outras. Beatriz Vieira (Vieira, p.2, 2016).

Embora a autora associe *Argumento* às manifestações políticas dos intelectuais, os estudos a respeito das variadas modalidades da crítica realizada na universidade têm priorizado outras dimensões para o seu entendimento, como a relação dos seus intelectuais com a sociologia, com a história da universidade e com a herança de movimentos culturais no ofício, em especial o modernismo⁹. De saída, o que se pode afirmar com a bibliografia é o fato de *Argumento* e *Almanaque* terem se dirigido majoritariamente para a divulgação do trabalho substantivo de uma espécie de crítica de cultura que se fez e ensinou no interior da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, posteriormente a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da USP, durante as décadas de 1960 e 1970. Principalmente, os dois periódicos foram divulgadores da crítica literária incentivada por Antonio Candido na USP, o crítico mais consagrado na universidade paulista naquelas décadas e também a maior chefia institucional entre os que praticavam o gênero intelectual. É o que mostrou a pesquisa de Ramassote (2006) ao trazer para a cena o projeto institucional de Antonio Candido na cadeira de Teoria Literária e Literatura e Literatura Comparada, realizado em conjunto com seus alunos e colaboradores, entre 1961 e 1978, na USP e depois na UNICAMP. A pesquisa, tal como a análise de Alejandro Blanco e Luiz Carlos Jackson (2014), aponta para a renovação da crítica literária no Brasil, empreendida por Antonio Candido na universidade e à frente da cadeira, algo que o próprio crítico já projetara desde a década de 1940 com seus colegas de geração na revista *Clima*, publicada entre 1941 e 1944. O marco e o teor do grupo reunido por Antonio Candido entre as décadas de 1960 e 1970 ganharam espaço ainda em outra pesquisa, de Flávio Moura (2004), a respeito das principais disputas da crítica literária no Brasil contemporâneo após a década de 1980, mostrando como a tradição formada em volta do *crítico* se tornou uma corrente dominante nos estudos da literatura no Brasil.

⁹ Cf. Pontes (1998), Jackson (2002), Ramassote (2006), Waizbort (2007), Blanco, Jackson (2014), entre outros.

Entre as conclusões de todas essas análises estão as considerações e evidências sobre como o grupo uspiano, ligado à área de Teoria Literária e Literatura Comparada (TLLC), primeiro como cadeira e depois como departamento, formou os intelectuais centrais de um projeto coletivo de crítica da cultura brasileira em diálogo com a sociologia, ou seja, uma forte tradição intelectual de estudos sociais e históricos da cultura brasileira, erigida na universidade sob o signo da crítica literária. O fato é expressivo. Para além da qualidade metodológica dessa crítica, que não está sendo averiguada, é possível reconhecer que seus principais intelectuais conseguiram ascender na universidade brasileira ininterruptamente desde a década de 1940, algo politicamente bastante exitoso, além incomum e específico nas trajetórias acadêmicas do Brasil do século XX, marcadas ainda pela formação da universidade, de crises de financiamento na academia, de repressão política na universidade e de relativa ausência de uma política de pós-graduação até a década de 1970. Algo que se observa exemplarmente na longa carreira e trajetória acadêmica de Antonio Candido, iniciada em 1943, como professor assistente de sociologia, e apenas finalizada com sua aposentadoria definitiva da pós-graduação, em 1992. Em suma, na universidade brasileira, esta vertente da crítica sobreviveu como poucas modalidades acadêmicas, assim como os intelectuais que a fomentaram e a reproduziram sobreviveram como poucos intelectuais brasileiros.

Porém, a despeito da força do grupo, o caráter conflitivo da renovação empreendia por eles é fato registrado na sua história, principalmente a partir da década de 1950, quando despontaram outras formas de renovação do pensamento social e da crítica. Embora dominante anos depois, a escolha inicial do grupo em reformular a abordagem historiográfica e sociológica, ainda que não exclusiva, teve na abordagem exclusivamente estética da crítica, realizadas pelo viés concretista, formalista e estruturalista, sua principal adversária, algo lembrado pelas pesquisas de Telles (1999), Moura (2004) e Ramassote (2006). Para as autoras que estudaram as revistas no âmbito dos estudos das letras, o conflito aparece também na relação dos intelectuais com a política, em *Argumento* (Cota, 2001), e no concomitante sarcasmo de vários deles com as outras modalidades da crítica, em *Almanaque* (Telles, 1999). Entre esses achados, percebe-se a tradição e o conflito como partes indissociáveis da história do grupo, bem como a sua sedimentação universitária imersa em uma disputa política em torno da crítica.

Como essas revistas ainda não foram estudadas no âmbito da sociologia, tampouco nos estudos sobre intelectuais brasileiros, com a leitura dessa bibliografia, a proposta de estudá-las articulando a análise dos materiais e do grupo de críticos se revelou promissora. O encontro com o próprio material nos arquivos da biblioteca Florestan Fernandes, da Faculdade de

Filosofia, Letras e Ciências Humanas reafirmou o ponto explicitado no artigo de Beatriz Vieira de Moraes (2016) e na dissertação de Débora Cota (2001): As revistas possuem um conteúdo político bastante acentuado, interessadas nos fatos políticos que ocorriam, ainda que sejam sintomáticas da especialização do ofício da universidade. Além do mais, outros elementos mostraram-se bastante perceptíveis, tais como: As revistas formaram menos uma unidade cultural homogênea de publicações e mais uma constelação de questões culturais ligadas à área de TLLC, percebe-se a independência e na autonomia editorial que tiveram entre si, *Argumento* ligada ao financiamento e promoção da editora *Paz & Terra* e *Almanaque* ligada ao financiamento e promoção da *Editora Brasiliense*, e Antonio Candido foi uma das várias lideranças dos cadernos, ainda que a participação do crítico seja diretamente ou indiretamente a mais expressiva dos dois cadernos. De modo geral, nas publicações escreveram muitos outros intelectuais ativos na universidade, para além dos críticos. Quer dizer, as revistas possuem uma natureza própria, indissociável da orientação da área de TLLC e engendradas como parte de uma fração maior, que não correspondeu diretamente a área e nem ao seu mestre mais importante. Ao nos depararmos com dezoito cadernos (quatro de *Argumento*, quatorze de *Almanaque*), publicados por quase uma década, podemos averiguar o quanto as revistas expressaram atividades mistas de intelectuais acadêmicos, sobretudo, da Universidade de São Paulo, que conviveram intensamente entre o exercício de atividades na universidade, na política e na literatura. Além dos temas, o registro público aparece também nas composições editoriais. Acadêmicas e culturais, as duas revistas reuniram parte importante da intelectualidade que começava a atuar coletivamente fora dos limites da universidade. Podem ser lidas como expressão da organização pública dos intelectuais em São Paulo na segunda metade do século XX, no âmbito da cultura e no âmbito da política. Por isso, é importante salientar o quanto vida intelectual paulista, como e enquanto termo, é mais um recurso expressivo evocado para evidenciar uma totalidade de questões acontecidas com os intelectuais em São Paulo e de fenômenos centrais e dominantes que aparecem nas revistas, do que um projeto de esgotamento absoluto sobre o que aconteceu em São Paulo.

Como vamos defender, ao lado dos críticos, as atividades manifestas nas publicações demonstra a renovação que a universidade também promoveu na década de 1970 de uma antiga tradição do pensamento social, a atuação dos intelectuais na esfera pública do Brasil. Os assim conhecidos intelectuais públicos, para nós intelectuais engajados, podem ser considerados atores tradicionais na história cultural e política brasileira, figuras polivalentes que nessa conjuntura conseguiram se renovar, estando agasalhados por centros de pesquisa e por departamentos universitários. Em termos abrangentes e gerais, as duas revistas se

caracterizaram pela reunião de intelectuais com experiência acadêmica que, por motivos diferentes, alçaram o debate público com a decisiva participação na imprensa sem, com isso, perder a gravitação em torno das instituições de ensino que lhes davam suporte. Por isso, quando nos referimos a intelectuais engajados supomos uma especificidade conjuntural de um intelectual acadêmico, que já não tinha a necessidade de engajamento como entendimento do seu ofício.

Contudo, lidar com elementos comuns nas revistas não implica em estender uma mesma trajetória profissional a todos esses intelectuais. Ao contrário, o conjunto de intelectuais dessas revistas é representativo também de histórias bastante distintas e até conflitantes entre si, a despeito das suas semelhanças no interior das revistas. Portanto, é impossível equacioná-las no âmbito da sociologia sem reconhecer as diferenças existentes que se tornaram nubladas neste contexto. Na execução dessa amálgama de cultura universitária e gosto pelo engajamento e pela avaliação do mundo, presente nas duas revistas e elemento comum entre seus intelectuais, mobilizaram-se pessoas com trajetórias variadas, com disposições, interesses e condições diferentes dentro e fora da universidade e que chegaram a essas atividades mistas também de formas diferentes. A explicação sobre as motivações que engendraram a reunião de intelectuais diferentes nessas revistas passa, então, para um próximo passo, o da identificação das escolhas que caracterizaram esses profissionais durante sua vida acadêmica e pública e que permitiu a eles o encontro até inesperado nas duas revistas. Se dividirmos os intelectuais das publicações pelos seus ofícios acadêmicos, notamos como *Argumento* e *Almanaque* se ancoraram em interesses circunscritos a algumas modalidades de trabalho intelectual, ainda que interdisciplinares e variados.

À guisa de demonstração, vemos que *Argumento* teve a participação central de Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Anatol Rosenfeld, Fernando Gasparian e Fernando Henrique Cardoso, três críticos (de literatura, cinema e teatro, respectivamente), um jornalista empresário e um sociólogo que se tornou mais tarde presidente. Já *Almanaque* contou principalmente com Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Júnior, a primeira uma crítica literária, o segundo, um filósofo. Entre os colaboradores mais recorrentes nas duas revistas, destacam-se em *Argumento*, Barbosa Lima Sobrinho, bacharel e político com carreira no Rio de Janeiro, e Jean-Claude Bernadet, crítico de cinema, e em *Almanaque*, Rubens Rodrigues Torres Filho, filósofo, e Lígia Chiappini de Moraes Leite, crítica literária. Dos colaboradores mais assíduos em ambas as revistas, reconhecemos Roberto Schwarz, Flávio Aguiar e João Luiz Lafetá como críticos literários que participaram ativamente, publicando ensaios, traduzindo e escrevendo poemas e escrevendo ficções.

Como se percebe, a passagem pela Universidade de São Paulo não explica todos os fenômenos que deram origem às revistas, mas tem relevância central no entendimento delas como materiais expressivos de intelectuais da instituição, aqueles com circulação, sobretudo, paulista. Ao lidarmos com a preponderância da crítica sobre outros ofícios acadêmicos, lidamos com uma característica desse ofício que o distingue dos outros acadêmicos, o convívio deles com a imprensa. Diferente das atividades na imprensa exercidas por sociólogos, filósofos, historiadores e geógrafos que se formaram na Universidade de São Paulo desde a sua fundação, a utilização de jornais e revistas não se mostrou coadjuvante nas atividades da crítica acadêmica. Particularmente, os meios comunicativos da imprensa podem ser reconhecidos como ferramentas inseparáveis da relação íntima e única que a crítica nutriu com a esfera pública. As revistas e os jornais participaram diretamente do reconhecimento das carreiras na crítica e, conseqüentemente, da expressão da tradição explorada por ela no seu exercício, mesmo quando, após a sedimentação da universidade, esses espaços deixaram de ser o centro privilegiado da sua formação. De um lado, as atividades em suplementos, cadernos e edições específicas permitiram o lastro da crítica na academia na medida em que esses intelectuais ascendiam à categoria de divulgadores por excelência da novidade universitária em São Paulo e no Brasil; de outro, a inserção acadêmica dos críticos em dissertações, teses e pesquisas permitiu a renovação da crítica pelo contato com as disciplinas propriamente universitárias, como filosofia e sociologia. Na imprensa, os críticos estiveram entre os mais escolásticos, na universidade, entre os mais públicos.

Para a melhor compreensão dos intelectuais que compuseram a totalidade das duas revistas, vejamos os nomes e ofícios presentes nos volumes de *Argumento* e *Almanaque*.

I. Argumento – Revista Mensal de Cultura:

Argumento – Revista Mensal de Cultura	
Direção de redação	Anatol Rosenfeld (crítico de teatro), Antonio Candido (crítico literário), Celso Furtado (economista), Francisco Weffort (cientista político), Leôncio Martins Rodrigues (cientista político), Paulo Emílio Salles Gomes (crítico de cinema), Luciano Martins (sociólogo), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo)
Diretor Responsável	Barbosa Lima Sobrinho (político e bacharel)

Conselho Consultivo	Érico Veríssimo (escritor), Florestan Fernandes (sociólogo e político), Paulo Duarte, Sérgio Buarque de Holanda (historiador), Simão Mathias (químico e historiador da ciência); da América Latina, Anibal Pinto (economista chileno, vinculado a CEPAL), Octavio Paz (escritor e ensaísta mexicano), Torcuato di Tella (sociólogo argentino); e da Europa e dos Estados Unidos, Albert Hirschman (economista público estadunidense), Brian Van Arkadie (economista), Dudley Sears (economista britânico).
Secretaria de Redação	Maria Hermínia Tavares de Almeida (cientista política)
Colaboradores (vol.1, 1973)	Thomas E. Skidmore (historiador brasileiro), Antonio Candido (crítico), Celso Furtado (economista), Paulo Emílio Salles Gomes (crítico de cinema), Aníbal Pinto (economista), Geraldo Mayrink (jornalista), Fernando Henrique Cardoso (sociólogo e político), Antonio Callado (escritor), Jean-Claude Bernadet (crítico de cinema), Lúcio Kowarick (cientista político), Margarida Carvalhosa (cientista político), Eduardo P. Graeff (cientista político), Flávio Aguiar (crítico literário), Maria Rita Eliézer Galvão (socióloga e crítica de cinema), Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento [Pinheiro] (sociólogo e cientista político), Lígia Chiappini Moraes Leite (crítico literário), Eduardo Kugelmas (cientista político).
Colaboradores (vol.2, 1973)	J. L. Lafetá (crítico literário), John Kenneth Galbraith (economista), Luiz A. Rodrigues da Cunha (sociólogo), Hélio Jaguaribe (sociólogo e bacharel), Celso Lafer (advogado e jurista), Jean- Claude Bernadet (crítico de cinema), Anatol Rosenfeld (crítico e ensaísta), Gilda de Mello e Souza (crítica e ensaísta), Antonio Callado (escritor), Davi Arrigucci Júnior (crítico literário).
Colaboradores (vol.3, 1973)	Hiroji Okabe, Florestan Fernandes (sociólogo), Celso Furtado (economista), Angel Rama (crítico), Eduardo de Oliveira e Oliveira (sociólogo), Renata Palottini (dramaturga e crítica), Antonio Carlos de Brito (Cacaso, poeta) e Heloiza Buarque de Holanda (crítica), Otto Maria Carpeaux (crítico literário), Jean- Claude Bernadet (crítico de cinema), Arnaldo Pedroso d' Horta (crítico de arte, artista plástico e militante de esquerda), Fernando Peixoto (crítico, diretor teatral e militante comunista), Ismail N. Xavier (crítico de cinema).

Colaboradores (vol.4, 1974)	Anatol Rosenfeld (crítico), Barbosa Lima Sobrinho (bacharel, político e economista), Roberto Schwarz (crítico), José Arthur Gianotti (filósofo), Otto Maria Carpeaux (crítico), Maria Helena Kuhner (dramaturga e crítica de teatro), Cortés Conde (historiador e economista), Norman Gall (jornalista), Arnaldo Pedrosa d' Horta (crítico de arte, artista plástico e militante de esquerda), José Augusto Guilhaon de Albuquerque (filósofo).
------------------------------------	---

II. Almanaque- Cadernos de Literatura e Ensaio:

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio	
Coordenação	Walnice Nogueira Galvão (crítica literária) e Bento Prado Júnior (filósofo).
Colaboradores (vol.1, 1976)	Bento Prado Jr (filósofo, ensaísta), Roberto Schwarz (crítico literário e sociólogo), Walnice Nogueira Galvão (crítica literária), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo, ensaísta, poeta), Renato Pompeu (jornalista), Beletriz, Betty Milan (psicanalista e ficcionista), Paulo E. Arantes (filósofo), Flávio Aguiar (crítico literário), Bertha Dunkel (intelectual fictícia, criação de Roberto Schwarz).
Colaboradores (vol.2. 1976)	Roberto Schwarz (crítico), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo), Sérgio Ferro (arquiteto), Jaa Torrano (tradutor e professor de literatura grega), Marilena Chauí (filósofa), Jorge Andrade (dramaturgo), Lígia Chiappini Moraes Leite (crítica literária), Vera Chalmers (crítica literária), Gilberto Vasconcelos (sociólogo)
Colaboradores (vol.3, 1977)	Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo e tradutor), João Silvério Trevisan (ficcionista e militante), Gerard Lébrun (filósofo), Manoel Carlos Gonçalves de Almeida (telenovelistas e poeta), Paulo Eduardo Arantes (filósofo), Sérgio Ferro (arquiteto), Flávio Aguiar e Lígia Chiappini Moraes Leite (críticos literários).
Colaboradores (vol. 4, 1977)	Caio Prado Jr (historiador e militante do PCB), Zulmira Ribeiro Tavares (ficcionista e ensaísta), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo), Orides Fontela (poeta), Ruy Fausto (filósofo), Roberto Schwarz (crítico), Oswaldo C. Louzada Filho (crítico literário), Roseli Stier Azambuja (pesquisadora de comunicação), Cláudio Deckes (publicitário e redator).

Colaboradores (vol. 5, 1977)	<p>Carlos Drummond de Andrade (poeta), Carlos Franchi, Michel Lahud, Bento Prado Jr (filósofo), Paulo Eduardo Arantes, José Arthur Gianotti (filósofo), Alcides Hector Rodriguez Benoit (filósofo), Haquira Osakabe (crítico literário e linguista), Renato Janine Ribeiro (filósofo), Arno Engelmann (filósofo), Cláudia de Lemos (linguista e pesquisadora), Waldimas Nogueira Galvão e Walnice Nogueira Galvão (críticos).</p>
Colaboradores (vol. 6, 1977)	<p>Caetano Veloso (músico e ensaísta), José Miguel Wisnik (crítico literário), Davi Arrigucci Jr (crítico literário), Francisco Foot (crítico literário e ensaísta), Antônio Carlos de Brito (Cacaso, poeta), Gilda de Mello e Souza (crítica), Maria Rita Eliézer Galvão (crítica de cinema), Luiz Felipe de Alencastro (historiador e cientista político), Lígia Chiappini Moraes Leite (crítica literária).</p> <p>Poetas: Carlos Drummond de Andrade, Zulmira Tavares, Orides Fontela, Paulo Neves, José Miguel Wisnik, Walnice Galvão, Claudia Lemos, Luiz Carlos Chiappini, Afonso Ferreira, Hilton Berredo, Paulo Farkas, Regina Fernandes Novo, Alcides Villaça, Maria Lucia Dal Farra, Carlos Vogt, Flávio Aguiar, Luís Carnuda, João Silvério Trevisan, Rubens Rodrigues Torres Filho, Manuel Carlos Gonçalves de Almeida.</p>
Colaboradores (vol. 7, 1978).	<p>Pedro Morato Krahenbühl (poeta), Marilena Souza Chauí (filósofa), Roberto Schwarz (sociólogo e crítico literário), Álvaro Cardoso Gomes (ensaísta, contista, poeta), Lígia Chiappini Moraes Leite (crítica literária), Wilcon Pereira (crítico literário), Hélène Clastres (antropóloga), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo), José Carlos Garbuglio (crítico literário), Sílvia M. S. Carvalho (antropóloga), Marilena de Souza Chauí (filósofa)</p>
Colaboradores (vol. 8, 1978) “A Antonio Candido”.	<p>Píndaro (poeta), F. W. J. von Schelling (filósofo), Bento Prado Jr (filósofo), Celso Luiz Paulini (poeta e dramaturgo), Telê Porto Ancona Lopez (crítica literária), Gilda de Mello e Souza (crítica e ensaísta), Alfredo Bosi (crítico literário e ensaísta), Teresa Pires Vara (crítica literária), Orlando Parolini (poeta), Marlyse Meyer (crítica), Adélia Prado (poeta), Paula Beiguelman (cientista política)</p>
Colaboradores (vol. 9, 1979) “Pensamento e política”	<p>Johan Gottlieb Fichte (filósofo), Marilena Chauí (filósofa), Alain Grosrichard (filósofo), Luiz Roberto de Salinas Fortes (filósofo), Albert Hirschman (economista) Claude Lefort (filósofo), Paulo Eduardo Arantes (filósofo), Pierre Clastres (antropólogo), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo).</p>
Colaboradores (vol. 10, 1979) “A mulher Objeto... de Estudo”	<p>Sônia Curvo Azambuja (psicanalista), Friedrich Nietzsche (filósofo), Walnice Nogueira Galvão (crítica literária), Heloísa Buarque de Hollanda (crítica), Antônio Carlos de Brito (Cacaso, poeta), Maria Malta Campos (pedagoga), Paulo Sérgio Pinheiro (sociólogo e cientista político), Daisi Malhadas (professora de literatura grega) e Sílvia M. S. de Carvalho (antropóloga).</p>

	Poetas: Ana Cristina César, Xenia Antunes, Leticia Moreira de Souza, Eunice Arruda, Lúcia Vilares, Ana Cristina Cesar, Toni Penteado, Maria Valencise, Leila Míccolis, Alda e Miriam Chnaiderman.
Colaboradores (vol. 11, 1980) “Educação ou desconversa”?	Carlos Rodrigues Brandão (cientista social e educador), Maurício Tragtenberg (sociólogo), Marilena de Souza Chauí (filósofa), Antônio Faundez (sociólogo e educador), Alain Grosrichard (filósofo), H. Maria Dutih Novaes (médica), Maria Malta Campos (pedagoga), Luiz Roberto Alves (crítico e educador), Álvaro Cardoso Gomes (crítico e poeta), Marisa Philbert Lajolo (crítica e educadora), Ángel Rama (crítico literário), Antonio Candido (crítico literário), Lúgia Chiappini Moraes Leite (crítica), Gilson Rampazzo (professor de redação e educador) e Jakob Michael Reinhold Lenz (poeta e dramaturgo).
Colaboradores (vol. 12, 1980) “A psicanálise em questão”	Gérard Lebrun (filósofo), Osmyr Faria Gobbi Junior (psicólogo e psicanalista), Jeanne Favret-Saada (etnóloga e psicanalista), Arakcy Martins Rodrigues (filósofa), Paulo Sérgio Pinheiro (sociólogo e cientista político), Vera Maria Chalmers (crítica), JAA Torrano (professor e tradutor), Rubens Rodrigues Torres Filho (filósofo), Telê Porto Ancona Lopez (crítica), Bolívar Lamounier (cientista político).
Colaboradores (vol. 13, 1981) “Suplemento Literário”	Ángel Rama (crítico), Benedito Nunes (filósofo e crítico), Filomena Y. Hirata Garcia (crítica), Maria Aparecida Santilli (crítica), Jerusa Pires Ferreira (crítica), Hector Olea (economista), Alfredo Bosi (crítico). Poetas e prosadores: Betty Milan, Modesto Carone, Lúcia Villares, Franklin Leopoldo e Silva, Gil Sevalho, Mircea Driga, Rubens R. Torres Filho, Orides Fontela, José Augusto Lemos, Pedro de Moraes.
Colaboradores (vol. 14, 1982) “Modos menores de ficção”	Marlyse Meyer (crítica literária e ensaísta), Samira Youssef Campedelli (crítica), Dulcília H. Schroeder Bultoni (jornalista e crítica), Antônio Luiz Cagnin (semiólogo), Paulo Emílio Salles Gomes (crítico de cinema), Flora Bender (crítica), Eça de Queiroz (escritor), Miriam L. Moreira Leite (ensaísta), José Fulaneti de Nadal (professor de literatura), Nicolau Sevchenko (historiador).

Em uma síntese, *Argumento* e *Almanaque* foram duas revistas com clara proeminência e colaboração i) dos críticos de cultura mais experientes, responsáveis pela antiga revista *Clima*, Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes e Gilda de Mello e Souza e que se juntaram posteriormente, na década de 1960, na formação do curso de pós-graduação da cadeira e Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP; ii) dos críticos mais jovens; ligados a Paulo Emílio no projeto da Cinemateca Brasileira, como Jean-Claude

Bernadet, e discípulos dele e de Antonio Candido, como Ismail Xavier, Maria Rita Eliézer Galvão, Roberto Schwarz, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Júnior, Flávio Aguiar, João Luiz Lafetá, Lígia Chiappini Moraes Leite, Vera Chalmers, Telê Ancona Lopez, Marisa Lajolo e José Miguel Wisnik; iii) intelectuais vinculados ao Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP) ou que tiveram passagem por ele, como Fernando Henrique Cardoso, José Arthur Gianotti, Luciano Martins, Francisco Weffort, Leôncio Martins Rodrigues, Bento Prado Júnior e Bolívar Lamounier; iv) filósofos com carreira na cadeira e Departamento de Filosofia da USP ou vinculados a ela, como Rubens Rodrigues Torres Filho, Paulo Arantes, Marilena Chauí, Claude Lefort e Gérard Lebrun; e um grupo menor de cientistas sociais e artistas oriundos do país e mundo afora.

Grosso modo, como vamos explorar, as duas revistas podem ser resumidas como revistas de crítica, principalmente, e em diálogo com a tradição modernista presente em São Paulo desde a década de 1920, com o engajamento de intelectuais acadêmicos que erigiu na década de 1970, com a renovação universitária da vida intelectual desde as décadas de 1930 e 1940 e com uma espécie de especialização da crítica que se consolidou na USP nas décadas de 1960 e 1970.

Críticos e modernistas

Não encontramos todas as vertentes analíticas da crítica nas revistas. Portanto, não é possível abordar todas as formas atuantes do ofício pelos cadernos. Porém, a crítica encontrada é representativa. E é representativa de um dos polos mais dinâmicos e interdisciplinares do ofício, estabelecido em diálogo com modalidades artísticas e áreas do conhecimento diferentes. O interesse desses intelectuais ultrapassou em muito a análise da literatura. Embora com reconhecido caráter histórico e sociológico, o grupo tocou a análise estruturalista e formalista da literatura, além do aprofundamento no método dialético, mantendo diferentes combinações entre essas vertentes. Entre as características comuns aos vários críticos desse grupo é o amplo interesse pelo estudo da cultura, como a literatura, as artes plásticas, o cinema, o teatro e o pensamento e conhecimento no Brasil. Por isso, o mais adequado é nos referirmos a esse grupo de intelectuais como críticos de cultura ou apenas como críticos.

No mais, duas palavras podem ser invocadas para resumir a especificidade da formação deles e o interesse que mantiveram na cultura nacional: modernismo e universidade. Em termos históricos, os críticos estiveram no bojo das mudanças profundas acontecidas no

conhecimento e na arte brasileira, entre as décadas de 1930 e 1970, ocasionadas com a profusão do modernismo e do conhecimento acadêmico. De um lado, essa crítica se atualizou com as modernas atividades universitárias da cidade¹⁰, fomentadas com o desenvolvimento da Universidade de São Paulo desde a década de 1930; de outro, a crítica se manteve em diálogo com o modernismo e com as vanguardas brasileiras mais significativas até a década de 1970¹¹. Em suma, é possível que se diga que os críticos, neste período, encarnaram os principais fenômenos intelectuais e artísticos que emergiram em São Paulo que tiveram a clara intenção de modernizar a produção cultural e artística brasileira, estabelecida pela voga de novos ofícios na cidade relacionados à universidade e por fenômenos culturais de ampla repercussão nacional, articulados com a modernização do país.

Não há dúvida que a valorização da modernidade no país, em especial da modernidade proposta pelo modernismo paulista, é parte substantiva das ideias e das atividades estéticas e políticas dos intelectuais que escreveram nas revistas; como também é destacável, ao lado dessa valorização, o ceticismo recorrente dos mesmos intelectuais com os rumos dessa modernização, pela via estatal. Podemos dizer que, para esse grupo, se há uma utopia para a modernização nacional essa utopia é a do modernismo paulista. Essa valorização é otimista quanto ao desejo em modernizar o país, mas pessimistas quanto ao resultado modernizado. É admiradora do valor estético do movimento cultural, mas também se vincula a ele pelo seu valor ideológico.

Para a análise de todos estes fenômenos, de antemão percebemos outro nó a ser desbaratado na bibliografia dedicada ao modernismo, construída pelos críticos nas décadas de 1960 e 1970 e expressa em textos de *Argumento* e *Almanaque*. Nela a crítica explicita os

¹⁰ O que caracterizou a fundação da USP como universidade moderna, diferente das outras instituições de nível superior, foi a implantação de um modelo de ensino consagrado na Universidade de Berlim, idealizado por Humboldt a partir de 1808, seguido de ensino, pesquisa e extensão. No Brasil, tal modelo só foi difundido No Regime Militar, pela Reforma Universitária de 1968, na Lei nº. 5.540/68. Segundo Elizabete Monteiro de Aguiar Pereira, esse modelo de Humboldt idealmente foi caracterizado pelos seguintes fatores: “Os princípios essenciais postulados por Humboldt – de forma geral, até hoje defendidos como formulações que dão à universidade seu caráter próprio – são essencialmente: a formação através da pesquisa; a unidade entre o ensino e pesquisa; a interdisciplinaridade; a autonomia e a liberdade da administração da instituição e da ciência que ela produz; a relação integrada, porém autônoma, entre Estado e Universidade; a complementaridade do ensino fundamental e médio com o universitário (Pereira, 2009).”

¹¹ Para entender melhor a relação da *crítica* paulista com vanguardas, como o modernismo, o concretismo e o tropicalismo, ler Lafetá (2000), Arruda (2003) e Fisher (2009).

rumos da vanguarda após a inovação na década de 1920 e nela também encontra a própria *crítica* no registro modernista na vida intelectual.

A circunscrição desse fato traz à lembrança o estudo emblemático de João Luiz Lafetá de 1973, que ganhou a capa do segundo volume de *Argumento*. O crítico, discípulo direto de Antonio Candido, junto a vários de seus colegas e professores, como Telê Ancona Lopez, Davi Arrigucci Júnior e Walnice Nogueira Galvão, pesquisava a singularidade do modernismo no país. A partir de sua ênfase, recortou a atuação do movimento na década de 1930, com o trabalho de alguns dos maiores expoentes da época na crítica, Agripino Grieco, Tristão de Athayde, Mário de Andrade e Octávio Faria. Defendida em maio daquele ano, sua dissertação de mestrado, o tema do artigo na revista, caracterizou a crítica de 1930 em meio ao arrefecimento do projeto estético do modernismo e à predominância do seu projeto ideológico, de preocupação com a redescoberta da nação e com a formação da literatura nacional. A análise de Lafetá abarcou o diagnóstico recorrente no grupo de críticos que ele mesmo fazia parte, do entendimento do modernismo como um fenômeno social e político privilegiado mais expressivo do Brasil na primeira metade do século XX ou, de outro modo, como fenômeno cultural abrangente que alcançou propriamente as ideias do país, para além da sua dimensão artística. Esse estudo, ao explicar a reorientação do movimento na virada da década de 1930 e a consequente expressão que ele teve na crítica, pode ser encarado como o encontro do próprio intelectual com as figuras precursoras do seu ofício.

Dessa leitura depreendemos uma conclusão ao tal referido nó: Como estudo da vida intelectual, essa bibliografia se dispõe à essa pesquisa de duas formas, ora como *objeto* da investigação, ora como *sujeito*. Por um lado, nela se revela a atuação dos críticos ao elegerem uma narrativa aceitável sobre a cultura moderna no Brasil e, por outro, a bibliografia dos críticos detalha o desdobramento dos movimentos artísticos sobre a vida intelectual no país e sobre suas ideias. Tais procedimentos, em que as diferenças do analista e do analisado estão demarcadas e também operadas com certa continuidade, são muito mais frequentes no uso do ensaio acadêmico como forma privilegiada de expressão do conhecimento, em que ora o analista descreve com nitidez o processo histórico e a cultura e ora se posiciona neles e exerce a sua crítica¹². Neste caso, percebemos o procedimento e o uso do ensaio em ambas as revistas, levados à radicalidade em *Almanaque- Cadernos de literatura e ensaio*, em que boa parte da geração mais nova de críticos, completamente assentada na academia, dedicava-se também à criação poética e à criação literária. Diferente de seus mestres, nas revistas, ela

¹² Cf. Adorno (1995, 2003).

nublou a relação dos acadêmicos com a arte e algumas vezes rompeu a separação desses exercícios no entendimento do especial trabalho da crítica.

Para um detalhamento mais preciso desses intelectuais e a reconstrução de sua genealogia, convém nos situarmos em um ponto em comum tanto no tratamento da bibliografia feita pela crítica sobre o modernismo exposta nas revistas, quanto na bibliografia contemporânea sobre seus intelectuais, em pesquisas da sociologia dedicadas aos expoentes do modernismo: Em São Paulo, é difícil deixar de reconhecer como as vanguardas culturais exerceram um papel decisivo na estruturação da moderna vida intelectual da metrópole, seja na força exercida por suas obras, seja na atuação política e institucional de seus mentores, o que incluiu a fração de intelectuais ligados ao movimento, como Mário de Andrade¹³.

Ao contrapormos essa geração, de críticos e ensaístas modernistas de 1930, à geração dos jovens acadêmicos de 1970 que os estudaram, abrimos a possibilidade de reconhecer uma linhagem de questões em torno do modernismo que sobreviveu por décadas; permitida pela transformação do movimento, dos seus agentes e dos seus intérpretes em uma tradição cultural auto-compreensiva. Essas figuras de tempos distintos estiveram nessas décadas mediadas pelo trabalho daqueles que conviveram e foram orientados pelos primeiros – principalmente, por Mário de Andrade- e que se tornaram depois orientadores dos segundos, principalmente por Antonio Candido e por sua esposa, Gilda de Mello e Souza, também prima de Mário de Andrade.

O lugar para essa mediação, como se nota, coube principalmente aos espaços da imprensa e da universidade recém-formada, onde esses críticos trabalharam ativamente entre as décadas de 1940 e 1970. Foram fatores concretos que possibilitaram o desenvolvimento da sociabilidade e da convivência entre todos esses intelectuais e que garantiram o compartilhamento de um mesmo universo de obras e ideias e a formação de um repertório comum na crítica; a academia foi parte da construção de uma tradição cultural. Essa fração de críticos acadêmicos de São Paulo, de mestres e alunos, participantes das duas revistas, desenvolveu-se preocupada com a construção e com a reflexividade do seu ofício no país e acabou expandindo sua reflexão sobre a particularidade das ideias em solo nacional como questão central de sua abordagem da cultura. Com o entendimento que tiveram do modernismo, os críticos se posicionaram como herdeiros do volume de obras e ideias do

¹³ Conferir as análises de Sérgio Miceli a respeito de Mário de Andrade e a “invenção do moderno intelectual brasileiro” (Miceli, 2002) e a de Fernanda Peixoto a respeito do diálogo de Roger Bastide com Mário de Andrade e Gilberto Freyre (Peixoto, 2000).

movimento ao espelharem seu ofício nas formas mais relevantes da vanguarda. Ao reconstituirmos a história do movimento na literatura, na imprensa e depois na universidade, observamos a construção da cultura da crítica associada a ele, ancorada na tomada de um repertório simbólico acumulado de obras e práticas intelectuais, redefinida a cada geração como pedra de toque para a emergência de novas formas e práticas culturais na geração seguinte¹⁴.

Flávio Moura (2004) e João César de Castro Rocha (2014) reconheceram esse grupo de críticos em disputas com os irmãos Augusto e Haroldo de Campos e com Décio Pignatari, poetas e críticos concretistas; símbolos da divergência entre as análises sociais e históricas da cultura nacional e a análises a respeito dos experimentos linguísticos, realizadas na USP e na PUC- SP, e herança dos debates entre Mário e Oswald de Andrade sobre a crítica e as vanguardas. Ambas orientações constituíram duas linhagens analíticas relevantes que muitas vezes lideraram o debate cultural do país, principalmente até a década de 1980, quando o conflito entre elas ficou mais exposto. Ainda que esse conflito esteja tácito nos textos de *Argumento* e *Almanaque*, a divergência teve seus limites, Décio Pignatari iria escrever no quinto volume de *Argumento* e Haroldo de Campos chegou a ser orientando por Antonio Candido. Com o passar dos anos, as diferenças entre elas ganharam complexidade e se estabeleceram em franca rivalidade, ainda que a acumulação de prestígio entre as vertentes tenha sido desigual nas últimas décadas, como demonstra Moura (2004), a respeito da liderança de Roberto Schwarz na cena da crítica contemporânea no Brasil, posto anteriormente ocupado por Antonio Candido. Por outro lado, é preciso lembrar que as diferenças entre esses espaços e posições são também tipológicas, que elencam as disposições de força dos eventos majoritários. Alguns críticos que se consagraram na USP desde a década de 1960, por exemplo, não estiveram sob o aval da perspectiva de Antonio Candido ou em diálogo com ele. Alfredo Bosi, que escreve em *Almanaque*, e Leyla Perrone- Moysés, próxima dos concretistas, são exemplos de intelectuais que se dedicaram à crítica em perspectivas alternativas àquelas exploradas nesta dissertação. Porém, nenhum desses outros intelectuais conseguiu constituir um grupo tão grande e com tantos poderes na universidade como os intelectuais vinculados a Antonio Candido.

Críticos e universitários¹⁵

¹⁴ Se utilizarmos tipologias de Antonio Candido ([1958] 2013), perceberemos que a crítica neste período deixou de se expressar no Brasil em manifestações independentes para compor um grande sistema simbólico compartilhado pelos intelectuais, formado historicamente pelo acúmulo e pela articulação entre as obras.

¹⁵ Agradeço à professora Maria Alice Rezende de Carvalho pelo questionamento do modo como a história da USP é contada brevemente na dissertação, questão que infelizmente não consigo solucionar a tempo. Para uma leitura atenta dos conflitos, dos impasses e da história da USP, recomendo ao leitor a leitura da tese

No interior da universidade brasileira as diversas áreas do conhecimento tiveram trajetórias diferentes. E a modernização da crítica, entre as décadas de 1940 a 1970, pode ser tomada como emblemática da solidificação da universidade em São Paulo; uma foi realizada paralela à solidificação da outra. Em termos gerais, uma vez reconstruída a história dos *críticos* no Brasil nesse período, comparando-a com a dos sociólogos, podemos observar i) tanto a convergência bem-sucedida entre a expansão contínua da universidade e a atualização de modalidades de conhecimento tradicional, como a crítica, ii) quanto a crise de manifestações intelectuais que romperam mais drasticamente com a tradição intelectual bacharelesca, como foi o caso da *Escola Paulista de Sociologia*¹⁶. Já o recorte do período de publicação das revistas, entre 1973 e 1982, permite chegar a um resultado diverso, que associa a atividade intensa da crítica universitária em *Argumento* e *Almanaque* à conversão de um grande número de intelectuais paulistas, antes bem estabelecidos na universidade, às carreiras políticas e ao engajamento direto em jornais e revistas, como houve com Florestan Fernandes, Francisco Weffort e Fernando Henrique Cardoso. Porém, independente da conclusão, é certo que as revistas são indissociáveis do crescimento da universidade brasileira, que por sua vez, até a década de 1970, é bastante particular em São Paulo. As revistas são materiais de uma

Universitas semper reformanda?: a história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social, de Maria Caramz Carlotto (2014).

¹⁶ O sociólogo José de Souza Martins narra os abalos da ditadura na área da sociologia e a dificuldade de repor os quadros novamente, após a anistia, em 1979: “Cada cassado deveria dirigir-se ao governador do Estado e manifestar por escrito o seu interesse em ser anistiado. Em São Paulo, o governador era Paulo Maluf, um político gestado pela ditadura. Quem não se manifestasse, seria aposentado definitivamente, agora com vencimentos integrais, já que a aposentadoria das cassações era proporcional ao tempo de serviço e em vários casos insuficiente para garantir a sobrevivência do professor cassado e sua família. O departamento [de sociologia] manifestou um interesse puramente formal e superficial pelo retorno dos cassados, que se ressentiram e decidiram não retornar. Com exceção de Paula Beiguelman, de Ciência Política, os outros professores de Ciências Sociais declararam expressamente que preferiam não voltar. Só Fernando Henrique Cardoso estava disposto a voltar e a lecionar gratuitamente na Faculdade, recusando-se, porém, ao constrangimento de pedir anistia a Maluf. Aposentava-se definitivamente. Era claro o ressentimento de todos com o ostracismo, o abandono, o veto e o vácuo. Com exceção dos remanescentes do tempo da cátedra, os novos docentes não tinham contato com os cassados, não haviam sido seus alunos e, com surpreendente frequência, nem mesmo estavam interessados em sua obra. A ditadura conseguira quebrar a espinha dorsal da chamada ‘escola sociológica da USP’ (Martins, p.220, 2012).”

intelectualidade que se desenvolveu desde a década de 1940 mais distante do apoio das políticas estatais dominantes e que, em certa medida, esteve contrária a elas.

Até a década de 1960, a USP concorria para se tornar um modelo singular de projeto universitário no Brasil; a universidade tinha conseguido sobreviver e se distinguir na cena intelectual, não tinha sido extinta pelo governo central como a Universidade do Distrito Federal no Rio de Janeiro em 1939, tampouco havia se caracterizado pela busca do conhecimento profissionalizante e interessado das escolas tradicionais do direito, da medicina e da engenharia. Enquanto participante do debate intelectual no Brasil, no interior da universidade se espelhava uma estruturação atribuída às universidades europeias, com a centralidade na filosofia, nas letras e nas ciências, sejam elas naturais ou humanas, propriamente acadêmica e assentada na busca incessante de autonomia das demandas políticas imediatas do Estado. Distinta, portanto, da inserção bacharelesca das escolas dominantes na República Velha e pouca afeita a estreiteza recorrente entre conhecimento e políticas governamentais, como ocorrera no Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), na década de 1950. Contudo, não há como deixar de caracterizar a instituição paulista como projeto localizado e em curso, ainda que tenha tido repercussão nacional. O que se pode inferir é que a universidade até a década de 1960 não estava estruturada em uma política universitária de contornos e abrangência nacional, mas regionalizada, diferente do que se viu seguir posteriormente, com a Reforma Universitária de 1968, acontecida ainda nos primeiros anos do Regime Militar e tema de Florestan Fernandes em *Argumento*. Em resumo, a universidade paulista começou a década de 1970 sem o mesmo protagonismo e situada em outra conjuntura.

Para essa discussão, encaminhamos duas reflexões; uma que recupera a trajetória da crítica na universidade até a década de 1960 e sua relação ambivalente com a instituição até esse momento, outra, posterior- “críticos e interessados” - que discute os materiais das revistas no bojo de fenômenos intelectuais na década de 1970, de redefinições do papel histórico da universidade paulista no Brasil, de redefinições de atividades políticas entre seus intelectuais e de reprodução dos críticos na universidade. Sobre a primeira, cabe afirmar o quanto antes da formação da universidade a crítica já se inseria em uma longa tradição brasileira de conhecimento. E particularmente, não deixou de se articular a essa tradição se desenvolvendo academicamente. Como mostrou Antonio Candido no seu estudo clássico *Formação da Literatura Brasileira*, o ofício da crítica no país, sobretudo a literária, já havia sido caracterizado por um debate frequente sobre a cultura nacional formado desde a independência política do país, ao lado da literatura e da criação poética. A crítica, desde

então, desempenhou uma função relevante de articulação entre a produção cultural, os literatos e o público leitor, responsabilizando-se consideravelmente pela solidificação da literatura enquanto sistema simbólico nacional. Antes da passagem da crítica para a universidade, seu lugar na vida intelectual já estava atrelado ao auxílio no desenvolvimento e na formação de uma literatura brasileira, como a manifestação mais autoconsciente e reflexiva desse sistema¹⁷.

A constatação da longevidade da tradição da crítica no Brasil pode trazer elementos importantes para a compreensão de outra característica sua que se preservou na academia, a notável mobilidade do ofício. Nota-se que a crítica se desdobrou em uma tradição de debates em que ora foi *reivindicada como gênero literário, ora como especialidade humanística ou científica*¹⁸, traçando caminhos em jornais, revistas e universidades e mantendo-se permeável às vertentes distintas de pensamento as quais seus artífices se depararam. Trata-se de uma tradição intelectual que, ao se estabelecer em correntes mais literárias e em outras mais científicas, acompanhou, absorveu e deu respostas a fenômenos diversos que atingiram o país como um todo nos últimos dois séculos, tanto em atividades tradicionais quanto nas mais modernizadas da vida intelectual.

A trajetória dos críticos no interior da universidade mereceu atenção a parte e teve no livro de Heloísa Pontes, *Destinos Mistos* (1998), um estudo marcante. A pesquisa se dedicou a alguns dos críticos que escreveram em *Argumento* e *Almanaque* quando jovens, na experiência paradigmática de *Clima* (1941-1944), a revista que selou o ineditismo da universidade no sistema cultural brasileiro. Circunscrita à análise dos maiores expoentes da revista e que décadas depois se tornaram lideranças acadêmicas no debate cultural, Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza, Ruy Coelho, Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes e Lourival Gomes Machado, a pesquisa contrastou a gênese da revista a partir da sociabilidade de um grupo de jovens intelectuais e amigos, abrigado pela recém-fundada Universidade de São Paulo em seus primeiros anos, no início na década de 1940.

A referência de Pontes para o entendimento desse grupo foi o estudo feito por Raymond Williams (1999) sobre o círculo *Bloomsbury*, grupo de intelectuais atuante na Inglaterra na primeira metade do século XX. Apesar do pouco interesse que os grupos até então haviam despertado em abordagens comparativas ou analíticas sobre a cultura, a

¹⁷ Cf. Candido, A. ([1957] 2013).

¹⁸ A expressão é de Luiz Carlos Jackson, Alejandro Blanco e Fernando Pinheiro, em *Caminhos da crítica*, apresentação do dossiê sobre a crítica literária no segundo volume da revista *Tempo Social* de 2011 (Jackson, Blanco, Pinheiro, 2011).

premissa de Williams tornou a análise deles relevante, reconhecendo os grupos culturais como fenômenos decisivos para a formação da cultura moderna, entendida como a cultura inserida numa sociedade capitalista avançada. Sobretudo, para Williams, o grupo permite ao observador a análise de um conjunto de práticas e de um *ethos* explícito e implícito à sua organização, responsável pela distinção dos membros que os compartilham. Enquanto uma unidade de análise de médio alcance, a observação do grupo não fica restrita à observação da singularidade de um indivíduo, tampouco corresponde ao estudo de uma organização mais ampla, tendente a ser definida por um código ou manifesto declarado. Por isso, esse estudo se tornou exemplar da abordagem que situa os intelectuais e artistas participantes do grupo cultural em processos históricos e sociais *emergentes*, isto é, em processos que ainda não são *dominantes* nas sociedades em que estão inseridos e que estabelecem com elas relações indefinidas e ambivalentes; em suma, em processos que nem sempre estão conscientes para os membros que neles atuam, mas são sentidos e vividos por eles como uma *estrutura de sentimentos* comum, de convergência e de compartilhamento de práticas e valores em um determinado período, processo e lugar.

No caso dos críticos de *Clima*, em termos empíricos, podemos entendê-los engendrados em uma configuração específica da década de 1940, entre o pioneirismo da Universidade em São Paulo, de onde se oriunda o conhecido gosto “pelo concreto” compartilhado pelo grupo, de busca de alguma objetividade na análise da cultura, e o domínio do modernismo no país e no sistema cultural da cidade. Se, por um lado, a geração ligada à revista simbolizou em solo tropical a emergência do conhecimento moderno de origem universitária, apoiado em método de pesquisa e construção coletiva, por outro, sofreu as consequências da própria história na qual era protagonista.

A condição *mista* da crítica, por assim dizer, tornou-a periférica no processo que se seguiu de construção disciplinar da universidade. Seu processo de especialização, como vamos ver, foi relativamente tardio e posterior a outros processos, como os da sociologia e da filosofia. Nesses anos iniciais, a figura emblemática a ser contrastada aos críticos foi o sociólogo Florestan Fernandes, exemplo mais distante deles em trajetória e projeto acadêmico para a Universidade de São Paulo¹⁹. Profundamente orientado por padrões especializados do trabalho intelectual na academia, Florestan em poucos anos ascendeu à condição de principal liderança intelectual de São Paulo no meio século, representando um modelo decisivo para a

¹⁹ A oposição entre os trabalhos de Fernandes e Candido foi densamente explorada também por Arruda (1995), Garcia (2002), Jackson (2002) Ramassote (2006) e Waizbort (2007), entre outros.

solidificação de projetos institucionais na universidade brasileira com a construção de especializações disciplinares no trabalho intelectual. Como mostraram Pontes (1998) e Garcia (2000), os motivos fundantes para a diferenciação do sociólogo dos críticos foram diversos, mas estiveram intimamente relacionados à sua diferença de classe e na pouca socialização de Florestan Fernandes com o universo de discussões políticas e literárias predominante na vida intelectual modernista. Florestan era o pesquisador oriundo das classes sociais mais pobres do país e que se socializava intelectualmente em espaços restritos a universidade. Porém, o que a princípio gerou certa limitação às pretensões do jovem pesquisador, converteu-se com ele na possibilidade de erudição acadêmica inédita entre seus pares intelectuais e na invenção de um papel específico ao intelectual universitário brasileiro. Na década de 1950, o sociólogo passou a encarnar a modalidade mais avançada de conhecimento no Brasil, ancorando o intelectual em paradigmas científicos ascendentes e conjugando em volta de si um amplo projeto coletivo de pesquisas sobre a modernização, o desenvolvimento e as desigualdades brasileiras, reconhecido posteriormente como a chamada *Escola Paulista de Sociologia*. Enquanto isso, os críticos cederam seus espaços, perderam o protagonismo e continuaram divididos entre atividades na imprensa, na política e na universidade.

Enfim, podemos reconhecer as diferenças entre os críticos de *Clima* e os sociólogos da *Escola Paulista de Sociologia* como duas matrizes para o trabalho intelectual na universidade paulista e para a relação dessa universidade com a cultura e a sociedade brasileira. O primeiro, *dominante* entre as décadas de 1930 e 1940, fundado numa matriz cultural, interdisciplinar e em diálogo com a tradição de intérpretes e com as vanguardas artísticas nacionais; o segundo, *emergente* neste período, fundado numa matriz científica, mais ortodoxa na separação das disciplinas, preocupada com as características do desenvolvimento e da modernização do Brasil, a partir do recuo mais intenso do intelectual universitário dos paradigmas dominantes da sua cultura e sociedade²⁰. Se mobilizarmos essa discussão para um recorte temporal que compreenda toda a história da FFCL, não é difícil identificar o caráter propriamente moderno dessa fragmentação ocorrida em São Paulo, entre paradigmas científicos e paradigmas literários e humanistas, próprios do desenvolvimento de universidades e de modalidades modernas de conhecimento²¹.

Em comum a essas duas matrizes, podemos destacar o contato profundo de ambas com os mestres franceses e com a difusão da sociologia nos seus trabalhos de pesquisa, mesmo que

²⁰ Para se aprofundar nas diferenças entre formas culturais *dominantes*, *emergentes* e *residuais*, conferir Williams (2005).

²¹ Cf. Adorno (2003) e Lepenies (1996).

o desenvolvimento de seus intelectuais tenha sido desigual nas cadeiras da disciplina. Os ganhos não foram pequenos e caracterizaram muitos os estudos acadêmicos e o debate cultural em São Paulo, em que claramente a sociologia ascendeu como disciplina amplo interesse intelectual. No caso dos críticos, desde *Clima* iniciaram a renovação do seu ofício na universidade pela utilização constante da sociologia como forma de pesquisa da cultura, atualizando as perspectivas das interpretações oitocentistas. O resultado, aliado ao exercício na imprensa, possibilitou a arbitragem crescente desses intelectuais no terreno das artes nacionais, lugar até então ocupado por literatos e artistas sem os mesmos recursos analíticos. Podemos dizer que, na década de 1950, a força dos críticos paulistas estava em sintonia com aquilo que Afrânio Coutinho expressava no Rio de Janeiro como a *década da crítica*, sendo ele próprio outro agente da imersão do ofício da academia brasileira, sob o viés da análise científica do fenômeno estético (Blanco, Jackson, 2014).

Com o passar dos anos, enquanto o sociólogo se fortaleceu, o grupo todo de amigos de *Clima* se caracterizou pelo deslocamento e pela mobilidade institucional: Além de Ruy Coelho sair do país a fim de completar seus estudos; Paulo Emílio Sales Gomes transferiu-se para outras atividades e universidades e mais tarde para a Escola de Comunicação, aprofundando os estudos sobre o cinema; Décio de Almeida Prado ligou-se à Escola de Arte Dramática e aos estudos do teatro; Lourival Gomes Machado, depois de se dedicar às artes plásticas e à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, dirigiu-se à cadeira de Política, logo falecendo; Gilda de Mello e Souza que era a principal professora assistente na cadeira de sociologia I, ao lado de Bastide, foi para a Filosofia e mais tarde lá fundou a cadeira de Estética e Antonio Candido deixou a cadeira de sociologia II em 1958, foi primeiro para Assis se dedicar à literatura e recebeu o convite para retornar a USP e assumir a cadeira de Teoria Literária em 1961. De todos eles, o que melhor conseguiu manter-se como sociólogo foi Ruy Coelho que, na década de 1960, depois do contato com estudos da personalidade nos Estados Unidos, assumiu definitivamente o lugar de Fernando de Azevedo na cadeira II de sociologia; sem, contudo, ter o mesmo sucesso que seus colegas na formação de novos discípulos, apesar de ser o único entre eles a se tornar diretor da Faculdade, em 1982. Entre novos e velhos espaços institucionais, os críticos conseguiram manter o timbre sociológico de suas análises, jamais perdido (Miceli, 2012), porém congregaram novos interesses a ele, orientados pela importância da análise de fenômenos próprios dos seus novos lugares de pesquisa.

Das experiências mais marcantes que se seguiram na fase de amadurecimento acadêmico desses intelectuais, a que foi protagonizada por Antonio Candido é sintomática da força do seu agrupamento na universidade. Anos depois de *Clima*, em 1966, quando Antonio

Candido já se tornara responsável pela cadeira de “Teoria Literária e Literatura Comparada”, o crítico convidou Décio de Almeida Prado, Paulo Emílio Salles Gomes, Gilda de Mello e Souza e Ruy Coelho para a composição do corpo docente no programa de pós-graduação da cadeira, acrescentando a ele o crítico e historiador de arte Walter Zanini²². Neste momento, dois novos pesquisadores formados em ciências sociais, Roberto Schwarz e Walnice Nogueira Galvão, já tinham se unido a Antonio Candido como seus primeiros assistentes. Podemos dizer que a direção desses intelectuais no programa de pós-graduação deu origem às primeiras turmas de especialistas na área com formação inteiramente acadêmica na crítica. E a ela, esse grupo deu certas premissas que compuseram a maioria dos estudos da cadeira e depois do departamento, i) a análise formal da literatura conjugada a análise social e histórica, conhecida como “crítica de vertentes” ii) a compreensão de autores e obras contemporâneas em perspectiva comparada, o que subvertia a tradição da crítica brasileira, de estudos sobre nomes consagrados na sua especificidade e, como aparecem também em *Argumento* e *Almanaque*, iii) o estudo de fenômenos abrangentes da cultura brasileira, com repercussão em diversas modalidades artísticas, como o modernismo, o subdesenvolvimento e importação de ideias.

Críticos e interessados

Como sinalizamos, a década de 1970 significou um período de mudanças profundas para a USP, principalmente quando se trata dos rumos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Primeiro, houve mudança de lugar. Até então situada na rua Maria Antonia, no centro expandido de São Paulo, e considerada a *célula mater* na universidade desde sua fundação, em 1934, no fim da década de 1960 a conhecida Faculdade de Filosofia mudava ainda de nome e sentido na estrutura universitária. A década iniciou com a Faculdade de Filosofia no novo *campus* da cidade universitária do Butantã, tornava-se a “Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas” e sua orientação mudava; não mais atrelada ao berço das ciências na universidade, mas restrita ao desenvolvimento das ciências humanas e dos seus conhecimentos laterais, como a filosofia e a literatura. A mudança de *campus* e a Reforma Universitária em 1968 estiveram entre as causas principais dessas mudanças, dois marcos que simbolizaram o processo de especialização disciplinar e departamental na Universidade que já

²² Para detalhes da organização institucional e da história da área de Teoria Literária e Literatura Comparada, ler Nitrini (1994) e Ramassote (2006).

se acelerava nas décadas de 1950 e 1960. A eles, vamos acrescentar mais um componente da mudança, a importância do engajamento e da crítica, conjugados.

Nesse período, o desenvolvimento de algumas áreas de conhecimento, como a psicologia, a economia e as ciências exatas atingiram tamanha expressividade que se deslocaram para fora da Faculdade de Filosofia, constituindo novas faculdades e institutos de pesquisa e ensino. O que modificou esse processo é o fato de que na década de 1970, ele já não foi mais operado nos limites das decisões internas da Universidade, mas articulado a uma política universitária nacional que emergia e impulsionava a pós-graduação do país, posicionando a universidade paulista dentro das suas perspectivas. Entre os efeitos diversos desses fatos acontecidos em pouco tempo, podemos reconhecer a perda da singularidade da antiga Faculdade de Filosofia como centro privilegiado da intelectualidade acadêmica, dita científica ou moderna, seja em São Paulo, seja no Brasil. Isso não significa pouco. Sobretudo, porque nessa nova conjuntura se perdeu o valor atribuído ao conhecimento científico, pelo menos do modo como ele estava estabelecido. Após o trabalho da chamada *missão francesa*, havia se constituído em São Paulo, no período de desenvolvimento da Faculdade de Filosofia, as utopias de uma sociedade racionalizada, em que o conhecimento era utilitário em si e que a própria racionalização da vida social seria impulsionadora das mudanças políticas e sociais profundas; o que nesse caso significava o papel da universidade na constituição da modernização no Brasil via o estabelecimento de saberes sobre ela. Como consequência, São Paulo e a sua Faculdade de Filosofia inventavam no país o mito intelectual “desinteressado”, protótipo do moderno intelectual brasileiro; desinteressado porque interessado na constituição da universidade, desinteressado porque interessado na constituição de um intelectual acadêmico adequado ao Brasil.

Esses são elementos que merecem ser confrontados quando analisamos as trajetórias de alguns dos maiores intelectuais dessa faculdade no momento em que escreveram em revistas como *Argumento* (1973-1974) e *Almanaque* (1976- 1982) e em jornais como *Opinião* (1972- 1977). O sentido da tragédia havia abatido o projeto universitário “desinteressado” que se desenrolara. A década de 1970 iniciou com alguns dos principais nomes atrelados à Faculdade expulsos da instituição, como Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni e José Arthur Gianotti. Não há dúvida de que a aposentadoria compulsória de quase três dezenas de professores da Universidade de São Paulo com o AI-5 em 1969 foi um evento traumático na história da Faculdade de Filosofia e um elemento impulsionador da atividade de vários desses intelectuais nas duas revistas. Um ponto que devemos acrescentar é o quanto a aposentadoria compulsória atingiu na Faculdade as expressões mais ligadas ao

desenvolvimento das ciências, notadamente os membros da chamada *Escola Paulista de Sociologia*.

Como se percebe no texto de abertura de *Argumento*, alguns sentidos compartilhados entre seus redatores revelam a experiência e a tentativa dos vários intelectuais que dela participaram em construir novas atividades e lugares para o seu trabalho naqueles anos:

“(...) Os obstáculos que eventualmente encontramos e os estímulos que recebermos serão igualmente indicativos da utilidade de nossa função. Muito intelectual brasileiro foi arrancado de seu mundo e é preciso que encontre um terreno onde possa novamente se enraizar. A limitação de nosso campo poderá ainda ser restringida, mas sempre haverá um papel a ser cumprido pelo intelectual que resolva sair da perplexidade e se recuse a cair no desespero. (...) (p.1, 1973).”

Se tanto *Argumento* quanto *Almanaque* podem ser lidas como publicações engendradas em situações de crise, essa conjuntura deve ser observada também pelas novas possibilidades de atuação, ou seja, pelas oportunidades políticas abertas com as mudanças. Por isso, a análise da década de 1970 possibilita o entendimento das restrições das atividades intelectuais na universidade e também da exigência de novas práticas fora delas. No entanto, quando comparada a uma conjuntura do país desde a década de 1930, a análise da conjuntura menor na década de 1970 permite reconhecê-la como mais um episódio de um problema recorrente na história intelectual do Brasil, que envolve diretamente a dificuldade de autonomização das práticas intelectuais no Brasil das demandas políticas imediatas. Nesse sentido, a relação entre intelectuais acadêmicos e práticas políticas em revistas como *Argumento* e *Almanaque* não está inscrita apenas em um problema conjuntural da vida intelectual paulista, mas em um problema estrutural da vida intelectual e universitária do país que se repetiu a cada geração.

Como se pode ver no material das revistas, há uma longa tradição de engajamento dos intelectuais brasileiros que ultrapassa os expoentes das publicações e que se tornou assunto de reflexão desses mesmos intelectuais, mais precisamente dos críticos, dedicados a entender o problema do intelectual engajado e, como veremos mais a frente, oferecendo a esse problema uma narrativa mais aceitável da convergência no país entre práticas intelectuais e práticas políticas. Se *Argumento* e *Almanaque* são materiais inseridos nessa tradição, de outro lado, elas também se mostram materiais particulares tanto pela existência nos seus cadernos de práticas políticas inseridas em um debate acadêmico, quanto pelo entrelaçamento dessas atividades em duas revistas de *crítica*. São publicações que cruzam a atividade política dos

acadêmicos paulistas com a prática da análise acadêmica da cultura; práticas que convergem nos temas e ideias comuns e que compartilham os mesmos sentidos de intervenção quando publicadas.

Outra comparação que pode ser feita, mostrando a particularidade da crítica em São Paulo, é o contraste observado com o Rio de Janeiro. Se em São Paulo, Antonio Candido se sobressaiu na crítica acadêmica desde a década de 1940, no Rio de Janeiro, ela foi desenvolvida por Afrânio Coutinho. Ao compararmos os destaques da crítica nas suas cidades, verificamos o quanto o projeto de Coutinho estava orientado para a construção de um “padrão científico” na análise da literatura dentro da universidade, paralela à construção institucional de Antonio Candido na cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada, na USP. Diferente de Candido, a análise de Coutinho não se baseou no contato profundo com a sociologia; ao contrário, distanciou-se completamente das análises clássicas que vinculavam contextos sociais e históricos à obra. Em comum, ambos vieram da prática da crítica em jornais e revistas da imprensa, haviam militado pelo papel da universidade na formação dos críticos e construíram a especialidade da crítica na análise do texto. Se Candido associava essa última preocupação à utilização da sociologia e da história, Coutinho difundia as abordagens da chamada *nova crítica* e sua preocupação com o método hermenêutico e intrínseco ao texto (Clevelares, 2012). Como Antonio Candido, a trajetória de sucesso de Afrânio Coutinho também atingiu o auge nas décadas de 1960 e 1970, quando participou da cadeira de Literatura Brasileira da Faculdade Nacional de Filosofia da Universidade Federal do Rio de Janeiro e com ela fundou a Faculdade de Letras na mesma universidade. Mais afeito às atividades acadêmicas que as políticas, Coutinho permaneceu cada vez mais inserido na universidade; em 1968, foi nomeado diretor da Faculdade de Letras, cargo que ocupou até a sua aposentadoria, em 1981. Entre as suas iniciativas institucionais mais fortes, esteve a criação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Literatura em 1970, sem a mesma repercussão nacional que o caso paulista.

Quando observamos principalmente *Almanaque*, reconhecemos certa indisposição de alguns *críticos* paulistas com a ideia de atrelar a crítica à ciência, como vemos em textos de Roberto Schwarz, Lúcia Chiappinni de Moraes Leite e Flávio Aguiar. Embora Antonio Candido e o restante do grupo *Clima* tenham sido reconhecidos logo na juventude pela qualidade universitária no exercício da crítica, é difícil reduzir a sistematicidade acadêmica dos críticos paulistas à condição de ciência. Mesmo na reunião de ensaios *Literatura e Sociedade*, publicado em 1965 (Candido, 2014), em que Antonio Candido deu claras premissas do seu projeto institucional, não há nada que o defina como um projeto científico,

mas sim como um projeto que sob a especialidade da crítica se utiliza de abordagens diversas como método para a leitura textual, incluindo a sociologia, a filosofia, o estruturalismo e a psicanálise, entre outros. É o que se percebe em *Almanaque*, em que há diversas alusões ao exercício da crítica pela utilização do ensaio, uma espécie de dupla mediação textual, entre a ciência e a literatura e entre a atividade acadêmica e a atividade pública; em alguns momentos há também a clara definição do papel do crítico necessariamente conjugado às atividades estéticas e políticas.

Se na década de 1950, os críticos paulistas estavam dissociados do projeto científico de Florestan Fernandes, na década de 1970, eles estavam dissociados também do projeto escolástico de Afrânio Coutinho. As diferenças e demarcações tornaram a crítica paulista mais próxima do engajamento, atualizando e mediando o conflito arbitrário entre ciência e política, tão presente na vida intelectual brasileira recente.

Críticos e especialistas

O que me traz aqui, na presença de vocês, é na verdade um paradoxo. Pois, não me sentindo a pessoa mais indicada para proferir a aula inaugural dos nossos cursos deste ano, decidi dar uma *aula terminal*. E isso em mais de um sentido. Não apenas porque esta é a última vez que eu falo no Departamento [de Filosofia] como professor regular de seus quadros; mas porque o que vou dizer não representa uma abertura, e sim um *fechamento*; o arremate num período arcaico e talvez artesanal da nossa história, porque sem especializações; período de que fui testemunha, protagonista, e sou hoje remanescente. Gilda de Mello e Souza (Souza, p.1, [1973] 1978).

No clima uspiano da época [década de 1960], que era inteligente e inovador, ao mesmo tempo que antiliterário e antiensaiístico, além de pouco acanhado, o trabalho [dela] destoava. É um desencontro que merece reflexão. Se escrever mal e usar jargão era meio caminho andado em matéria de seriedade científica, a prosa assumidamente literária de dona Gilda, que colava a escrita às aparências e às contradições em que estava a vida de seu assunto, só podia ser um equívoco (...). Para o Bento (Prado Jr) e para mim, alunos descontentes com o divórcio entre a ciência e as letras, a prosa esteticamente ambiciosa, e ainda assim disciplinada e funcional, foi uma revelação. Roberto Schwarz (Schwarz, p.185, 2012).

Os depoimentos acima, de Gilda de Mello e Souza e Roberto Schwarz, intelectuais de gerações distintas, são ilustrativos de alguns fatos importantes que marcaram a transição vivida pela crítica acadêmica, na década de 1970. O primeiro deles consiste na mudança

estrutural do lugar dos críticos no interior da Universidade e, como consequência, das mudanças nas lutas simbólicas em torno do seu ofício. Na década de 1970, os críticos se firmaram como especialistas a partir das suas particularidades, de elementos anteriormente considerados débeis no processo de solidificação da universidade.

Com a consolidação, mesmo que tardia, dos intelectuais de *Clima* em projetos institucionais de larga abrangência, o trabalho da crítica acadêmica começou a se realizar em outra estatura entre a década de 1960 e 1970, alcançando a preocupação metodológica de uma especialidade universitária com o programa de pós-graduação, até então, distante da crítica. Com a consolidação das especializações, os novos críticos que se formaram na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo a partir da década de 1960 tiveram para si a possibilidade inédita de preparo contínuo como pesquisadores especialistas, seja na cadeira de Teoria Literária ou Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada, seja em outras cadeiras da Faculdade, como a de Estética, no Departamento de Filosofia.

O momento é de mudança geracional e de reprodução da tradição da crítica. Na virada da década, a primeira geração de críticos, expoentes de *Clima*, estava atuante, mas paulatinamente se retirava da Universidade. Gilda de Mello e Souza chefiava o Departamento de Filosofia e se aposentou dele e da cadeira de Estética em 1973, Paulo Emílio Salles Gomes chegou a defender sua tese de doutorado em 1972, sob a orientação de Gilda, mas faleceu em 1977, e Antonio Candido permaneceu na instituição por mais alguns anos, tornou-se professor titular em 1974 e aderiu à criação do Instituto de Estudos da Linguagem na recém-criada Universidade Estadual de Campinas quando, concomitantemente, aposentou-se da docência na USP, em 1978. Embora Antonio Candido tenha orientado pesquisas até 1992, é fato que entre as décadas de 1960 e, principalmente, 1970, outro grupo de críticos emergiu com a pretensão de substituir seus mestres, dialogar com eles e continuar suas pesquisas e obras.

Para a geração mais nova, a oposição tácita entre “*críticos e especialistas*” não significou as mesmas disputas ocorridas nas primeiras décadas da Universidade. O dilema, traduzido pela lembrança de Roberto Schwarz como um divórcio entre as carreiras acadêmicas ligadas às letras e aquelas, posteriores, ligadas às ciências, dava lugar a construção institucional e discursiva do lugar da crítica enquanto ofício universitário e, ao mesmo tempo, assimilador da tradição literária e cultural. O espaço para as possibilidades de atuação na universidade havia sido alterado e os críticos tiveram, então, novos recursos para suas atividades. Ao compararmos em *Argumento* e *Almanaque* os textos desses intelectuais com os de os textos dos intelectuais mais velhos, lidamos com uma surpresa aparentemente paradoxal: Se a conjuntura interna da universidade comparativamente tinha se tornado mais

favorável à produção de uma crítica exclusivamente acadêmica, os textos indicam como esses críticos acentuaram a utilização de linguagens exteriores à academia, renovando a condição *mista* dos seus professores e se tornando acadêmicos literatos. Na análise de um segundo fenômeno característico dessa fração de críticos, compostas pelos dois grupos geracionais na década de 1970, percebemos o quanto a nova geração de críticos se contrapôs à mais velha na liberdade com que lidou com sua atividade universitária, nublando com mais facilidade as fronteiras entre seu ofício e a criação ficcional e poética. Quase todos se aventuraram na atividade artística sem, contudo, lograr a mesma repercussão dos seus textos de reflexão acadêmica.

A presença das duas gerações nas revistas expressa o encontro de dois processos que se coadunaram na trajetória dos críticos de São Paulo na década de 1970; tanto na acentuação do conteúdo acadêmico, quanto na refração a ele, esses intelectuais reiteraram a relação ambivalente de seu ofício com a universidade, consolidando a fronteira da academia como lugar especializado da crítica. Para Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes e Gilda de Mello e Souza a participação na universidade havia implicado o abandono crescente de suas pretensões literárias, conjugado ao estabelecimento de um uso renovado do ensaio, adequado à voz da crítica universitária. Para Walnice Nogueira Galvão, Roberto Schwarz, Flávio Aguiar, Lígia Chiappini de Moraes Leite, José Guilherme Wisnik, para citar alguns, a pretensão literária e estilística, residual nos mestres, fora o sinal do vigor deles no ofício. Mesmo quando se dedicaram ao ensaio, muitas vezes seu uso por esses intelectuais assumiu a conotação política e a disposição criativa como elementos característicos dessa forma de texto.

Na década de 1970, conforme a participação dos críticos no debate público e cultural se tornou mais intensa e complexa, o lugar deles na imprensa se estendeu para o entrosamento com meios de comunicação mais complexos, para além dos grandes jornais em circulação. Por isso, a criação de revistas destinadas especificamente à crítica, que contemplassem o novo padrão do ofício sem perder o acesso ao público mais amplo, tornou-se necessária.

Em meio ao processo de expansão dos cursos de pós-graduação na área de letras, emergem novos parâmetros, critérios e veículos privilegiados de debate e divulgação da produção científica nesse domínio de estudos. Sob o signo da polêmica, a década de setenta entronizou os novos caminhos pelos quais a crítica literária se assentaria no país. Em lugar da resenha estampada nas páginas da grande imprensa, a reflexão crítica encontrou esteio no interior das revistas especializadas, por meio da

publicação de artigos densos e municiados com notas explicativas, bibliografia especializada e sugestões de pesquisas. Rodrigo Ramassote (Ramassote, 2006).

O que se nota com *Argumento* e *Almanaque* é a aglutinação em um espaço da crítica de intelectuais *a priori* desvinculados do ofício, mas que compartilhavam a mesma relação ambivalente com a universidade, buscando continuar suas carreiras fora dela e trazendo a instituição para o debate público. Quando reconhecemos a grande quantidade de intelectuais vindos do CEBRAP e filósofos, sociólogos e cientistas políticos especializados que participaram de *Argumento* e *Almanaque*, notamos como o exercício da crítica arregimentou variados especialistas que tiveram em comum o lugar nas fronteiras do debate acadêmico, tais como os sociólogos Fernando Henrique Cardoso e Florestan Fernandes e os filósofos José Arthur Giannotti, Bento Prado Júnior, Paulo Arantes e Marilena Chauí.

IDEIAS E PRÁTICAS

Não há pensamento – desde que seja algo mais que um ordenamento de dados e uma peça técnica – que não tenha seu ‘telos’ prático. Theodor W. Adorno (Adorno, p. 210, 1995).

Contra fatos, há argumentos. Em *Argumento- Revista Mensal de Cultura* (vol. 1, 1973).

Este capítulo pretende reconstruir as principais questões e atividades às quais os intelectuais de *Argumento* e *Almanaque* se dedicaram na década de 1970, enquanto colaboravam com os cadernos. A intenção principal é explorar a relação das ideias com as atividades culturais e políticas exercidas por esses intelectuais, mostrando a proximidade entre essas atividades diferentes sem, contudo, perder de vista a particularidade de cada caderno e de cada debate cultural e político. Por isso, duas análises serão feitas. A primeira se refere à bibliografia sobre a vida intelectual brasileira e a tentativa de levantar as questões mais proeminentes da década de 1970 a partir de dois temas relevantes a serem trabalhados na análise dos cadernos, i) a aproximação entre cultura e política no debate intelectual da década de 1970 e ii) o impasse dos intelectuais a respeito da noção de cultura brasileira no debate público da década, sua crítica e utilização política por eles. Com esses exercícios, será realizada uma análise de cada caderno e da sua linha editorial, utilizando essas questões bibliográficas e compondo uma história coletiva desses intelectuais, com a análise dos textos e das atividades que eles estavam envolvidos.

Cultura e política

Em resumo, pudemos relacionar as revistas *Argumento* e *Almanaque* a uma cultura da crítica existente em São Paulo, com forte ressonância na universidade paulista na década de 1970, diferenciada de uma cultura exclusivamente científica e disciplinar e empenhada em inserir conhecimento acadêmico nos debates cultural e político do Brasil a partir do acúmulo de vertentes de conhecimento, intelectuais e obras embebidas de espírito público. Trata-se de um conjunto de dimensões que o ofício da crítica adquiriu nesse contexto, ultrapassando seu valor disciplinar e acadêmico; desdobrando-se tanto na existência de uma política cultural dos intelectuais, ainda que difusa, quanto na afirmação da cultura política existente entre eles.

De outra forma, este problema já poderia ter sido encontrado na proximidade recorrente entre práticas intelectuais, estéticas e políticas, na história da vida intelectual brasileira, ainda que a década de 1970 ele tenha sido novamente significado pelo principal grupo que estamos analisando, os críticos. A aproximação de ofícios e práticas que mais tarde se tornaram distintos pode ser remetido, em grande parte, às formas de conhecimento originárias na cultura bacharelesca das escolas tradicionais de Direito, com expressões hegemônicas no Brasil no final do século XIX e começo do século XX. Outro exemplo de aproximações entre atividades políticas e intelectuais pode ser encontrado em análise de instituições como o ISEB, preocupada com a análise da realidade vinculada ao desenvolvimento nacional imediato, na década de 1950; experiência na qual participou Barbosa Lima Sobrinho, diretor responsável de *Argumento*. Por isso, a verificação do acúmulo de atividades nas revistas, de dentro e fora da academia, não mostra uma novidade na análise da vida intelectual, mas a recorrência de um padrão de atividade, uma tradição intelectual atualizada com a universidade e com a crítica.

A dúvida que paira já não é tanto sobre a existência dessas continuidades entre universidade e uma tradição intelectual engajada, mas como compreendê-las no interior de uma universidade refratária aos resíduos da cultura bacharelesca e que se estabeleceu sem vínculo imediato com a política estatal do país. Quer dizer, como podemos explicar o desenvolvimento de uma tradição como essas em uma universidade que desde a década de 1940 vinha estabelecendo um vínculo do ensino com a pesquisa e tomando mais recuos acadêmicos da atividade política? Mais que isso, como explicar a continuidade desse desenvolvimento após a Reforma Universitária de 1968, que expandiu esse regime de pós-graduação para o país?

A leitura das ideias a respeito dos intelectuais brasileiros na década de 1960 e na virada da década de 1970 auxilia essa explicação²³. Neste momento, houve uma conjuntura ideológica específica no Brasil; caracterizada pela conjugação entre a ideia de desenvolvimento do intelectual e a ideia de desenvolvimento da nação. Nessa situação, a vida intelectual e a nação passaram a ser tomadas, na academia e na política, como unidades distintas mantendo um desenvolvimento estreitado que se interferia mutuamente. De outro modo, a explicação histórica do trabalho intelectual começava a se estabelecer ao lado da explicação de um país adequado a essa intelectualidade. Isso decorreu tanto do pessimismo

²³ Tomamos o estudo de Marcelo Ridenti (2005) e o ensaio clássico de Roberto Schwarz a respeito do período (Schwarz, [1970] 1978).

amplo a respeito do atraso do país, quanto do pessimismo com a modernização que o país havia engendrado poucas décadas antes; quer dizer, como diagnóstico, houve a insatisfação intelectual com a história brasileira, por intelectuais que já haviam se formado em contextos modernizadores. Mais adiante, a análise do problema do país também se tornou a análise do problema da intelectualidade nesse país. Com essa orientação, em pouco tempo, a argumentação universitária, associada crescentemente, até então, às mudanças sociais e às manifestações mais modernas da vida intelectual no Brasil²⁴, passou a ser também utilizada também na militância pelo texto, formando o solo para o que chamamos de intelectuais engajados da universidade, intelectuais que fizeram da atividade política parte do seu cotidiano acadêmico e fizeram da atividade intelectual parte dos seus recursos políticos.

Tratando-se particularmente das revistas, a homologia histórica e a afinidade política encontradas entre críticos e intelectuais engajados ultrapassou as semelhanças entre as atividades de intervenção cultural e de intervenção política e alcançou uma nova dimensão nos cadernos; durante o fim da década de 1960 e começo da de 1970, os críticos adquiriram o papel de explicadores dos fenômenos das ideias no Brasil. E se projetaram entre os intelectuais que mais explicaram o engajamento intelectual, ao narrar a história cultural do país e o desejo dos escritos em ter uma literatura nacional. Por meio de revistas especializadas, jornais e ensaios de interpretação, os críticos descreveram uma forma de engajamento específica, comum a um conjunto de intelectuais empenhados na atividade pública, em que a cultura se tornou o lugar principal do confronto político. Mais do que isto, emergia nos textos a preocupação de vários artistas e intelectuais na construção de uma história da cultura de vanguarda no país, seja no domínio das artes e da literatura, como se deu na análise do modernismo, seja no domínio do conhecimento e das instituições modernizadoras, como se deu com história da universidade e dos intelectuais brasileiros. Esta é uma questão que se sobressai expressivamente na leitura das revistas, mas também na interpretação das atividades políticas e acadêmicas dos seus intelectuais na universidade e na militância civil e partidária que eles aderiram. Quer dizer, em torno dos críticos e dos intelectuais engajados se formou um conjunto de práticas intelectuais e ideias políticas assentadas em uma interpretação sobre a importância política da cultura brasileira moderna, dos seus limites, do seu alcance e da sua capacidade de transformação.

²⁴ Acompanhamento Florestan Fernandes na associação entre ciência, universidade e modernização no Brasil (Fernandes, 1980).

Esses são elementos que podem ser discutidos se observamos como ponto de fuga, por exemplo, o desenvolvimento da produção intelectual de Antonio Candido e de alguns outros críticos. No prefácio à quinta edição de *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, livro que ganhou atenção em *Almanaque*, Antonio Candido deu uma contribuição marcante para a consagração da obra e da atividade política dos intelectuais brasileiros. No texto publicado em 1969, reescrito em 1967 a partir de um pequeno trecho da edição anterior de 1963 e acoplado desde então à obra principal, Antonio Candido acentuou sua análise sobre os intelectuais relevando o efeito político exercido por obras do pensamento brasileiro a partir do significado delas para as gerações seguintes. O crítico sinalizou enfaticamente a relevância intelectual e histórica das chamadas “interpretações do Brasil”, canonizando certa interpretação a respeito das obras lançadas na década de 1930 de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda e Caio Prado Júnior. No prefácio, Candido relata como as publicações contribuíram decisivamente na construção das concepções e ideias modernas sobre a realidade nacional ao terem ampliado o interesse das gerações seguintes pelos fenômenos particulares de sua sociedade e história sem o pessimismo comum e saudosista dos intelectuais do início do século.

Ao evocar esses impactos intelectuais sobre os moços de entre 1933 e 1942, talvez eu esteja focalizando de modo algo restritivo os que adotavam posições de esquerda, como eu próprio: comunistas e socialistas coerentemente militantes, ou participando apenas pelas idéias. Para nós, os três autores citados foram trazendo elementos de uma visão do Brasil que parecia adequar-se ao nosso ponto de vista. Traziam a denúncia do preconceito de raça, a valorização do elemento de cor, a crítica dos fundamentos “patriarcais” e agrários, o discernimento das condições econômicas, a desmistificação da retórica liberal. Antonio Candido (Candido, p.11, [1967] 1995).

Já no *post-scriptum* ao prefácio, escrito em 1986, o crítico realça as contribuições democráticas de *Raízes do Brasil* e relação entre o pensamento intelectual, o povo e a classe trabalhadora. A defesa do texto muda de nuance e parte para o repertório mais comum da esquerda socialista. As mudanças que Antonio Candido fez em seu texto são exemplares de um outro ponto a ser explorado mais a frente, o modo como essa brasilidade do pensamento social entra em declínio na década de 1980, cedendo espaço para outras manifestações políticas de intelectuais:

Há meio século, neste livro, Sérgio deixou claro que só o próprio povo, tomando a

iniciativa, poderia cuidar do seu destino. Isto faz dele um coerente radical democrático, autor de contribuição que deve ser explorada e desenvolvida no sentido de uma política popular adequada às condições do Brasil, segundo princípios ideológicos definidos.

Por isso, repito com realce o que escrevi no prefácio de 1967: uma das forças de Raízes do Brasil foi ter mostrado como o estudo do passado, longe de ser operação saudosista, modo de legitimar as estruturas vigentes, ou simples verificação, pode ser uma arma para abrir caminho aos grandes movimentos democráticos integrais, isto é, os que contam com a iniciativa do povo trabalhador e não o confinam ao papel de massa de manobra, como é uso. Antonio Candido, (Candido, p.23 e 24., ([1986] 2013).

Ao acentuar cada vez mais a importância política das obras e dar contornos mais bem definidos ao conteúdo político que valorizava – radicalismo da classe média, povo trabalhador e democracia- Candido relata uma história coletiva dele próprio e de vários intelectuais até a década de 1980, que se decidiram apropriar de um passado modernizado da cultura brasileira e de dimensões mais populares e democráticas dessa cultura. De outra maneira, poderíamos tomar as mudanças de Candido como mudanças paralelas à própria organização do povo em bases mais democráticas, construídas entre o primeiro e o segundo texto. Enfim, podemos tomar a mudança dos textos como exemplar de um imaginário intelectual e popular que se definiu conforme as ações políticas também erigiam esse imaginário.

Outros críticos disseminaram a análise da produção intelectual da cultura nacional, em torno da proposta de Candido de pensar a crítica dialeticamente entre vertentes formalistas e históricas²⁵. A dissertação de mestrado de João Luiz Lafetá é sintomática dessa vida intelectual que acredita do potencial político da cultura e, por consequência, no potencial da própria *crítica*. Lafetá realizou seu estudo nos primeiros anos da década de 1970, em pleno diálogo com seu mestre Candido. Resumidamente, o jovem crítico encontrou no modernismo de 1930 expressões ideológicas compartilhadas pelos críticos literários atuantes nesse decênio. Para ele, o engajamento da produção artística e reflexiva da crítica daquela década aconteceu substantivamente pelo fenômeno da rotinização do modernismo, emerso com o esfriamento do projeto estético do movimento da década anterior, de renovação da linguagem tradicional, e com a acentuação do seu projeto ideológico nacionalista (Lafetá, [1974] 2000). Essas considerações a respeito do modernismo também foram estudadas na mesma época por

²⁵ Cf. Candido [1965 (2014)], (1970).

Teresa Pires Vara, Lígia Chiappini Moraes Leite, Telê Ancona Lopez, Vera Chalmers e outros.

Diferente dos colegas e alunos que se interessavam pelo passado mais recente da cultura nacional, em 1970, Roberto Schwarz recuperou também dimensões políticas da cultura brasileira, mas circunscrita a uma análise dos fatos que lhe eram contemporâneos, acontecidos após a instauração do regime em 1964, como o Tropicalismo e o Cinema Novo. Radicado em Paris após a intensificação do autoritarismo no final da década, Roberto Schwarz observou a ebulição cultural e política vivida no país, a despeito do acirramento do regime, com a atenção específica às modificações estruturais promovidas pelo avanço do capitalismo brasileiro no país (Schwarz, [1970] 1978). Na observação das obras e da hegemonia da esquerda na cultura, a expressão clássica do ensaio, Schwarz encontrou tanto nas linguagens do cinema, do teatro e da literatura, quanto na intensa mobilização social que se acirrava, os resultados da expansão dos fenômenos modernos sobre estruturas atrasadas no país, da ruptura dessas estruturas e da associação da modernização com elas. Para o *crítico*, a consistência das vanguardas naqueles anos emergia do esforço de síntese entre essas estruturas opostas, marcadas por formas expressivas inovadoras e arcaicas. Quando essas estruturas não atingiam a elaboração da síntese- uma nova sociedade, linguagem ou estética- os pares opostos se sobrepunham sem resolução do conflito instaurado entre eles. A despeito do avanço do conservadorismo em frentes diversas, era esse esforço de síntese que caracterizava a hegemonia da esquerda na cultura, o que ele percebia no Cinema Novo, nos filmes de Paulo César Saraceni e Glauber Rocha, nos livros de Carlos Heitor Cony e Antonio Callado e no teatro de José Celso Martinez Correa. Em muitas dessas obras, o tema central, salientou Schwarz, resultava justamente na conversão do intelectual brasileiro a alguma forma de militância, como experiência de encontro do intelectual moderno com o atraso do país. Entre esses autores e, principalmente com Roberto Schwarz, a noção de cultura ultrapassava a representação artística e figurativa da realidade e alcançava uma existência social a par de outros fenômenos, políticos e econômicos; todos eles estruturados em torno de uma mesma lógica formal e histórica.

Para Marcelo Ridenti (2005), desenvolvendo algumas das teses de Schwarz trinta anos depois e de alguma maneira também o interpretando, a elevação do marxismo a uma das principais correntes acadêmicas na Universidade de São Paulo foi um dos fatos mais importantes na atividade política de intelectuais nas décadas de 1960 e 1970, marcando substantivamente uma geração. A rigor, as teses de Roberto Schwarz, Carlos Guilherme Mota, que comentaremos depois, e Marcelo Ridenti convergem para o entendimento da força

dos paradigmas da esquerda na vida intelectual dedicada à cultura brasileira no final da década de 1960. Para essa questão, não há como deixar de lembrar a relevância dos seminários de *O Capital*, realizados na Faculdade de Filosofia a partir de 1957, sob o estímulo inicial de José Arthur Gianotti e com atividades intensas durante a década de 1960, contando com a presença dos principais professores jovens da Faculdade nessa década e com alguns de seus alunos, como o próprio Schwarz, Fernando Henrique Cardoso, Octávio Ianni, Bento Prado Jr, Fernando Novais, Leôncio Martins Rodrigues, Ruy Fausto, Paul Singer, Ruth Cardoso, entre outros. Cabe lembrar o quanto parte expressiva desses nomes foram o alvo principal da aposentadoria compulsória no final da década de 1960 e vieram compor o debate intelectual na década seguinte, no CEBRAP, dentro e fora da universidade e dentro e fora do país. Os intelectuais que participaram dos seminários e estiveram nas revistas foram, principalmente, Fernando Henrique Cardoso em *Argumento* e Bento Prado Júnior em *Almanaque*, depois de voltarem do exílio. Na sua análise desses e de outros intelectuais e artistas na década de 1960, Ridenti utiliza categorias de Raymond Williams e Michel Löwy, identificando a emergência de uma estrutura de sentimentos entre intelectuais, ligada a um espírito romântico revolucionário da década, de tentativas de transformação social aliada à idealização de um autêntico homem brasileiro do povo, o qual ainda não teria sido tocado pela revolução capitalista em curso desde as décadas anteriores (Ridenti, 2014).

O contexto das revistas, por sua vez, é um tanto diverso deste, posterior, embora mantenha algumas das suas características. No plano das ideias, as revistas se mostram representantes de uma espécie de giro intelectual referenciado a si mesmo, em que a compreensão do objeto analisado atingiu a compreensão dos sujeitos que em comum o analisavam, o intelectual engajado e o crítico. Aliás, Roberto Schwarz pode ser considerado um intelectual exemplar desse fenômeno, ele próprio, a um só tempo, crítico e intelectual engajado. Como se percebe nas revistas, as próprias categorias responsáveis pelo conhecimento, como a universidade, o intelectual e a crítica se tornam o alvo do próprio conhecimento que elas realizam; viram objeto: *Almanaque* tem seu primeiro editorial pensando a condição do intelectual diante de dilemas históricos, enquanto em *Almanaque* há a discussão sobre o papel da crítica enfrentando esses e outros dilemas.

Na segunda metade da década de 1970, com as relações entre intelectuais engajados e críticos, uma nova dimensão política da cultura passou a ser observada, a democrática. Em respostas aos efeitos do Regime Militar, que no início da década havia se tornado porta voz da nacionalidade, do povo e da simbologia verde e amarela, intelectuais diversos reconstruíam a noção de cultura popular na esteira da luta pela redemocratização, com a aproximação dos

elementos que simbolizavam as mudanças na sociedade civil. Para os intelectuais engajados, a cultura nacional deixava de ser propriedade do autoritarismo do Estado e passava ser elemento constituinte na análise da realidade concreta do povo brasileiro.

A questão ganhou atenção explícita de intelectuais que se dirigiram o debate político da época, em especial os que fundaram o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC) em 1976, Marilena Chauí, José Álvaro Moisés e Francisco Weffort, saído do CEBRAP; todos participantes mais tarde da fundação do PT em 1980. Este grupo orientou uma preocupação particular com a investigação do Brasil em aspectos sociais, econômicos e culturais na perspectiva das classes populares do país, distanciando-se consideravelmente da análise do Estado e das instituições locais para estabelecer uma análise da cultura, da política e da democracia em âmbitos mais abrangentes. Além de novas dimensões analisadas, o interesse deles se coadunou com as práticas políticas do fim daquela década, momento em que o país revivia a mais intensa mobilização social depois de mais de uma década, com os movimentos de resistência à ditadura, o novo sindicalismo, as Comunidades Eclesiais de Base, inspiradas na Teologia da Libertação, e com os movimentos estudantis contra a ditadura, entre outros.

Um outro intelectual importante do momento que se preocupou com a questão da cultura e da democracia foi Carlos Nelson Coutinho, figura distante do eixo paulista. Baiano, com carreira no Rio de Janeiro e com experiência na crítica, Coutinho publicou em 1979 o ensaio político *A democracia como valor universal*, texto com impacto significativo para o debate intelectual e político brasileiro naqueles anos, como lembrou Maria Hermínia Tavares de Almeida (1992), secretária de redação da *Argumento*. Filósofo e ex-militante do Partido Comunista Brasileiro, Coutinho havia se tornado um dos principais responsáveis pela disseminação do pensamento de Lúhacs e de Gramsci no Brasil na década de 1970. No referido ensaio, travou um amplo confronto com parcelas da esquerda e da direita do país, enquanto estabeleceu sua opção teórica e política pela democracia como elemento imprescindível para o pensamento e para a ação socialista e marxista contemporâneas no país.

Em atitude semelhante a vários intelectuais de São Paulo e de sua geração, Carlos Nelson Coutinho se tornou militante do PT durante a década de 1980, embora não tenha participado da fundação do partido como fizeram os intelectuais do CEDEC. Tal como os fundadores do partido, Coutinho defendeu a necessidade de se rever o transplante das ideias estrangeiras para o país, advogando sobre a importância de adequá-las à realidade nacional,

tema que também já havia ganhado análises consagradas de Roberto Schwarz em *Argumento* e no ensaio *As ideias fora do lugar*, publicado em *Ao vencedor as batatas*²⁶, em 1977.

Todos estes intelectuais podem compor o que entenderíamos por uma história política de críticos e intelectuais engajados durante a década de 1970 com vários temas e experiências comuns. É bastante notável na análise dos diversos nomes que associaram política e universidade, o quanto suas trajetórias já haviam passado pela USP nessa década e o quanto se cruzaram na fundação e na atuação do Partido dos Trabalhadores (PT) e depois na fundação do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). O recorte estabelecido por Almeida (1992), a respeito de intelectuais que se engajaram nas décadas de 1970 e 1980, mostra como a atividade na imprensa, como espaço intermediário para as atividades acadêmicas e políticas, desempenhou marcante na arregimentação política de intelectuais, como ocorreu com o jornal *Opinião* entre 1972 e 1978, também formado por Fernando Gasparian, responsável por *Argumento*.

Neste trabalho, percebemos que para a conjugação de atividades políticas e acadêmicas houve, além da imprensa, a importância notável de instituições de pesquisa no interior e fora da universidade. *Argumento* e *Almanaque* são componentes de uma fração do trabalho intelectual aberta à imprensa, de áreas universitárias abertas ao diálogo político e cultural e de instituições de pesquisa que acolheram intelectuais universitários fora da universidade. O CEBRAP e o CEDEC são dois dos exemplos mais expressivos dessas instituições que vislumbraram atividades diversas e se tornaram celeiros de intelectuais atuantes na política durante as décadas posteriores.

Cultura brasileira e ideologia nacional

Com o passar dos anos, a aglomeração de intelectuais em atividades mistas na universidade, na imprensa, nos centros de pesquisa e na militância política conformou novas direções ao debate político e acadêmico. E um dos debates mais férteis da década de 1970 a respeito do problema político do paradigma nacional na cultura e na política, com defesas e críticas dos intelectuais a ele.

A título de comparação, na década de 1980 em diante, houve duas orientações políticas bastante divergentes a alguns intelectuais que remetem a essa questão, ainda pouco posta na década de 1970 e em defesa da ruptura radical com o legado varguista e nacionalista

²⁶ Ver Schwarz, R. ([1977] 2000).

e não apenas com o regime autoritário. De um lado, crescentemente se nutriu a defesa de paradigmas internacionalistas como alternativa ao paradigma nacional, de outro, buscou-se cada vez mais recriar o ideário nacionalista do ângulo da classe trabalhadora e dos grupos subalternos.

Em dois exemplos significativos da luta travada por intelectuais engajados já na nova democracia, em especial na década de 1980, Milton Lahuerta (2001) encontrou no pensamento político e intelectual de Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort representações emblemáticas de duas matrizes distintas de pensamento e ação, lideradas por esses dois intelectuais que ascenderam na vida pública durante a década de 1970. Entre outras caracterizações mais importantes, percebe-se já na década de 1970 a franca oposição dos dois a uma tradição de pensamento político e social erigido após a Revolução de 1930:

De tal modo que, ainda que possamos vislumbrar resultados totalmente distintos do ponto de vista da política que cada um faz e dos objetivos a que se propõem [Fernando Henrique Cardoso e Francisco Weffort], há uma mesma fundamentação e uma mesma exigência de ruptura com a tradição nacionalista e populista. Ou seja, nas opções que se colocaram a eles já no final dos anos setenta estava implícita essa perspectiva, ainda que com desdobramentos políticos diferentes. Em Cardoso, com a proposição de se constituir um “partido ônibus” e com a recusa do ângulo classista, aderindo ao realismo e qualificando-se como o condutor da “revolução passiva”. Em Weffort, com a aposta na criação de um “partido de classe”, com a ênfase na identidade desse novo ator coletivo expressivo dos movimentos sociais e centrado no tema da ruptura com a tutela do sindicalismo. Inclusive, se observamos as duas trajetórias articuladamente, uma ganha enorme significado em relação à outra, como se estivessem, a despeito das inúmeras diferenças entre suas opções, sempre dialogando dentro de um mesmo campo. Um campo que tem como chão comum a recusa da “era Vargas” e a pretensão de refundar a história do país (Lahuerta, p. 90, 2001).

O argumento de Lahuerta considera o pensamento político desses dois intelectuais engajados representativos de um novo tempo, após a abertura democrática e com a formação do PT e do PSBD. São informações necessárias para a caracterização desses dois intelectuais em um momento anterior. Com o argumento de Lahuerta, percebe-se o processo crescente de desapego desses intelectuais a qualquer perspectiva que implicasse na formação da nação ou o paradigma nacional como estratégia central para a luta política ou para a explicação dos fenômenos existentes no Brasil. Para a análise da década de 1970, é necessário inserir esses

intelectuais em um debate que ainda pende para a defesa do paradigma nacional, como projetado pelas manifestações populares e nacionais do fim da década de 1960, mas que já manifesta as tentativas de superá-lo ou de articulá-lo com outros fenômenos para o entendimento do país. Por parte dos intelectuais, como Florestan Fernandes, Antonio Candido, Roberto Schwarz e outros ainda havia a ideia de uma especificidade brasileira dos problemas, sejam eles da cultura, sejam elas da política; a análise da cultura ainda era um ponto de fuga para a compreensão de fenômenos abrangentes, seja para a compreensão de fenômenos comuns ao povo brasileiro, que lhe davam identidade, seja para a compreensão das expressões artísticas dominantes, que erigiam o que se entendia por cultura e sociedade brasileira.

Para usarmos os termos de Carlos Guilherme Mota, a vida intelectual paulista da década de 1970 ainda se inscreveu numa vertente radical e de esquerda da manifestação do espectro ideológico da cultura brasileira ([1977] 2008), pelo menos até a fundação do Partido dos Trabalhadores em 1980. Essa vertente já suportava no seu interior demonstrações de limites do paradigma nacional desde o final da década de 1960, quando emergiram estudos que inseriram o país em realidades abrangentes da periferia do capitalismo, dedicados ao tema do subdesenvolvimento, da dependência nacional e da condição comum dos países latino-americanos.

Em outras palavras, podemos encarar a década de 1970 como um período de transição para novos paradigmas; um período de finalização de um conjunto de questões tributárias durante décadas do problema da *formação* do país e de questões adjacentes a modernização nacional. Este paradigma, entre raízes e modernidade brasileira, foi erigido por diferentes motivos entre as décadas de 1920 e 1930 e propôs pelas décadas seguintes a singularidade nacional como elemento imprescindível em qualquer explicação referida a sua economia, cultura e sociedade. Para a perspectiva inicial dos chamados *intérpretes* do Brasil, tratava-se de tornar a nação o recorte privilegiado para a observação, nela eles explicariam a origem de fenômenos diversos, encontrariam a abrangência de outros, lidariam com seus limites e, enfim, sobretudo nela, fariam sua intervenção. Dessa preocupação, as perguntas sobre a *formação* da nação e a possibilidade de modernizá-la podem ser consideradas as manifestações mais consagradas e duradouras entre intelectuais em um grande arco histórico, entre as décadas de 1930 e 1970.

Como parte das reflexões sobre essa produção intelectual no Brasil, a tese de Livre – Docência em História Contemporânea de Carlos Guilherme Mota, *A ideologia da cultura brasileira (1933- 1974)- Pontos de partida para uma revisão histórica* ([1977] 2008),

publicada em 1977, teve impacto marcante na segunda metade da década de 1970 e representa, de alguma maneira, o crepúsculo dessas indagações. A tese expressa significativamente a alteração dos paradigmas e das narrativas a respeito da cultura brasileira nesse momento, revelando o impasse dos intelectuais diante da sua própria produção e demonstrando o quanto ela se traduz em formas ilustradas de reflexão cultural e, ao mesmo tempo, em formas cooptadas pelo regime autoritário dominante:

Na raiz da investigação acha-se a inquietação absorvida nesta área dependente nos últimos dez ou doze anos. De uma era populista e desenvolvimentista, transitou-se para as malhas de um Estado autoritário, suficientemente articulado, e até sofisticado, para absorver e consentir formas ‘ilustradas’ de reflexão e produção cultural. Numa palavra, colocamo-nos como problema indagar dos dilemas enfrentados e nem sempre resolvidos pela intelectualidade, num processo cultural que, em virtude de seu embasamento ideológico, e em virtude dos contextos vividos, assume dimensões políticas críticas. Cultura e política tornaram-se, mais do que nunca, componentes indissolúveis do mesmo processo: dizer que constituem níveis distintos de uma mesma realidade parece pouco mais que sonegar o essencial. (Mota, p.61, [1977] 2008).

Ao ter se preocupado em retrair desde a década de 1930 a construção ideológica da chamada cultura brasileira e, por consequência, a propensão ao caráter mitificado e conservador que ela adquiriu com o passar dos anos, a tese se situa como herdeira e questionadora dos rumos do pensamento social brasileiro. Na década de 1970, o que se entendia por cultura brasileira se referia a um universo de contradições exposta, em dimensões ilustradas e conservadoras desse paradigma. É difícil estabelecer a leitura da tese de Mota sem localizá-la em uma conjuntura em que a vida intelectual refere-se a si mesma por motivações tanto políticas quanto acadêmicas, tentando contornar as exigências desses dois universos. O historiador se mantinha em diálogo direto com autores que na virada da década de 1960 e 1970 fizeram do texto e de linguagens artísticas diversas o lugar privilegiado para suas intervenções, reconhecendo a importância política da análise acadêmica diante dos fatos e do potencial político do trabalho artístico e intelectual dos intérpretes do Brasil. Seu debate se mostra em franca identificação com os textos de Antonio Candido, Roberto Schwarz e Celso Furtado realizados no final da década de 1960, tipificados por Mota como representantes da intelectualidade empenhada na revisão radical do paradigma da cultura brasileira sem perder de vista essa cultura como horizonte da sua referência. Mota define um lugar intelectual privilegiado para as pesquisas e debates desses autores,

emergentes nas décadas seguintes a Revolução de 1930, em uma definição apropriada de Antonio Candido, para a caracterização do que se entende como intelectuais radicais; acadêmicos em sua maioria paulistas, que observaram a cultura brasileira em perspectiva crítica, destronando o mito da democracia racial, o nacionalismo empedernido e a ideologia da independência nacional. Além dos nomes citados, nessa tradição ainda estariam contemplados, segundo Mota, os trabalhos de Caio Prado Júnior, Florestan Fernandes, Raymundo Faoro e Dante Moreira Leite.

Na classificação do autor, as revisões radicais do paradigma da cultura brasileira tiveram como grande marco o debate sobre a identidade nacional entre os anos de 1966 e 1969, época de revisões conciliadas com aberturas teóricas ([1977] 2008); tendo como um dos seus maiores marcos a publicação da *Revista Civilização Brasileira* (1966-1968), expoente da história do pensamento progressista e da cultura do país. Se caracterizarmos o período que se seguiu ainda com as tipologias do autor, entre os anos de 1969 e 1974 houve o início de uma acentuada preocupação com os impasses da dependência cultural, questão recorrente em *Argumento*. As duas revistas são parte de uma situação em que os problemas imediatos no âmbito da nação impossibilitavam a análise da cultura nacional sem o entendimento de esquemas globais de dominação e de imperialismo entre nações. De outro modo, as revistas podem ser situadas em uma defesa contraditória do nacionalismo dos intelectuais, que redundava em um entendimento de limites políticos e teóricos do problema da nação e de tentativas de mobilizá-lo de forma inovadora.

Isso teve consequências e relações teóricas. Sobreposta à análise dos elementos componentes nacionais, houve a necessidade crescente da análise comparada de fenômenos estrangeiros como pontos de referências a serem contrastados pelo analista como elementos diversos, mas não alheios ao que acontecia no interior da nação. Esta análise comparativa se desdobrou cada vez mais em um método propriamente dialético, responsável por recompor o papel da história na explicação de fenômenos estruturados nacionalmente e por articular a nação à explicação da expansão internacional do capitalismo e aos processos globais de desenvolvimento e dependência entre os países. Tratava-se de contornar demandas diversas de análise e explicitá-las em uma metodologia que desse conta de exigências distintas. Para um exemplo, em *Literatura e subdesenvolvimento*, publicado no primeiro no primeiro volume de *Argumento*, Antonio Candido demonstra novas orientações sobre a produção cultural brasileira, principalmente realçando seu caráter latino- americano, a aproximação da cultura de vanguarda da cultura popular e as contradições da produção cultural considerada moderna.

Visto que somos um "continente sob intervenção", cabe à literatura latino-americana uma vigilância extrema, a fim de não ser arrastada pelos instrumentos e valores da cultura de massa, que seduzem tantos teóricos e artistas contemporâneos. Não é o caso de aderir aos "apocalípticos", mas de alertar os "integrados" para usar a expressiva distinção de Umberto Eco. Certas experiências modernas são fecundas sob o ponto de vista do espírito de vanguarda e da inserção da arte e da literatura no ritmo do tempo, como é o caso do Concretismo e outras correntes. Mas não custa lembrar o que pode ocorrer quando manipuladas politicamente do lado errado, numa sociedade de massas. Com efeito, apesar de no momento elas apresentarem um aspecto hermético e restritivo, os princípios em que se baseiam, com recurso à sonoridade expressiva, ao grafismo e às combinações sintagmáticas de alto poder sugestivo, podem eventualmente torná-las muito mais penetrantes do que as formas literárias tradicionais, funcionando elas como instrumentos não-literários, mas por isso mesmo mais penetrantes, junto a públicos massificados. E não há interesse, para a expressão literária da América Latina, em passar da segregação aristocrática da era das oligarquias para a manipulação dirigida das massas, na era da propaganda e do imperialismo total (Candido, p.4, [1973] 1989).

No texto, há elementos também para a averiguação do debate político de boa parte dos críticos e artistas dessa década, acentuando a valorização do modernismo brasileiro como cânone nacional autóctone. Do ponto de vista dessa crítica, há uma importância política do cânone que é imprescindível à independência nacional. O autor relembra de uma de suas teses mais antigas, precisamente a relevância cultural e política formação da literatura brasileira, como sistema simbólico autônomo e como expressão de uma identidade independente. Segundo ele, a literatura quando independente goza da referência aos elementos da sua própria história, sem a necessidade de se referir aos cânones estrangeiros. No pensamento de Antonio Candido, o sistema simbólico da literatura pode ser comparável a uma noção progressista de tradição, sem o ranço conservador que esta noção comumente guarda; a tradição se assemelharia às noções de cultura e repertório coletivo, que se modificam conforme são tomadas como ponto de partida das inovações. O melhor exemplo para o crítico é o efeito das vanguardas modernistas na América Latina, que em primeiro momento se estabeleceram em diálogo com as vertentes europeias, mas, em um segundo momento, tiveram na própria inovação local a referência para outras gerações. A partir do modernismo a literatura latino-americana, mais acentuadamente a brasileira, veio a caracterizar-se pela radicalização da reflexão sobre o país, como um processo crescente de tomada de consciência do país aliado à inovação estilística. Com exceção da valorização do paradigma latino-americano, mais comum em *Argumento*, algumas das orientações de Candido compõem parte

expressiva do material das duas revistas, ao longo do período de 1973 a 1982. Delas podemos extrair três preocupações recorrentes, como veremos a seguir:

- I. Valorização política da cultura e do intelectual na crítica ao regime militar,
- II. Importância das vanguardas para a cultura popular, em oposição à expansão da cultura de massa,
- III. Crítica ao rumo da modernização no país.

Temas e materiais

Pretende-se explorar cada volume de *Argumento* e *Almanaque* a partir de suas principais ideias e práticas, além de uma análise circunscrita da trajetória dos seus principais intelectuais na década de 1970, mostrando as particularidades de cada caderno e as questões coletivas ensejadas neles.

Argumento - Revista mensal de cultura, volume 1. 1973		
Texto	Autor	Conteúdo
O negro no Brasil e nos Estados Unidos (Capa)	Thomas E. Skidmore	Diferenças no processo de abolição e inclusão do negro, categoria intermediária no Brasil (mulato) e tensões políticas nos EUA.
Literatura e subdesenvolvimento	Antonio Candido	Nativismo primitivo e influências metropolitanas, consciência do subdesenvolvimento, modernismo de 1930 e superação da dependência, regionalismos na América Latina, universalidade da região, etapas do desenvolvimento da cultura.
O mito do desenvolvimento e o futuro do terceiro mundo	Celso Furtado	Capitalismo e exclusão, capitalismo e periferia, desenvolvimento, Terceiro Mundo e imperialismo
Cinema: Trajetória no subdesenvolvimento	Paulo Emílio Salles Gomes	Cinema no Terceiro Mundo, cinema na periferia do capitalismo, comunismo e arte, Cinema Novo e 1964, erotismo e Chanchada, reflexão crítica no cinema, cinema e “milagre brasileiro”.
As relações Estados Unidos – América Latina, depois da Guerra Fria	Aníbal Pinto	Pan-Americanismo, desenvolvimento da América Latina, problemas.

Um grito parado no ar- Entrevista a Gianfrancesco Guarnieri	Geraldo Mayrink	Alegoria, hermetismo e censura. Vazio cultural e pessimismo. Crise do teatro
Chile: Um caminho possível	Fernando Henrique Cardoso	Golpe contra Allende, conflitos e establishment militar.
Destruição da natureza: Ações e omissões	Antonio Callado	Retórica ufanista, indigenismo, conservação da natureza.
Uma crise de importância?	Jean-Claude Bernadet	Dez anos de “Deus e o Diabo”, postura crítica, Cinema Novo, identidade brasileira.
Os cidadãos da marginal	Lúcio Kowarick, Margarida Carvalhosa, Eduardo P. Graeff	Progresso, cidades e periferia; objetividade tecnocrática e exclusão.
Minha mãe morrendo Flávio de Carvalho	Flávio Aguiar	Irreverência e poder, artista maldito.
Livros (Resenhas)	Rita Eliézer Galvão	Plano Geral do Cinema Brasileiro- Geraldo Santos Pereira
	Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento	Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism- Joseph Love
	Lígia Chiappini Moraes Leite	Mário de Andrade: Ramais e Caminho- Telê Ancona Lopez
	Paulo Sérgio de Moraes Sarmiento	“Portugalização” do Brasil?- Philippe C. Schmitter
	Eduardo Kugelmas	Brasil- Estados Unidos dos anos 60 ao 70 - Carlos Estevan Martins .

Análises comparativas marcam o primeiro volume de *Argumento*, sobretudo, em torno do eixo da comparação entre centro e periferia do capitalismo. Ganham análises as comparações entre Brasil e Estados Unidos, América Latina e Império, Terceiro Mundo e Primeiro Mundo. Nos textos dos críticos, nota-se a preocupação com as vanguardas, sejam as vanguardas de comportamento, sejam as vanguardas de arte, como o Cinema Novo e o Modernismo. Os problemas da modernização e da expansão do capitalismo são criticados nos textos sobre crise das vanguardas no teatro, exclusão dos mais pobres, devastação da natureza, golpe militar e expansão das metrópoles.

Financeiramente, a figura incentivadora de *Argumento* foi Fernando Gasparian, empresário, jornalista e político com passagem pelo Partido Socialista Brasileiro na década de 1950. Roberto Campos, economista ligado ao regime e um típico intelectual a ser contrastado com os intelectuais da revista, definiu o empresário como “socialista de salão e capitalista de

balcão”²⁷. Em todo caso, é difícil reconhecer Gasparian identificado com o socialismo, mas reconhecido pela militância nacionalista e democrática, como Barbosa Lima Sobrinho, lugar ideológico ocupado por ambos também após o regime militar, na Constituinte e no Congresso Nacional, respectivamente. Em 1972, Gasparian já havia se manifestado publicamente contra o regime ao formar o jornal *Opinião*, com parte significativa dos intelectuais de *Argumento*: Celso Furtado, Antonio Candido, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Emílio Salles Gomes e Barbosa Lima Sobrinho, somados a participação de Alceu Amoroso Lima e Ênio Silveira. Dentre os intelectuais que participaram do *Opinião*, nota-se significativamente a ausência de Francisco de Oliveira em *Argumento*, por motivos desconhecidos²⁸. Sobre a editora *Paz e Terra*, que publicou *Opinião* e *Argumento*, é notável como ela fez dos intelectuais em oposição ao regime parte importante da composição do seu catálogo depois de 1972, quando Gasparian a comprou de Ênio Silveira. Entre as diferenças do jornal com a revista se nota como a revista teve os intelectuais como seus protagonistas, enquanto no jornal ainda dividiam a cena com jornalistas, além da função da revista em articular os intelectuais brasileiros com lideranças intelectuais de fora do país, que também era lideranças de centro-esquerda na América Latina, na Europa e nos Estados Unidos.

Argumento - Revista mensal de cultura, volume 2. 1973		
Texto	Autor	Conteúdo
Estética e ideologia: O modernismo de 1930 (Capa)	J. L. Lafetá	Análise da primeira fase do modernismo como pré-consciência do subdesenvolvimento, tensão entre o projeto estético e o projeto ideológico, cultura e desenvolvimento, crítica à diluição das vanguardas, a consciência do atraso em fases.
O poder e o economista útil (1972)	John Kenneth Galbraith	Neutralidade e economia, crítica do presidente da “American Economic Association” à economia neoclássica, política como parte da ciência econômica. Discussão sobre o economista útil
O milagre brasileiro e a política nacional	Luiz A. Rodrigues da Cunha	A expansão do ensino superior, funções do Estado no desenvolvimento brasileiro, crítica a política educacional desde 1968.
Mudança política: revolução e reforma	Hélio Jaguaribe	Revolução e formas de mudança social, crise e crítica ao reformismo tecnocrático sem participação política, defesa do reformismo radical e progressista.

²⁷ Fonte: Cardoso (2006).

²⁸ Agradeço à professora Maria Arminda do Nascimento Arruda que, a partir da lembrança de Francisco de Oliveira, comentou sobre a importância dos economistas de esquerda e de direita na cena intelectual e engajada da década de 1970. A presença deles em *Argumento* e no *Opinião* é notável e renderia um trabalho a parte.

Estado e sociedade no Brasil: problemas de planejamento	Celso Lafer	Crítica à obstrução dos canais de participação política após 1964, limitações do desempenho político da economia de mercado, modernização e autoritarismo na América Latina.
Joana Francesa, um filme fechado	Jean- Claude Bernadet	Crítica ao filme de Cacá Diegues, fatalismo e estética fechada, personagens com futuro indefinido no Cinema Novo
Um circuito para a criatividade	Jean- Claude Bernadet	Observação sobre a I Jornada Nordestina de Curta-Metragem, formas de barateamento das produções cinematográficas e estabelecimento de novas vias de contato entre público e cinema independente.
Teatro ou televisão? (entrevista com Jorge Andrade)	Anatol Rosenfeld	A crise do teatro, a emergência da televisão, o esquecimento de Jorge Andrade pelos encenadores, o autor e as telenovelas.
Artes: Retrospectiva de Milton Dacosta	Gilda de Mello e Souza	Artes plásticas, pintura, convergência entre o figurativo e o abstrato.
Economia: Trinta Milhões de Mudos	Antonio Callado	Economia, crítica de literatura e miséria no nordeste.
Literatura: Contorno da poética de Pablo Neruda	Davi Arrigucci Júnior	Poesia e comentário crítico
Cadernos de Arte: Kathe Kollwitz		Gravuras sobre arte e operariado, camponeses e povo.

O segundo volume de *Argumento* tem no modernismo e na modernização seus temas fortes. Na capa há o estudo de João Luiz Lafetá sobre o modernismo quando o *crítico* estava prestes a concluir o mestrado. A dimensão política do estudo é demonstrável também pela citação do trabalho de Mário Vieira de Mello sobre a “consciência do atraso” na realidade do subdesenvolvimento, problema já explorado no artigo de Antonio Candido no primeiro volume. A política é presente nas análises que, ao mesmo tempo, identificam a modernização do país nos anos anteriores a partir da observação do crescimento econômico e da expansão do ensino superior, também fazem a crítica a essa modernização, seja pela restrição à participação democrática, seja pela expansão do tecnicismo do Estado, como vemos nos textos de Luiz Antonio Rodrigues da Cunha, Hélio Jaguaribe e Celso Lafer. As dimensões mais internacionalistas do volume aparecem na crítica estadunidense Galbraith aos paradigmas da economia neoclássica e na preocupação de Lafer sobre o autoritarismo na América Latina. Galbraith discute ainda sobre a importância política do economista e suas implicações sociais. Tecnicismo e neutralidade, de fato, não faziam sucesso entre os membros da revista e eram vistos como parte do discurso autoritário, mas também eram partes do discurso de intelectuais estrangeiros.

Outro aspecto da modernização daqueles anos é percebido por um crítico, Anatol Rosenfeld entrevista Jorge Andrade sobre sua nova carreira na televisão, símbolo da expansão

da indústria cultural no regime militar. Entre os outros críticos, notamos o interesse pelas vanguardas, tanto as modernistas como as daquela década, como nos dois estudos de Bernadet, no de Gilda de Mello e Souza e no de Davi Arrigucci Júnior. O texto de Callado, escritor, fala de economia e faz comentários críticos sobre o problema da miséria no nordeste, tema também de um dos filmes analisados por Bernadet. Interessante notar também como além de Barbosa Lima Sobrinho, outro *intelectual público* relacionado ao ISEB na década de 1950, Hélio Jaguaribe, aproximava-se do debate com intelectuais paulistas.

Argumento - Revista mensal de cultura, volume 3. 1973		
Texto	Autor	Conteúdo
Algumas reflexões sobre o capitalismo japonês (Capa)	Hiroji Okabe	Modelos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, fracasso da revolução burguesa em países subdesenvolvidos.
Reforma universitária e mudança social	Florestan Fernandes	Crítica ao antigo regime universitário, exigências críticas à civilização urbano-industrial, racionalidade universitária e irracionalidade do pensamento conservador, conflitos na nova cena histórica, reestruturação da universidade em bases democráticas.
O modelo brasileiro	Celso Furtado	Industrialização e subdesenvolvimento, modernização e desenvolvimento, exclusão e mudança social.
Um processo autônomo: das literaturas nacionais à literatura latino-americana	Ángel Rama	Identidade latino-americana, apropriação da cultura estrangeira, estruturas da literatura latino-americana, potencialidades, ideias e lugar.
Comentário: O mulato, um obstáculo epistemológico	Eduardo de Oliveira e Oliveira	Integração e exclusão do negro, mudança social e conservação, a questão do mulato.
Teatro: Amor ao amador	Renata Pallottini	Afirmação do teatro amador, crise do teatro universitário, valorização do experimentalismo.
Literatura: Nosso verso de pé-quebrado	A. C. de Brito (Cacaso) e Heloísa B. de Holanda	Produção poética e resistência, “geração do mimeógrafo”, circuito semi-marginal, divergências com os irmãos Campos.
Comentário: Notas de Semântica	Otto Maria Carpeaux	Como se politiza o tecnocrata? Política e técnica, ideologia e utopia.
Cinema: Choveu na caatinga?	Jean- Claude Bernadet	Cinema na Universidade, Cinema Novo, conhecimento e ação, Leon Hirzman, Roberto farias, cinema, mercado e subdesenvolvimento.
Arte: Bienal de que? Por que? Com quem?	Arnaldo P. d’ Horta	Crise do MAM e da Bienal, emergência do mercado de galerias.
Teatro: Uma reflexão sobre a traição	Fernando Peixoto	“Calabar”, a figura do traidor, “O teatro pretende erguer sua voz dentro da sociedade brasileira”.
Cinema: Em torno de São Bernardo	Ismail N. Xavier	“São Bernardo” como filme mais importante de 1973, realismo crítico.

No terceiro volume de *Argumento*, as particularidades do desenvolvimento na periferia do capitalismo aparecem mais uma vez. O texto de capa, de Okabe, se refere a um tema forte para Florestan Fernandes naqueles anos: As características das revoluções burguesas pelo mundo e a mudança de mentalidades que elas compõem. O tema se refere a

uma predileção de Barbosa Lima Sobrinho sobre o desenvolvimento japonês como modelo para o Brasil, modelo esse que teve amplo sustento da burocracia universitária. No debate sobre um outro tema bastante explorado por Florestan, vemos o texto do sociólogo Eduardo Oliveira e Oliveira, sobre a questão racial, talvez o único que se tem notícia de um intelectual negro e militante do movimento negro nas duas revistas. A relação entre ideias e lugar, questão recorrente da revista, é sinalizada com a discussão sobre liberalismo e irracionalidade no Brasil e na América Latina. O tema da reforma universitária é comentado por Florestan com críticas severas aos antigos regimes centralizadores na universidade; o argumento se baseia numa forte relação entre universidade e desenvolvimento e também entre universidade e democracia. As discussões sobre educação foram constantes na militância política de Florestan desde a década de 1950, nos movimentos em defesa da escola pública e vão se repetir nos anos posteriores ao regime militar. No texto de Florestan, as relações entre regime militar e técnica são lembradas novamente. É como se houvesse o zelo constante por parte dos intelectuais de, ao mesmo tempo, discutir o papel fundante da razão na universidade, bastante defendida, e contrapô-la ao papel da razão no regime militar, extremamente criticada. Nesse sentido, os textos de *Argumento* são substantivamente distintos de *Almanaque*, por serem mais crentes no discurso universitário comum e racional. A segunda revista se utiliza muito mais de sarcasmo, ironias e abstrações e defende menos o discurso técnico e racional da universidade, ou o defende de outra forma. Em outros termos, nesta o discurso racional dos intelectuais engajados se sobrepõe ao dos críticos, em *Almanaque* ocorre o contrário. Podemos dizer, porém, que ambas revistas se inscrevem no mesmo registro de discussões sobre liberdade das ações e racionalidade das ideias, mesmo quando duvidam dessa justaposição no Brasil.

Como se percebe no volume, dois críticos estrangeiros e exilados no Brasil, Rama e Carpeaux, ensaiam discussões políticas com claras críticas ao regime militar. Também é notável entre os críticos, antes com Rosenfeld, agora com Palottini, o diagnóstico pessimista que se repete de crise do teatro e o lugar dessa linguagem nas vanguardas, em oposição ao otimismo sobre a emergência da poesia marginal como linguagem de resistência, feita por Cacaso e Heloisa Buarque de Holanda. O lugar do experimentalismo e da cena fora do *mainstream* já haviam sido defendidos por Bernadet, mas ganham outro respaldo no texto do poeta e da crítica carioca. Em outra oposição que ocorre, podemos perceber mais uma vez o diagnóstico de emergência do mercado de cultura em oposição às vanguardas, sejam elas relacionadas ao Cinema Novo, à universidade, ao experimentalismo, ao modernismo. É importante notar como houve textos em *Argumento* de professores e críticos que estiveram

vinculados a recém-formada Escola de Comunicações e Artes da USP ou se vincularam logo depois a ela, como Bernadet, Ismail Xavier e Maria Rita Eliézer Galvão, com frequência alunos de Paulo Emílio Salles Gomes e pesquisadores que debateram diretamente com ele. Xavier e Galvão foram antes orientados formalmente por Antonio Candido na cadeira de Teoria Literária, quando mantiveram contato também com Paulo Emílio, que ainda não havia obtido seu doutorado. No caso de Renata Pallotinni, há uma semelhança entre sua trajetória e as de Jorge Andrade e de Manoel Carlos Gonçalves de Almeida, que escreve em *Almanaque*, os três acentuaram na década de 1970 as atividades como roteiristas na televisão, lugar de emprego para muitos roteirista de teatro. Particularmente Pallottini veio a ter mais sucesso na carreira universitária, como professora e pesquisadora da Escola de Arte Dramática da USP.

O período entre o final do ano de 1973 e durante o ano de 1974 é marcante também para a militância política dos intelectuais de São Paulo. Durante aquele ano, o CEBRAP e o então único partido de oposição, o MDB, aproximaram-se intensamente, definindo uma chapa em que Barbosa Lima Sobrinho saiu como candidato à vice-presidência na chapa de Ulysses Guimarães e o Centro acentuou significativamente sua participação na vida política do país. Segundo Bernardo Sorj (2001), em 1974, Fernando Gasparian apresentou Ulysses Guimarães, então um dos principais líderes da oposição partidária, para os intelectuais *cebrapinos*. A aproximação resultou em auxílio independente de alguns intelectuais paulistas na campanha de Ulysses Guimarães à presidência, entre eles, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort e Francisco de Oliveira. O foco do trabalho deles foi a construção da plataforma da campanha partidária. Embora simbólica, sem forças para vencer o Regime e na forma de uma “anti-candidatura”, a campanha simbolizou maior ação do MDB na resistência ao Regime Militar e na diluição das forças autoritárias. Daí por diante, a presença do CEBRAP no debate público cresceu, bem como a sigla se fortaleceu como partido de oposição. Paul Singer, economista ligado ao CEBRAP e fundador do Partido dos Trabalhadores anos depois, relembrou a campanha de 1974 explicando a fragilidade do MDB e as consequências posteriores do contato do partido com intelectuais.

“(...) Esse é o momento de virada. Porque nós votávamos nulo ou em branco. Nós não votávamos no MDB. Porque o MDB era considerado o partido do ‘sim, senhor’. A gente achava que era uma falsa oposição. E não era. Era verdadeira. Mostrou ser autêntica e nós mudamos- o Brasil inteiro e o CEBRAP também (Singer, p.72, 1999).”

Embora desabonador para as eleições presidenciais, o resultado da campanha foi positivo para a conquista do legislativo pela oposição, que conquistou 16 das 21 cadeiras para o Senado. Não só isso, a ascensão do General Geisel representou o começo da transição lenta e gradual para a democracia, mudando a tonalidade do Regime. Saiu a ala “linha dura”, mais autoritária, emergiu a dos “moderados”, menos autoritária. Em 1975, o CEBRAP esteve novamente em pleno debate público, desta vez quando a Arquidiocese de São Paulo, liderada por Dom Paulo Evaristo Arns e com o intermédio do professor Cândido Procópio Ferreira Mendes, encomendou ao Centro um estudo de relevância significativa para a história intelectual paulista e de repercussão nacional; o marco no estudo do desenvolvimento e da pobreza, *São Paulo: Crescimento e Pobreza*. Porém, o momento mais importante para os intelectuais do CEBRAP e de *Argumento* veio a seguir, em 1978, quando Fernando Henrique Cardoso se elegeu suplente de Senador, na chapa de André Franco Montoro, pelo MDB de São Paulo, afirmando-se de vez na carreira política que vivenciou nas décadas seguintes.²⁹

²⁹ Como lembrou a professora Angela Alonso no exame de qualificação, a trajetória política de Vinicius Caldeira Brant (1941-1999) é exemplar das ações políticas de diversos intelectuais na década de 1970: Brant teve passagens pelas ações das ligas camponesas, da UNE e da Juventude Católica na década anterior, radicou-se na França depois do golpe de 1964, integrou o CEBRAP e o CEDEC na década de 1970, fundou o PT como muitos e se candidatou ao cargo de vereador em São Paulo no começo da década de 1980. Sua trajetória inclui ainda o nascimento em uma família de políticos mineiros e a formação acadêmica pela universidade em Minas Gerais, onde voltou para lecionar na década de 1990 (Fonte: CPDOC- FGV). Na entrevista de Paul Singer (1999), Brant é lembrado também pela tortura política vivida em 1974, quando ele e os intelectuais do CEBRAP viveram intensas represálias do regime.

Argumento- Revista mensal de cultura, volume 4. 1974		
Texto	Autor	Conteúdo
O futebol no Brasil (Capa)	Anatol Rosenfeld	Identidade brasileira, ascensão das camadas pobres, ideias e lugar, nacional e estrangeiro.
O enfoque histórico no desenvolvimento econômico	Barbosa Lima Sobrinho	Desenvolvimento e dependência, capital estrangeiro, mercado interno, intelectuais e política, ensaio.
Criando o romance brasileiro	Roberto Schwarz	Dependência e desenvolvimento da cultura, ideias e lugar, vida intelectual diversa na periferia, identidade da cultura brasileira, crítica à burguesia no Brasil, Antonio Candido, forma e história.
O contexto e os intelectuais	José Arthur Gianotti	Intelectuais e Estado, intelectuais e base, independência da vida intelectual, ciência e burguesia, crítica à concepção tradicional e estetizante da cultura, crise da universidade, intelectualidade e política, cena histórica.
Anatol Rosenfeld	Otto Maria Carpeaux	Morte e homenagem a Anatol Rosenfeld, a condição do intelectual estrangeiro no Brasil, ensaio.
Entrevista: Teatro: Um plano para milhões	Maria Helena Kuhner	Lançamento do Plano de Ação Cultural, do Ministério da Cultura, para o mecenato no teatro, emergência da oposição ideológica entre o interesse do empresariado na política e a qualidade das produções de baixo orçamento.
Política: Argentina: chaves para decifrar um enigma	Cortés Conde	Passividade da classe operária, estabilidade política em oposição ao jogo democrático, possibilidades e impossibilidades da investida revolucionária.
Política: Carnaval em Caracas	Norman Gall	Relação entre abundância do petróleo e estabilidade política, democracia e economia, última das democracias da América Latina.
Especial: Nossa política habitacional	Arnaldo Pedroso d' Horta	Políticas do Banco Nacional de Habitação entre 1971 e 1973. Crescimento urbano e habitacional e falta de planejamento, riqueza e pobreza.
Comentário: Aventuras no planeta psi	José Augusto Guilhaon de Albuquerque	“Psicologização” dos problemas políticos e sociais, abuso de poder, loucura e sanidade, psicologia e controle social. Referências a Michel Foucault.
Livros (resenhas)	Angel Rama	Angel Rama resenha “Libro de Manuel”, de Julio Cortazar, a partir do “testemunho do presente” que ele oferece.

	João Paulo Monteiro	João Paulo Monteiro resenha “Jean- Jacques Rousseau”, de Michel Launay, em que o filósofo é sobretudo entendido como um escritor político.
	Maria Helena Kühner	Maria Helena Kühner resenha “Categorias do Teatro”, de Augusto Boal, sobre as possibilidades e teorias em torno do teatro popular.
	Luiz Werneck Vianna	Luiz Werneck Vianna resenha “La Teoria Política”, de C. B. Macpherson, sobre análises internas do discurso liberal clássico e sobre a relação entre as contradições do discurso e a crise das instituições liberais-democráticas.
Com Arnaldo Pedroso d’Horta	Paulo Emílio Salles Gomes	Falecimento de d’ Horta. Lembrança de Paulo Emílio da amizade entre os dois, notas sobre a militância política comunista, dissidências do partido e críticas ao stalinismo e ao conservadorismo.
Contracapa		O caderno tem na contracapa uma propaganda sobre o próximo volume da revista que seria lançado em 02 de março de 1974. Entre a publicação desse volume e do próximo, “Argumento” foi cassada. A previsão era publicação de textos de Antonio Barros de Castro, Décio Pignatari, Fernando Henrique Cardoso, Paulo Francis, Jorge Semprun, Warren Dean.

O quarto e último volume de *Argumento* faz homenagem póstuma para dois *críticos* recorrentes nas publicações que haviam acabado de falecer, Anatol Rosenfeld e Arnaldo Pedroso d’ Horta. As homenagens são feitas também por outros críticos, Otto Maria Carpeaux e Paulo Emílio Salles Gomes. As correlações entre os homenageados e aqueles que fazem as homenagens é clara. Além do forte tom político da homenagem de Paulo Emílio, posicionando-se à esquerda do regime militar e, ao mesmo tempo, em defesa de valores democráticos para a esquerda, aparentemente compartilhados por Horta, no mesmo volume podemos testar o tom político do crítico brasileiro falecido, em que ele expõe as contradições do crescimento econômico brasileiro recente, o chamado “milagre brasileiro”, tema caro à revista, ao descrever as políticas dos planos nacionais de habitação. Além do mais, olhadas retrospectivamente, as trajetórias de Paulo Emílio e Arnaldo Pedroso d’ Horta se assemelharam em diversos aspectos. O principal deles é a mesma diversidade de atividades intelectuais de ambos, a atividade da crítica, a militância política e a atividade estética e artística- no caso de d’ Horta desde cedo com a dedicação ao desenho e às artes plásticas, no caso de Paulo Emílio, com a dedicação à literatura, porém, já no final da vida, justamente na década de 1970. Se compararmos a dupla de críticos brasileiros a dupla estrangeira, veremos

que o trânsito do ofício fora da universidade não era só especialidade brasileira, mas compartilhada por esses estrangeiros. No Brasil, Rosenfeld se manteve fora da Universidade, embora em alguns momentos breves tenha participado de algumas atividades na Universidade de São Paulo; como Carpeaux, continuou sua carreira no país muito mais atrelada aos jornais. A título de comparação, todas essas trajetórias são bastante diferentes da trajetória de Roberto Schwarz, um crítico mais novo que todos eles e que manteve seus múltiplos interesses na carreira como crítico na universidade, iniciada na década de 1960. As comparações entre Carpeaux e Rosenfeld revelam outra dimensão da história intelectual na década de 1970, o interesse pela cultura brasileira por intelectuais de origem estrangeira, mais precisamente judaica, refugiados principalmente depois da escalada do regime nazista na Alemanha. Isso torna mais compreensível a aproximação precoce de Anatol Rosenfeld e Roberto Schwarz, antes da entrada do jovem crítico na universidade. Como conta Roberto Schwarz (2012), ele próprio nascido em uma família judia austríaca e de intelectuais de esquerda, Rosenfeld exerceu grande influência sobre ele na juventude, participando de círculos de sociabilidade comuns de suas famílias. Outros intelectuais de origem judaica que poderíamos lembrar e que também tiveram atuação significativa na década de 1970 e em posicionamentos de esquerda são os sociólogos Gabriel Cohn e Michel Löwy. Uma hipótese a ser esboçada, que indica a ausência desses dois nomes nas duas revistas, é o fato de ambos terem se dedicado à carreira universitária em um ofício que predominantemente não se expressava em revistas ou em uma relação intensa com a imprensa. No caso de Löwy, ainda que sua militância de esquerda tenha sido bastante reconhecida, sua trajetória desde a década de 1960 é bastante vinculada à universidade francesa, onde se radicou; já no caso de Cohn, seu vínculo exclusivo com a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP o tornou uma figura marcante no interior da Faculdade na década de 1970, principalmente após a aposentadoria dos seus mestres Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso e Octávio Ianni.

Outra crítica que aparece no volume é Maria Helena Kühner, que construiu, principalmente no Rio de Janeiro, uma carreira como dramaturga ao lado do desenvolvimento da sua carreira na crítica, tendo como um tema privilegiado na década de 1970 o assunto que se dedica nesse volume de *Argumento*, o teatro popular e independente. Diferente de *críticos* bastante universitários de uma geração anterior, como Gilda de Mello e Souza e Antonio Candido, os desdobramentos entre a carreira artística e literária e a carreira acadêmica se repetem com frequência na década de 1970, compondo um conjunto de professores universitários e também escritores universitários, fato mais notável em *Almanaque*. Outras discussões, sobre ideias, intelectuais e crítica política ao regime militar compõe as análises de

Gianotti, Roberto Schwarz e Barbosa Lima Sobrinho, este inserido no debate sobre o problema do desenvolvimento no Brasil e da defesa da formação democrática do Estado Nacional.

O texto de Gianotti é extremamente elucidativo do conjunto das revistas ao propor a tomada de consciência dos intelectuais devido a leitura do contexto, nele estão expostos argumentos centrais de *Argumento*, principalmente aqueles componentes do seu espírito ilustrado, como a natureza específica da ação política dos intelectuais e a crença no trabalho intelectual como parte da atuação política. Podemos ainda reconhecer que, pelo crivo do filósofo, o ideal de atuação política dos intelectuais passa pela desconfiança Estado e da sua cooptação consequente; a rigor, a atuação do intelectual deve ser realizada em frentes políticas organizadas da sociedade civil. Os textos de Schwarz e Werneck Vianna mostram limites e divergências do pensamento liberal do Brasil, assunto frequente entre vários intelectuais nesses anos. Ainda há mais alguns textos de conotações políticas que abordam a América Latina, publicados em jornais estrangeiros e traduzidos para a revista, como os de Cortés Conde, Ángel Rama e Norman Gall. Por último, percebe-se pela primeira vez a aproximação dessa revista com outros campos de saber, como a psicologia e a psicanálise, abordadas ainda no registro da crítica política e social, algo que se repetirá também em *Almanaque*.

Após a publicação do quarto volume, a revista foi censurada pelo regime militar e proibida de circular. Nesse momento, como mostra Vinicius Dantas em foto, na bibliografia sobre Antonio Candido (Dantas, 2002), o crítico e Fernando Henrique Cardoso embarcam para Brasília na defesa da publicação e na tentativa de liberá-la, sem obterem sucesso. Além de serem duas lideranças significativas da revista e dois de seus principais dirigentes, podemos reconhecer tanto Fernando Henrique Cardoso quanto Candido como lideranças políticas da revista, por manterem relações mais positivas com alguns círculos de burocratas do regime, embora estivessem em clara oposição política ao regime; Candido desde a década de 1960, quando foi suplente do Conselho Nacional de Cultura, e Fernando Henrique Cardoso desde seu nascimento, pela familiaridade com membros do regime, sendo de família tradicional de origem militar e política.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 1. 1976 ³⁰		
Texto	Autor	Conteúdo
Apresentação³¹		“Publicação litero-especulativa”, crítica cultural <i>versus</i> compartimentação universitária do saber, “Verá que são <i>Cadernos</i> de efeito”.
O discurso do século e a crítica de Rousseau	Bento Prado Jr	Rousseau, paradoxo e preconceito; crítica e ideologia; crítica à ciência e à modernidade; forma de linguagem e forma de sociedade, o poder de dissimulação do discurso.
Só as asas do favor me protegem	Roberto Schwarz	Machado de Assis, luta de classes na periferia, ascensão social e ideologia do paternalismo.
Idos de outubro	Walnice N. Galvão	Poesia
3 Expoemas	Rubens Rodrigues de Torres Filho	Poesia
O Romance (Fragmento de um romance)	Renato Pompeu	Ficção
Novas Cartas Fluminenses II / III	Beletriz	Ficção, micro contos, sátira, dissimulação do discurso (2).
Diabolavida	Betty Milan	Ensaio, experiência e racionalidade, conhecimento e poder.
A prosa da história	Paulo Arantes	Parte da tese de Arantes, Hegel e o tempo, sociedade e história.

³⁰ A maior parte da pesquisa foi feita em contato com as revistas do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros, da USP, no caso de *Argumento*, e com o acervo da Biblioteca Florestan Fernandes, da FFCLH-USP, no caso de *Almanaque*. Porém, nem todos os volumes de *Almanaque* estão em bom estado, por isso, para estas tabelas, nestas tabelas aproveito o resumo dos artigos feito na dissertação de mestrado de Renata Telles, “Glória Precoc: *Almanaque* objeto de estudo (Telles, 1999)”. A fonte da maior parte da história desses intelectuais foi encontrada no arquivo virtual do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), vinculado à Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro.

³¹ Todos os cadernos de *Almanaque* foram coordenados por Walnice Nogueira Galvão e Bento Prado Jr. Ambos foram também parte da mesa de redação da revista, que incluiu Lígia Chiappini de Moraes Leite, Vera Chalmers, Rubens Rodrigues Torres Filho e, anos mais tarde, Haquira Okasabe, professor do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP.

Tribulações de intelectual em Cumprimento de Missão	Walnice Nogueira Galvão	Ficção, ensaio, ironias, Conferência inaugural na “Semana de Estudos em Memória de Ilustre Intelectual Cultuado”.
A mais sangria (um conto de fricção ciencrítica)	Flávio Aguiar	Ficção, valorização do conhecimento crítico, indústria cultural e disfarce da acumulação do capital.
Comentatio Willy	Bertha Dunkel	Texto anexo ao de Flávio Aguiar, ironias. Bertha Dunkel é uma intelectual fictícia, criação de Roberto Schwarz ³² .
Desapresentação		“Ensaio de uma escrita de prazer e liberdade”.

Almanaque estreia em tom mais literário e irônico, comparada a *Argumento*. Se na primeira revista o trabalho racional com o conhecimento fundamentava a ação política dos intelectuais, nesta a literatura ocupa a função. Essa diferença, podemos dizer, é parte da repercussão da oposição recorrente entre ciência e literatura como dois polos da formação da Universidade de São Paulo, algo que se repete constantemente nos cadernos das duas revistas. O elemento diferencial desses materiais na história da universidade paulista é que na década de 1970 eles abrangem também disposições políticas distintas, embora inseridas lado a lado numa mesma crença de oposição dos intelectuais ao regime militar. Entretanto, ainda que *Almanaque* seja menos crente no trabalho de racionalização do mundo como ato político, ela não se mostra menos acadêmica que *Argumento*; de uma certa maneira é até mais: A maioria dos integrantes de *Almanaque* e dos autores publicados nela eram membros efetivos da universidade quando escreviam a revista, estavam em plena construção de carreiras sólidas como professores e pesquisadores universitários. Para o universo da literatura, de dentro da

³² Em entrevista, Roberto Schwarz explica a origem de Bertha Dunkel: “Mais ou menos em 1966 me encomendaram uma explicação didática da ideia marxista de mais-valia, para ser usada em aulas para um grupo operário, clandestino na época. Escrevi com a maior clareza de que era capaz. Como não saiu ruim, houve interesse em divulgar o folheto em âmbito maior, e o grupo da *Teoria e Prática* resolveu publicá-lo na revista. Inventei uma personagem para assinar o ‘artigo’, que era essa Bertha Dunkel. Bertha para Roberto, e Dunkel, que quer dizer escuro, para Schwarz, que é preto. Escrevi uma pequena biografia como introdução, explicando que ela era uma escritora alemã de vanguarda, que nos anos 20, tocada pela proximidade da revolução, resolvera se dedicar ao didatismo político, no qual via uma forma literária e um problema estético. É claro que eram questões que estavam interessando a mim. A coisa teve um desdobramento engraçado porque um intelectual de renome, que conhecia tudo do movimento operário alemão, tinha lembrança de Bertha (Schwarz, 2004)”.

universidade, ela propaga um discurso em defesa da literatura como forma de conhecer o mundo, ainda que seja em diálogo com outras formas de conhecimento. Por exemplo, é notável como a coordenação de Walnice Nogueira Galvão e de Bento Prado Júnior, uma crítica com formação nas ciências sociais e um filósofo, ambos oriundos da Universidade de São Paulo, demarca uma tendência componente da revista, o diálogo entre a crítica e a filosofia, em especial, as filosofias da história e da linguagem. No primeiro volume, além do tom literário e de brincadeira nos textos de apresentação e “desapresentação”, há também a utilização de um recurso no texto de Galvão que se repetirá ao longo das próximas publicações: O de narrar um fato político, social e até acadêmico do ponto de vista literário, nublando completamente as distinções entre realidade e literatura.

Almanaque radicaliza pressuposições que distinguem sociedade e cultura e se posiciona claramente em defesa de uma dimensão literária da realidade, necessária inclusive à atuação política. Para outros exemplos, Roberto Schwarz se apresenta no volume também como Galvão, como crítico e como literato, faceta menos conhecida e reconhecida na trajetória acadêmica bem-sucedida de ambos; no volume, ela publica poesia e cada um publica um ensaio ficcional. O primeiro texto do crítico no volume continua suas abordagens sobre a natureza das ideias na discussão sobre o capitalismo no Brasil que já publicara em *Argumento*, o segundo aparece sob o pseudônimo de Bertha Dunkel, personagem criada por ele sem nenhuma divulgação da sua natureza ficcional. O texto de Bertha Dunkel possui um tom mais intelectualizado e hermético, com uma conotação acentuadamente irônica em relação a vida intelectual; verdadeiro e forte deboche da inteligência no Brasil. O texto de Flávio Aguiar, outro aluno direto de Antonio Candido, retoma os mesmos princípios de defesa da atuação literária e acadêmica do intelectual, em reflexão sobre a importância da crítica, algo que se repetirá em outro texto do autor em outra publicação posterior. Na análise de Bento Prado Jr sobre Rousseau há a continuidade da reflexão corrente entre os membros do volume sobre o poder dissimulador da linguagem e sua potencialidade política. A dissimulação do texto, como se verá ao longo de *Almanaque*, oscilará tanto como alvo quanto ferramenta das críticas. Os outros intelectuais que compõem o volume são um jornalista que escreve ficção Roberto Pompeu, uma psicanalista que também escreve ficção, Betty Milan, e Paulo Arantes, que publica parte das suas reflexões sobre Hegel, de caráter eminentemente acadêmico e político. Milan, nesta década, foi uma das principais divulgadoras do Jacques Lacan no Brasil e havia fundado no ano anterior o Colégio Freudiano do Rio de Janeiro; a participação da autora no volume, sem carreira universitária, é sintomática de algo que se repetirá em outros volumes, que é o contato da psicanálise com a crítica e com a filosofia

acadêmicas. Por último, sobre Arantes, é possível reconhecermos sua abordagem em torno Hegel, sobre conhecimento e história, como uma das preocupações teóricas mais recorrentes entre os filósofos dessa revista.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 2. 1976		
Texto	Autor	Conteúdo
19 princípios para a crítica literária	Roberto Schwarz	Ironias com os princípios e regras da crítica, deboche do cientificismo na crítica literária.
O fichário do Belchior	Sem autor	Ficção, “boom literário hispânico em Paris”. Tradução de Walnice Nogueira Galvão.
Segmentos de vôo	Rubens R. T. Filho	Poemas, corporalidade, tempo, etc.
A forma da arquitetura e o desenho da mercadoria	Sérgio Ferro	Crítica marxista da arquitetura, arquitetura como mercadoria.
Satori story/ Exercitia cachimbualia	JAA Torrano	Ficção.
Terceira margem (notas para um rodapé selvagem)	Marilena Chauí	Espinosa, teologia e política; ateísmo; democracia; parte da tese de Marilena Chauí.
Labirinto (três fragmentos)	Jorge Andrade	Trechos de Labirinto, obra inédita de Jorge Andrade.
Amarrando o pingo nos ii	Ligia Chiappini Moraes Leite	Resumo da tese de doutorado da autora, “Regionalismo e Modernismo- o caso gaúcho”, o lugar da literatura na estrutura social, literatura e afirmação das classes dominantes.
A lógica da batata	Vera Chalmers	Semana de Arte Moderna, política, nacionalismo, autonomia e independência da literatura.
De olho na fresta: música popular brasileira	Gilberto Vasconcelos	Cultura pós – 1964, tropicalismo, música popular, experimentalismo, corporalidade, vanguardas.
Horóscopo		“O único horóscopo astrológico-literário que cruza as vibrações”.

Como no primeiro volume, repete-se a crítica às pretensões cientificistas e racionais da crítica, desta vez com o texto de Roberto Schwarz. O autor define algo que se repete constantemente entre os críticos dessa revista, que é a acentuação do caráter particular da crítica, diverso de outras modalidades acadêmicas. A defesa de aproximação entre conhecimento e sociedade aparece em outros autores; além do tom bem –humorado e ficcional de Schwarz, há ainda a poesia de Rubens Rodrigues Torres Filho, filósofo e um dos

intelectuais mais recorrentes em *Almanaque*, a ficção de JAA Torrano, professor de literatura grega da USP, e o texto militante de Sérgio Ferro, também ele um artista plástico. Schwarz e Ferro tiveram trajetórias parecidas desde a década de 1960, buscaram agregar o marxismo à interpretação da arte e da cultura, dedicaram-se à militância política e depois, com o acirramento do regime, partiram para o exílio. No final da década de 1960, já lecionando na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, Ferro havia se juntado a Aliança Libertadora Nacional, movimento de esquerda comandado por Carlos Marighela e a favor da luta armada, ela também uma dissidência do Partido Comunista do Brasil. Depois do envolvimento em alguns atos, o arquiteto foi preso e logo perdeu seu cargo na universidade. Na década de 1970, boa parte dos escritos sobre o Brasil tanto de Schwarz quanto de Ferro foram escritos a partir de vivências e experiências acadêmicas na Europa, onde o arquiteto se radicou de vez.

No volume, Marilena Chauí, que em 1976 acentuava sua participação no debate público com o CEDEC, discorre filosoficamente sobre um dos temas mais emergentes em São Paulo no final da década de 1970, de aproximação do debate teológico com o debate político. Não cabe explicitações ou compreensões desse problema na dissertação, mas parte significativa dos intelectuais paulistas atuantes nesta década haviam militado nas organizações católicas e de esquerda na sua juventude e são figuras importantes na formação do Partido dos Trabalhadores poucos anos depois. O interesse pelas vanguardas é outro componente forte do volume; mais uma vez, como em *Argumento*, a obra de Jorge Andrade é valorizada e o modernismo é estudado por duas alunas de Antonio Candido, Vera Chalmers e Lígia Chiappinni de Moraes Leite. Nos textos delas, bastante acadêmicos e dedicados à história do movimento, as perspectivas de análise coadunam a crítica estética e a crítica política a respeito da cultura nacional e da luta de classes. As vanguardas ainda são tema do sociólogo Gilberto Vasconcelos, que fazia seu doutorado com Gabriel Cohn, sobre a ideologia e cultura em torno do modernismo e do integralismo brasileiro; neste volume, ele escreve sobre as vanguardas surgidas após o regime de 1964.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 3. 1977		
Texto	Autor	Conteúdo
Certidão de Nascimento (um documento)	Sem autoria definida	Liberdade, ideias, razão e estética. O tradutor, Rubens Rodrigues Torres Filho, apresenta o texto como certidão de nascimento do idealismo alemão, do romantismo e da modernidade.
Relatos	João Silvério Trevisan	Ficções de Trevisan, na época, escritor e ativista do movimento gay, após a estreia de "Testamento de Jônatas deixado a David", publicado no ano anterior também pela Brasiliense.
A dialética pacificadora	Gerard Lébrun	Estado, poder, liberdade, violência, potência e discurso dialético em Hegel.
Poemas	Manoel Carlos Gonçalves de Almeida	Poemas, inclui: "Tenho corpo pesado e alma breve. (...)"/ "Poema sobre Fernando Pessoa"/ "Para a gorda"/ "Pluticélia"/ "passa fumaça passa"/ "Família"/ "Os objetos do morto"/ "Sonetos do camaleão"/ "Eu sou o da esquerda a mão no bolso".
Nota sobre a crítica da filosofia da história	Paulo Eduardo Arantes	Relação entre gênero e história, localizando a filosofia da história nas revoluções burguesas do século XIX.
McLUHANAÍMA: O herói com bastante caráter (uma fuga)		Ensaio fictício. O texto se apresenta sob a forma de livro, numa mistura de inglês e português e com alguns títulos em francês. [Epígrafe de Gonçalves Eliot. Com dedicatória para Olavo Bilac e Lincoln Gordon].
II- O desenho	Sérgio Ferro	Evolução do desenho arquitetônico a partir do século XVIII, estabelecendo a sua característica de aparência uma que separa, em função da distância entre meios e força de trabalho. [Conforme nota da redação, artigo completa o texto do mesmo autor publicado no segundo volume de Almanaque, tendo o escrito completo o título "A forma da arquitetura e o desenho da mercadoria".]
Crítica da "Razão" elitista	Flávio Aguiar, Lígia Chiappini de Moraes Leite	Crítica às pretensões de cientificidade e de neutralidade da crítica literária. Os autores desenvolvem uma crítica à "razão elitista", entendida como produção para grupos restritos, a partir da definição do papel do intelectual e da problematização da relação elite e massa, da institucionalização universitária da crítica literária e da relação entre intelectual e estado. [Epígrafe de Fernando Pessoa "Mensagem"]
O Jogo de Almqneu		Jogo irônico para os leitores de Almanaque, que consiste em, a partir de vocábulos, ou erros tipográficos, que apareceram nos primeiros números da revista, tentar defini-los, criar frases, etc.

Questões gerais da modernidade aparecem como temas frequentes no terceiro volume de *Almanaque*. Desde a publicação de um texto sem autor definido, escrito no começo do século XIX, até as publicações de Gérard Lébrun e Paulo Arantes. É marcante no texto de ambos a relação da filosofia da história, como uma espécie de filosofia do próprio pensamento e história do pensamento filosófico. Além da ligação dos dois com o Departamento de Filosofia da USP, Lébrun e Arantes dedicaram-se a temas correlatos durante a carreira, em especial a filosofia alemã. Se o francês é expressivo do forte diálogo da universidade francesa com o meio acadêmico paulista nas décadas de 1950 e 1960, principalmente, Arantes pode ser considerado um exemplo reverso, de forte diálogo dos intelectuais paulistas com a academia francesa. Entre os críticos, o texto de Flávio Aguiar e Lígia Chiappinni de Moraes Leite é bastante impactante na pretensão no entendimento da crítica como fenômeno histórico e no próprio dever de engajamento do crítico. O texto de Sérgio Ferro, neste sentido, pode ser visto como um texto de preocupações intermediárias entre os críticos e os filósofos deste volume, ao pensar disposições e caracterizações da arquitetura moderna, do ponto de vista do marxismo. Luiz Jackson e Alejandro Blanco (2014) explicitam como a crítica, de literatura, principalmente, no Brasil se renovou na universidade em contato com a sociologia, tendo em vista a atuação do grupo *Clima* nas décadas de 1940 e 1950. Dando atenção a *Almanaque*, engendrada em 1976, acredito que seja importante pensar a crítica na década de 1970 observando o diálogo dos seus intelectuais com a filosofia, principalmente como forma de análise coletiva das ideias.

Dos outros textos do volume, é notável mais uma alusão ao modernismo, com o ensaio fictício *MacLUHANAÍMA*, misto de “Macunaíma”, obra expoente de Mário de Andrade, com o nome de McLuhan, famoso teórico da comunicação e dos meios tecnológicos. O ensaio, de alguma maneira, demonstra uma questão bastante discutida em diversas reflexões sobre o contato da produção cultural brasileira com a produção estrangeira, oferecida pela comunicação de massa. A relação com os meios de comunicação de massa aparece em outro texto de forma nuançada, Manoel Carlos Gonçalves de Almeida, assim como Jorge Andrade, já era um escritor bastante inserido na televisão brasileira nessa década. Neste caderno, Manoel Carlos escreve poesia, modalidade cultural menos reconhecida na sua ampla produção de ficções televisas que ganharam relevância pública a partir da segunda metade da década de 1970. Outro ficcionista que estava emergindo na cena cultural é João Silvério Trevisan, que havia acabado publicar seus primeiros contos. No ano seguinte, em 1978, Trevisan se dedicou ao lado de Jean –Claude Bernadet, do também telenovelistas

Aguinaldo Silva e do antropólogo Peter Fry a um dos marcos da militância LGBT no Brasil e da resistência ao regime militar, o jornal *Lampião da Esquina*.

O periódico abaixo é dedicado a Caio Prado Jr., definido como um dos fundadores do pensamento brasileiro. Nele é publicado o ensaio mais recente do autor.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 4. 1977		
Texto	Autor	Conteúdo
O que é filosofia?	Caio Prado Jr	Caio Prado responde à pergunta a partir da definição de seu objeto. Para isso, faz um histórico do conceito, assumindo o materialismo dialético como a solução entre o subjetivo e o objetivo.
O homem do relógio da luz	Zulmira Ribeiro Tavares	Ficção.
Cinismo Ilustrado	Rubens Rodrigues Torres Filho	Trecho de "O sobrinho de Rameau" de Diderot, em tradução de Marilena Chauí. Comentários sobre limites do Iluminismo. Com epígrafe de Mário de Andrade.
Oito poemas e uma prosa	Orides Fontela	Poemas "Antártida"/ "Lenda"/ "Penélope"/ "Clima"/ "Espelho"/ "Poema"/ "Relógio"/ "Migração" e a prosa "Almirantado".
Althusserismo e antropologismo	Ruy Fausto	Crítica a Althusser. Conforme nota, o texto, escrito originalmente em francês e traduzido pelo próprio autor, é o desenvolvimento de uma série de exposições feitas na Universidade Católica do Chile, em 1971.
A lata de lixo da história (Farsa)	Roberto Schwarz	Peça de teatro de Schwarz apresentada em duas versões, de 1969 e de 1974.
A mão e a enxada	Oswaldo C. Louzada Filho	Ensaio sobre a obra e a vida de Lima Barreto, tendo como tema a questão do ressentimento. Texto com dedicatória a Oswaldo Corrêa Louzada e a Roberto Schwarz.
Estória de um (falso) herói	Roseli Stier Azambuja	Quadrinhos do Hulk e o problema da relação entre linguagem e sociedade. Poder dissimulador da linguagem.
O sentido da coisa	Cláudio Deckes	Poemas "São Paulo 76/77"/ "Hell Angel"/ "Mãe"/ "O sentido da coisa I"/ "Brasil"/ "Medo"/ "Bonfim"/ "Quarteto em Cy"/ "Saudações acadêmicas"/ "Cheapfilosofia baiana"/ "O sentido da coisa II"/ "Estagiária"/ "Filme francês"/ "Vivre as vie"/ "Micagens"/ "West glories"/ "Phallus significante"/ "Sinto muito"/ "O -sentido da coisa III"/ "Antes da queda".

O marxismo ganha atenção especial no quarto volume. Compreensível. Como vimos, parte significativa dos intelectuais acadêmicos em São Paulo já haviam se familiarizado com a teoria na universidade desde a década de 1960, muitas vezes em oposição às interpretações do Partido Comunista do Brasil. O que não era o caso do mais velho desses marxistas, Caio Prado Júnior, intelectual histórico do partido no Brasil. Diferente de outros marxistas atuantes na militância contra o Estado Novo, como o crítico de arte Mário Pedrosa, Caio Prado Júnior manteve durante toda a vida política ligado ao Partido, mesmo fazendo críticas abertas à organização. Por esse vínculo, o historiador não chegou a participar da fundação do PT em 1980, diferente de vários de outros intelectuais de esquerda. O interesse dos acadêmicos em Caio aparece neste volume, sobretudo, em torno da sua obra, reconhecida pelo valor acadêmico, embora feita fora da universidade. Neste volume, Ruy Fausto, filósofo eminentemente acadêmico, também um membro dos seminários de *O Capital*, analisa a dimensão estruturalista do marxismo de Althusser, cada vez mais criticada pelos intelectuais de esquerda e substituída por leituras mais dialéticas. Já Schwarz explora sua veia teatral com a publicação da sua peça mais famosa, enquanto, no mesmo volume, recebe a dedicatória no ensaio do seu amigo também crítico e ficcionista Oswaldo Correa Louzada Filho. Se comparado a Schwarz, por outro lado, teve uma carreira mais exitosa como ficcionista. Oswaldo já havia sido também um militante da Aliança Libertadora Nacional, como Sérgio Ferro, e participou ativamente da crítica em jornais e revistas, mas não teve a mesma participação na universidade, bem como não fez parte dos quadros da cadeira de Teoria Literária, como seus colegas. Em entrevista a revista Novos Estudos, do CEBRAP, em 2015, Oswaldo Louzada narra a sociabilidade intensa na rua Maria Antonia entre os alunos da USP e os alunos do Mackenzie, no final da década de 1950, período de encontro e formação de vários membros dos seminários marxistas. Ao que tudo indica, a aproximação desse intelectual com seus amigos do círculo uspiano, formado em torno de Bento Prado Júnior e Roberto Schwarz, data deste momento e dessa sociabilidade, erigida no centro da cidade³³. Outros literatos do volume são a poeta Orides Fontela e a escritora Zulmira Ribeiro Tavares, ambas com obras reconhecidas por Antonio Candido e Roberto Schwarz. O volume ainda publica uma discussão sobre o cinismo do intelectual e dos problemas do Iluminismo, apresentada por Rubens Rodrigues Torres Filho, e uma outra, sobre o poder dissimulador da linguagem. Como percebemos, *Almanaque* é, de fato, mais desconfiada de valores racionais clássicos e iluministas em torno da razão e mais apegada a capacidade crítica da literatura.

³³ Fonte: Louzada (2015).

Difícil deixar de reconhecer neste volume, por último, a relação não explicitada de Caio Prado Júnior com a revista. *Almanaque* foi publicada pela editora Brasiliense, que pertencia à família de Caio Prado e havia sido fundada por ele na década de 1940. Neste momento a editora estava sob a direção de Caio Graco Prado, seu filho que assumiu o comando do empreendimento em 1975. Assim como Fernando Gasparian, Caio Graco foi um empresário importante no ramo editorial brasileiro na década de 1970 e esteve envolvido com frações intelectuais da esquerda. Tal como Gasparian, Graco enxergou nos intelectuais uma possibilidade de expansão do mercado editorial. Em ambos os casos, houve a conjunção entre valores políticos e valores de mercado, em que intelectuais fizeram parte tanto da produção quanto do consumo das ideias. Neste caso, a editora Brasiliense atualizava a conotação política e intelectual na qual estava inserida desde a sua fundação, acolhendo as vozes dissonantes do Regime Militar³⁴.

³⁴ Andréa Lemos, em artigo sobre a *Brasiliense* no Regime Militar, sintetiza o lugar editorial do grupo: “a posição da Editora no campo editorial foi se legitimando pelo caráter de suas publicações ser dirigido a um público crescentemente acadêmico e preocupado com a formação crítica (Lemos, 2014)”.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 5. 1977		
Texto	Autor	Conteúdo
Exorcismo	Carlos Drummond de Andrade	Poemas.
Linguagem-atividade constitutiva	Carlos Franchi	Análise linguística e superação de dicotomias entre formalismo e funcionalismo. Propostas de diálogo com a psicologia de Piaget. Texto excerto da tese de doutorado do autor.
Alguns mistérios da linguística	Michel Lahud	Semiologia e linguística, crítica a pressupostos clássicos da disciplina.
Metamorfoses do enunciado de ficção	Bento Prado Jr	Utilização de Michel Foucault, teoria do romance, arqueologia do enunciado de ficção, obra de Rousseau.
Entre o nome e a frase	Paulo Eduardo Arantes	Análise da "revolução discursiva" em autores clássicos, a partir da leitura de Hegel, Feurbach e Stirner.
A identidade e a medida	José Arthur Gianotti	Análise na questão da identidade, valor do signo linguístico e processo de transformação de objetos, o idêntico e a trajetória de significação.
A alegoria entre cambises e písítrato	Alcides Hector Rodriguez Benoit	Ensaio sobre a alegoria, a etimologia, prática, sacralização e textualização do discurso.
A argumentação no discurso político	Haquira Osakabe	Análise dos discursos de Getúlio Vargas, ênfase no papel do sujeito na construção e na manipulação do efeito de sentido. Linguística e política. Extração da tese de doutorado.
A lição de (bela) fala	Renato Janine Ribeiro	Antropologia e política, questão indígena e discursos. Conhecimentos, propostas de intervenção e construções antropológicas sobre discursos indígenas.
Métodos linguísticos na investigação de estados subjetivos	Arno Engelmann	Metodologia e pesquisa sobre relatos verbais de estados subjetivos.
Deixis e existência	Cláudia de Lemos	Asserção ou pressuposição de existência, relação entre sentenças existenciais e locativas.
A palavra e a Terra	Carlos Drummond de Andrade	Poemas.
Normas para a realização do congresso da SBPC no corrente ano	Waldimas Nogueira Galvão e Walnice Nogueira Galvão	Sátira relativa à proibição da realização da reunião da S.B.P.C., estabelecendo as normas para as mesas, simpósios relâmpagos, etc.

A linguística é o tema mais importante no quinto volume. E substantivamente a revista ganha outro tom. Aqui o interesse pela linguística se refere a um outro grupo de pesquisadores universitários, localizados na recém -fundada Universidade Estadual de Campinas, onde desde o começo da década se desenvolveu o ensino e a pesquisa na área. Carlos Franchi e Hakira Osakabe, que escrevem no caderno foram convidados em 1971, junto com Rodolfo Ilari e Carlos Vogt, quando todos eram orientandos de mestrado de Antonio Candido na cadeira de Teoria Literária, a fundarem o Departamento de Linguística da UNICAMP, então vinculado ao Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. O ano do volume, 1976, foi marcado pelo reencontro de intelectuais e críticos da USP com esse grupo. Nesse momento, Antonio Candido iniciou gradualmente seu afastamento da USP para fundar e dirigir o Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) na UNICAMP, onde associou o estudo de literatura ao de linguística, autonomizando essa área do domínio do IFCH³⁵. Comparado aos críticos da USP, os discursos dos linguistas na revista são mais escolásticos, menos inseridos no registro político imediato, como estavam os intelectuais em São Paulo.

O problema do discurso ganha preocupação relevante no volume também pelos outros intelectuais. Os filósofos Bento Prado Júnior, José Arthur Giannotti, Renato Janine Ribeiro, Michel Lahud, Alcides Benoit, Arno Engelmann e Paulo Arantes, todos formados na USP, se interessam pelo tema explorando as particularidades do objeto, as vezes explicitando novas orientações teóricas, como a leitura de Michel Foucault, por Bento Prado e Michel Lahud, ou as vezes reposicionando o problema na tradição hegeliana, dialética e marxista, como Paulo Arantes, Alcides Benoit e Gianotti. Os temas do volume basicamente exploram problemas centrais do trabalho acadêmico e particular com o discurso e sua aproximação com questões da antropologia, da arte e da política. No caso de Arno Engelmann e Cláudia de Lemos, há o interesse em aproximação com a zona fronteira da filosofia com os estudos da psicologia e da psicanálise, ele em São Paulo, vinculando-se cada vez mais ao Departamento de Psicologia Experimental da USP, e ela em Campinas, desenvolvendo pesquisas entre linguística e psicanálise.

Em um volume bastante acadêmico, Drummond é a única voz literária. Já o tom político aparece discretamente no texto de Walnice e Waldimas Nogueira Galvão, que encerra a edição. Embora satírico e ficcional, o texto se refere à proibição da reunião da Sociedade Brasileira de Progresso da Ciência (SBPC) em Fortaleza, onde seria realizada naquele ano. Na década de 1970, a SBPC chegou a reunir 30 mil filiados e se tornou uma instituição

³⁵ Fonte: Castilho (2002).

importante na resistência ao regime militar, aglomerando cientistas e intelectuais e associando a defesa do desenvolvimento da ciência à luta pela liberdade democrática, principalmente entre 1973 e 1977. Para lidar com o imprevisto da reunião de 1977 e sem conseguir o apoio da reitoria da Universidade de São Paulo para a sua realização, a reunião foi realocada para a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), com o apoio decisivo de Dom Paulo Evaristo Arns³⁶. O resultado simbolizou mais um passo na aproximação dos intelectuais com a Arquidiocese de São Paulo, acentuado depois da publicação de *São Paulo: crescimento e pobreza* e da morte de Vladimir Herzog, em 1975. Portanto, comparada a *Argumento*, produzida em anos mais duros da repressão, *Almanaque* foi erigida em situação mais favorável, de mobilizações intensas entre intelectuais e associações civis em São Paulo.

³⁶ Fonte: Nader (2014).

Almanaque- Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 6. 1977		
Texto	Autor	Conteúdo
Oculto e óbvio	Caetano Veloso	Entrevista, música e poesia, tropicalismo versus modelo de canções das esquerdas, indústria cultural e música popular.
Onde não há pecado nem perdão	José Miguel Wisnik	Música popular e indústria cultural, tropicalismo e populismo, corpo social e canto, compositores contemporâneos.
Achados e perdidos	Davi Arrigucci Jr	Publicação de "Poemas por acaso da prosa de Manuel Bandeira", pastiche e ensaio sobre os procedimentos do poeta. Análise e poemas de Arrigucci.
O impasse da celebração	Francisco Foot [Hardmann]	Análise do conto "Primeiro de maio", de Mário de Andrade. Relação entre estrutura narrativa e contexto social.
Tudo da minha terra: bate papo sobre poesia marginal	Antônio Carlos de Brito (Cacaso)	Comparações das produções culturais realizadas entre as décadas de 1960 e 1970 a partir de dois critérios: modificação funcional da relação- obra/autor/título e dispensa do mercado pela poesia marginal. Sobre a poesia de Chacal.
Feira de Poesia		Primeira vez da Feira de Poesia. São publicados: "O suposto existir" de Carlos Drummond; "O lantejoulinha ataca mais uma vez" de Opontolegário; "A chama e o Resíduo" e "O recado da terra" de Bento Prado Jr.; "Maquinações" e "União estremecida" de Zulmira Tavares; "Iniciação", "Uvas", "Os que nascem de noite (...)", "Ó flor" e "Da metafísica (ou da metalinguagem)" de Orides Fontela; "Quatro poemas" de Manolo Elias, "anos e anos luz (...)" e "Um dia vou chegar e dizer isto (...)" de Paulo Neves; "Esfinge", "Garrafas ao mar", "o Brasil dorme em sua cama de erros (...)" e "zeféret, este frade (...)" de José Miguel Wisnik; "Haicais" e "Profecias na pré-história" de Walnice Galvão; "o poema nasce do mar (...)" e "Por causa de Mario de Sá Carneiro" de Claudia Lemos; "A piedade" de Roberto Piva; "Pontos de vista" de Luiz Carlos Chiappini; "Sinto falta de quem não conheço (...)" e "When you came into my life (...)" de Afonso Ferreira; "Quem quer que você seja (...)" de Hilton Berredo; "Vôo atroz de João Paulo Farkas; "Sintonia" de Regina Fernandes Novo; "Autonomia" e "Queixa de moça costurando" de Alcides Villaça; "Anhanguera" de Maria Lucia Dal Farra; "Personagem" e "Aniversário" de Carlos Vogt; "Seio" e "Amigo" de Flávio Aguiar, "Moches" de Oliveira Girando e "La moche, lá moche deslumbrante (...)" de Luís Carnuda; "1/2/3/4" de Juan Bullita; "Canção para me-ninar" e "First American Dream" de João Silvério Trevisan; "Cumming's out", "Da água para o vinho", "Matissemorfose", "Três tolices de filósofo" de Rubens Rodrigues Torres Filho; "Imitação de Borges" de Manoel Carlos Gonçalves de Almeida; "Naquele maio (...)" de Carlos Drummond de Andrade.

Vanguarda e nacionalismo na década de vinte	Gilda de Mello e Souza	Relação entre a atividade modernista e a atividade crítica, tendo como apoio a análise de Flexa Ribeiro e Mário de Andrade e a reação à estética de Tarsila Amaral, Anita Mafalti, Di Cavalcanti, Ismael Nery e Lasar Segall. Conforme nota, o texto foi originalmente escrito em 1975, para acompanhar o catálogo da exposição "O modernismo - pintura brasileira contemporânea de 1917 a 1930", no museu Lasar Segall.
Cartão Postal: apontamentos sobre "Caiçara"	Maria Rita Eliézer Galvão	Estudo sobre "Caiçara", filme produzido pela Vera Cruz em 1950, sob a direção de Adolfo Celi. Estrutura do filme, procedimentos típicos da Vera Cruz, expressão ideológica da burguesia paulista e a imagem que a burguesia faz de si mesma.
King Kong: Troca e poder	Luiz Felipe de Alencastro	Crítica do filme "King Kong", relações de troca nas sociedades primitivas, economia e erotismo nas versões do filme, quadros ideológicos dos Estados Unidos.
Glória precoce: Almanaque objeto de tese		Resenha de uma pesquisa imaginária de mestrado a respeito de Almanaque. O tema principal da pesquisa destaca a revista a partir do sistema de disfarces da sua linha editorial [Conforme nota da redação, a resenha se baseia na arguição da Prof. Dra. Lígia Chiappini Moraes Leite, membro da banca examinadora].

A produção literária do universitário escritor talvez seja a grande protagonista do sexto volume. Parte expressiva dos principais críticos que descrevemos até este volume mostra sua produção literária na primeira Feira de Poesia, sessão inaugurada em *Almanaque*, são eles, José Miguel Wisnik, Walnice Nogueira Galvão, Davi Arrigucci Júnior, Cláudia Lemos, Carlos Vogt. Ao lado desta produção poética, há ainda a realizada pelos filósofos Bento Prado e Rubens Rodrigues Torres Filho e de alguns nomes constantes nos volumes anteriores, como Orides Fontela, Zulmira Tavares, Manoel Carlos, Carlos Drummond de Andrade e João Silvério Trevisan, além de vários outros. A inversão entre produção poética e universitária aparece também com os textos de Cacaso e Caetano Veloso, um poeta e um músico, escrevendo críticas e narrando reflexões.

Cacaso, que fez carreira predominantemente no Rio de Janeiro, pode ser reconhecido como o mais bem-sucedido dos poetas do volume. À semelhança dos colegas de São Paulo, ele também foi professor universitário na primeira metade da década de 1970, mas na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. E diferente deles, seu reconhecimento é muito maior como poeta. Ele esteve, assim como Roberto Schwarz, Zulmira Tavares e Roberto Piva, que também publica neste volume, reconhecido em um livro marcante para a

consagração da poesia marginal, *26 poetas hoje*, organizado por Heloísa Buarque de Hollanda em 1975. Com Roberto Schwarz, Cacaso ainda participou em 1974 do grupo *Frenesi*, junto a Francisco Alvim, Chacal e Geraldo Carneiro, todos ligados ao movimento³⁷.

A relação de proximidade entre artistas e críticos é reconhecível também nas questões comuns defendidas por Wisnik e Caetano Veloso, menos reticentes com possibilidade de conjugação entre cultura popular e indústria cultural. Em comum a todos os nomes se percebe ainda a natureza política da discussão como parte fundamental da análise da cultura. Dimensões mais nuançadas do debate político aparecem nos textos de Gilda de Mello e Souza, às voltas novamente com a tensão entre nacionalismo e vanguarda modernista, sendo ela própria uma crítica com experiências literárias.

Maria Rita Eliézer Galvão, aluna de Paulo Emílio Salles Gomes, dedica-se a um filme da indústria cultural cinematográfica. Francisco Foot, sociólogo de formação, dedica-se a análise de ao conto de Mário de Andrade, enquanto Luiz Felipe de Alencastro, historiador radicado na França, dedica-se ao filme *King Kong*. Os temas políticos se traduzem na preocupação com a ideologia, a visão de mundo, a proposta nacionalista. Os cânones modernistas da poesia brasileira, então estudados, aparecem mais uma vez em *Almanaque*, Mário de Andrade, Manuel Bandeira, Carlos Drummond de Andrade

³⁷ Fonte: Citelli (2014).

Almanaque Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 7. 1978		
Texto	Autor	Conteúdo
Bagagem avoenga	Pedro Morato Krahenbühl	Poemas
Da obra espinosana ao espinosismo: Correspondências entre Dortous de Mairan e Reverendo Padre Malebranche	Marilena Souza Chauí	A origem e a função do Espinosismo. Análise do autor e da sua recepção por Malebranch. A questão do ateísmo.
Nota sobre vanguarda e conformismo	Roberto Schwarz	Análise do mercado e dos produtores culturais e crítica a “integração capitalista” da vanguarda. Conforme nota, o texto foi publicado originalmente em 1967, na revista "Teoria e Prática", parte de uma entrevista com compositores, realizada por Julio Medaglia.
Meu primeiro amor	Álvaro Cardoso Gomes	Ficção.
Vera Cruz: Cinema e Literatura	Lígia Chiappini Moraes Leite	Análise de duas adaptações literárias para o cinema, "Floradas na serra" e "Ossos, amor e papagaios". Discussão acerca da função da literatura no projeto ideológico da Vera Cruz.
O jogo da vida	Wilcon Pereira	Análise do filme "O jogo da vida" de Maurício Capovilla, baseado em conto homônimo de João Antônio. Elogios e críticas à excessiva fragmentação do filme.
Povos sem superstições	Hélène Clastres	Leitura dos primeiros cronistas dos tupi-guaranis. A questão da religião sem desenvolvimento da teologia; o ateísmo e o conhecimento.
O simbólico em Schelling	Rubens Rodrigues Torres Filho	Teoria de Schelling que propõe para a filosofia o percurso pelos estágios, do esquematismo, da alegoria e do símbolo, rivalizando com a arte.
Um salto no oco do sertão	José Carlos Garbuglio	Análise do conto "O recado do morro" de Guimarães Rosa. Mito e etapas ultrapassadas, contemporaneidade do mito e formas de projeção.
Sobre o mito	Sílvia M. S. Carvalho	Mito religioso, sacrifício, equilíbrio e função social. Evolução dos ritos e componente mitológico da humanidade.

A ideologia acima da qualquer suspeita	Marilena de Souza Chauí	Resenha de um livro de Chauí. A autora critica a ideologia do nacional desenvolvimentista, a questão da elaboração da ideologia e a ideologia da própria ideologia.
---	-------------------------	---

Em um volume bastante interdisciplinar e mais acadêmico que o anterior, a relação dos intelectuais com a cultura é mais desconfiada. Com variados recuos na análise da cultura, a questão do mito é citada por autores de origens diversas, da crítica e agora da antropologia, questionando o fenômeno e, ao mesmo tempo, inferindo-o como elemento imprescindível da vida social, o que aparece nos textos de José Carlos Garbuglio e de Hélène Clastres e Sílvia M. S. Carvalho. Ao lado da discussão sobre o mito, o problema da ideologia atinge as mesmas dimensões e questionamentos, na crítica à indústria cultural, pelo texto de Lígia Chiappini sobre a Vera Cruz, e na crítica ao Estado, pela resenha de Marilena Chauí do estudo de Caio Navarro de Toledo sobre o ISEB.

Nomes comuns das publicações, Rubens Rodrigues Torres Filho descreve o poder da filosofia em substituir a arte, enquanto Roberto Schwarz republica seu ensaio de dez anos antes sobre o diagnóstico da indústria cultural e da associação do progresso técnico com o conteúdo reacionário. De outros temas que sobressaem no volume, nota-se mais um texto de Chauí a respeito de Espinosa, autor o qual ela se especializou durante anos. Como nos outros cadernos, há também o espaço para os universitários escritores, neste caso, o professor de literatura brasileira que lecionava em São Paulo, Álvaro Cardoso Gomes, também ficcionista. Um outro universitário escritor é Wilcon Pereira, filósofo de formação, que se dedicou constantemente aos dois ofícios, mas neste volume escreve crítica enquanto quando lecionava no que seria mais tarde o campus de Assis da UNESP. Entre todos os intelectuais publicados, talvez a figura mais dissonante da edição é o poeta piracicabano Pedro Morato Krahenbühl, morto vinte anos. Diferente do repertório comum da revista, Krahenbühl não teve nenhuma ligação aparente com a universidade e sequer estava atuante naquele momento; a motivação da sua publicação é desconhecida.

Na história da revista, este é o último volume em que Roberto Schwarz participa, às um pouco antes da sua volta do exterior e do início da sua passagem pela UNICAMP. Renata Telles (1999) justifica o distanciamento do crítico de *Almanaque* por uma divergência entre ele e o texto publicado por José Miguel Wisnik no volume anterior, a respeito da possibilidade de discussão da arte a partir da indústria cultural, em particular no potencial

libertário do Tropicalismo. Independente das diferenças entre os autores, é certo que os textos de ambos representam orientações distintas entre intelectuais sobre a relação cultura e política. Se Wisnik também se vê e é reconhecido como discípulo de Antonio Candido, é fato que ele é mais novo e emerge no grupo da crítica pelo menos uma década mais tarde que Schwarz; sua posição diante das vanguardas não é apenas divergente da dele mais velho, mas em certa medida posterior. O texto de Schwarz, publicado pela primeira vez em 1967 na revista *Teoria e Debate*, simboliza o conjunto de reflexões realizadas nesta década seguinte, as quais continuaram a pergunta do crítico marxista sobre o rumo das vanguardas no Brasil dadas as condições históricas do regime militar. O alvo político e intelectual do texto é a consolidação da indústria cultural no Brasil. Porém, com o texto de Wisnik se nota outra coisa, o incremento de discussões que fogem do escopo da crítica de orientação marxista corrente e clama por abordagens que relevem outros problemas políticos, como as liberdades corporais e sexuais. Ainda que Wisnik se apoie no arsenal teórico de alguns dos filósofos costumeiramente utilizados, como o Marx e Adorno, sua discussão se ampara numa utilização à esquerda do pensamento de Freud. O próprio título, “Onde não há pecado, nem perdão” revela um debate cada vez mais forte no fim da década de 1970, em que a noção de cultura é atrelada a um comportamento e a crítica por sua vez é atrelada a crítica a um comportamento dominante.

“A Antonio Candido”.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 8. 1978		
Texto	Autor	Conteúdo
Ode Pítica VIII	Píndaro	Poemas. Traduzido por José Cavalcante de Souza.
A Divina Comédia e a Filosofia	F. W. J. von Schelling	"Divina Comédia" e a poesia moderna. Tradução de Rubens Rodrigues Torres Filho.
J. J. Rousseau entre as flores e as palavras	Bento Prado Jr	Diferenças entre Saussure e Rousseau, crítica a Derrida e busca pela identificação da natureza da linguagem.
A Grande Babilônia	Celso Luiz Paulini	Poemas.
“A arte tem de servir”: Transcrição de uma entrevista de Mário de Andrade	Telê Porto Ancona Lopez	Reflexão sobre o acervo de Mário de Andrade por uma das suas primeiras e principais estudiosas na universidade, também ela uma aluna direta de Antonio Candido; transformação desse acervo no Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da USP e a preocupação do autor em documentar sua experiência de vida; transcrição da última entrevista de Mário de Andrade, concedida a Francisco de Assis Barbosa, em 1944; definições do papel do intelectual e publicada em "Diretrizes", em que Mário define o empenho do intelectual no empenho por uma sociedade mais justa.
Entrevista sobre “O Banquete” de Mário de Andrade	Gilda de Mello e Souza	Em entrevista, Gilda de Mello e Souza analisa “O Banquete”, o último dos textos teóricos de Mário de Andrade, sobre obra, forma e defesa de um tipo de intelectual.
Uma figura machadiana	Alfredo Bosi	Análise do conselheiro Aires, personagem dos dois últimos romances de Machado de Assis. Romance e figuras ideológicas. Dedicatória a Antonio Candido.
A cicatriz de origem	Teresa Pires Vara	História do romance no Brasil no século XIX expressa na formação de uma teoria do romance no Brasil e o momento em que essa teoria do romance passa a ser material do próprio romance.
Cartas de Babilônia	Orlando Parolini	Poemas.
O que é, ou quem foi Sinclair das Ilhas?	Marlyse Meyer	Folhetim romântico e gênese do romance brasileiro. Influência dos folhetins europeus e identificação dos principais livros.

Sonho e lembrança	Adélia Prado	Poemas.
Ah! Woody Allen	Paula Beiguelman	A questão do oeste paulista, escravidão e imigrantes; conflitos; política.
Viver é muito perigoso! Imaginar é preciso		Relação entre universidade e política, sátira da eleição de intelectuais, como a de Fernando Henrique Cardoso para o senado; intelectuais e política.

Às vésperas da anistia política, dois dos protagonistas de *Argumento*, Antonio Candido e Fernando Henrique Cardoso, são intelectuais citados neste volume de *Almanaque* em lugares distintos da vida intelectual, quatro anos depois do término da primeira revista. A trajetória de ambos é sintomática de lutas políticas que ocorreram concomitantes dentro e fora da universidade. 1978 é o ano de aposentadoria de Candido na USP, ainda que ele tenha mantido o compromisso com orientações na pós-graduação até 1992. No momento do começo do seu afastamento da universidade, Antonio Candido é o segundo e último homenageado de *Almanaque* depois de Caio Prado Júnior. É difícil dissociar a trajetória do crítico nesta época das atividades de militância: Além de participar da Comissão de Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo, Candido também atuava na fundação da Associação dos Docentes da Universidade de São Paulo (ADUSP), instituição criada por professores da universidade após a morte de Vladimir Herzog e incentivada por ele no interior da SBPC. Na segunda metade da década de 1970, essas instituições, ao lado da SBPC, foram organizações políticas emblemáticas no debate sobre o fim da ditadura e o avanço da democracia. De 1977 a 1979, Antonio Candido foi o primeiro vice-presidente da ADUSP e, entre as situações mais marcantes da gestão, esteve atuante na denúncia do autoritarismo da universidade e numa das maiores greves da instituição, a de 1979, momento de grandes manifestações pelo país. Quer dizer, circunscrevendo as trajetórias políticas dos intelectuais da USP, a de Antonio Candido talvez seja a mais importante do final da década de 1970 entre os intelectuais que puderam falar do interior da universidade. Já para a análise do caso de Cardoso, o ano de 1978 marca o início efetivo da sua trajetória política e distanciamento relativo da carreira na universidade brasileira, justamente quando alguns dos quadros retirados compulsoriamente começavam a assumir novamente suas funções. Entre os professores aposentados, nem todos conseguiram se readaptar à universidade após a anistia política, como é o caso da professora Paula Beiguelmann, uma das primeiras pesquisadoras da cadeira de Política da USP em 1969; depois da anistia, chegou a retornar à universidade, mas se aposentou. Bento Prado, por outro

lado, voltou a lecionar da Universidade de São Carlos, desde 1977, mantendo contato e diálogo com a USP.

Neste volume, Antonio Candido aparece, por consequência, em pelo menos mais três escritos de professoras ligadas à sua agenda de pesquisa. Gilda, sua parceira intelectual, refere-se aos textos teóricos de Mário de Andrade, indissociáveis da sua formação e das propostas de ensino de Candido. Há um elemento engajado do intelectual modernista numa sociedade brasileira mais justa, que é também lembrado pelo texto de Telê Porto Ancona Lopez, crítica formada pela cadeira de Teoria Literária. Já no texto de outra aluna de Candido, Teresa Pires Vara, há uma alusão da proximidade do conhecimento e da literatura, algo recorrente nos volumes. O volume mostra ainda outros dois críticos da USP que fizeram carreiras diversas da cadeira, mas mantiveram interesses semelhantes. Alfredo Bosi dedica sua reflexão sobre Machado de Assis para Antonio Candido, enquanto Marlyse Meyer mostra sua proximidade com elementos da cultura popular. Sobre os poetas da edição é difícil reconhecer continuidades com o conteúdo majoritariamente explicitado até esse volume, da poesia marginal, da poesia modernista e da poesia realizada pelos universitários escritores. Aparentemente, os poemas de Celso Luiz Paulini, Orlando Parolini e Adélia Prado fogem dessas categorias e se encaixam em outras mais dispersas e indefinidas. A propósito, a poesia de Adélia Prado estava em franca repercussão em 1978, o prêmio Jabuti de poesia do ano foi entregue a ela.

“Pensamento e Política”.

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 9. 1979		
Texto	Autor	Conteúdo
Maquiavel como escritor	Johan Gottlieb Fichte	Ensaio de Fichte sobre Maquiavel. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres Filho.
Matemática, experiência e política	Marilena Chauí	Defesa da democracia e da liberdade, geometria e experiência na elaboração da política, Espinosa.
Montesquieu e o espectro do despotismo	Alain Grosrichard	Despotismo em "O espírito das leis" e pensamento de Montesquieu.
O poder desmitificado	Luiz Roberto de Salinas Fortes	Sociedade política no "Contrato Social", de Rousseau. Conforme nota, a resenha constitui o texto de arguição da dissertação de mestrado de Milton Meira do Nascimento, defendida na USP, em 1978.
Sobre Hegel, imperialismo e estagnação estrutural	Albert O. Hirschman	O ensaio analisa uma teoria econômica do imperialismo formulada por Hegel em 1821. O autor explora as semelhanças com as ideias posteriores de Hobson e Rosa de Luxemburgo e com certas análises sobre o desenvolvimento econômico da América Latina.
Da igualdade à liberdade (Fragmento de interpretação de <i>A Democracia na América</i>)	Claude Lefort	Tocqueville, oposição entre Europa e América, democracia selvagem e pacífica, democracia.
O partido da inteligência (Nota sobre a ideologia alemã)	Paulo Eduardo Arantes	Intelectual moderno, intelectual pequeno-burguês alemão do século XIX e ideologia de Estado.
Os marxistas e sua antropologia	Pierre Clastres	Ataque à antropologia dos marxistas, discurso científico e discurso ideológico.
Dois Pontos	Conforme nota, a compilação final é de Rubens Rodrigues Torres Filho.	Texto satírico estruturado em versos, paródia de provérbios, aforismos, etc.

As revistas, a partir do volume nove, passam a se ocupar de temas mais bem delimitados. Este caderno, além de declaradamente político e com vários textos em defesa da democracia, é também um dos mais filosóficos. Nomes constantes e vinculados ao

departamento de filosofia da USP estão mais uma vez reunidos, Marilena Chauí, Claude Lefort, Paulo Arantes, Salinas Fortes e Rubens Rodrigues Torres Filho. Eles dividem a atenção entre autores clássicos e questões contemporâneas e recorrem frequentemente a história das ideias, desdobrada em história da filosofia e em filosofia da história. Dessa vez, o volume acirra a perspectiva clivada da esquerda, com a crítica à esquerda marxista pelos textos de Albert O. Hirschman e Pierre Clastres.

Entre as particularidades do caderno, este aparenta apresentar um trabalho de filosofia mais fragmentado da crítica de cultura, nele não tem poesia, não tem críticos e não tem literatura. Bem como também se nota novamente perspectivas teóricas e políticas alternativas ao pensamento marxista. Ainda que o texto de Arantes relembre uma questão à sombra e constante nos cadernos, a condição política do intelectual moderno, sua análise já é mais desconfiada, comparada aos outros volumes. Em entrevista a Fernando Haddad e a Jorge Almeida, realizada em 1996, o filósofo relembra com termos de Antonio Candido a falta de densidade da vida intelectual no Brasil como uma falta de referências próprias e compartilhadas, integrantes de um mesmo sistema simbólico, a despeito do volume da produção cultural e intelectual. O fenômeno, da falta de articulação e mútua interferência entre as ideias, explica a condição das revistas no final desta década:

Na virada dos anos 70 para os 80, o mais pessimista dos observadores da cena nacional não recusaria o seguinte panorama, verdade que esboçado com mão de mestre: há muito tempo não se via no Brasil um esforço tão grande de estudar e entender a atualidade, conhecer e criticar os rumos do país; mas a despeito da qualidade e do empenho, o conjunto não parecia somar, como se faltassem iniciativas e espaços sociais em que tais conhecimentos pudessem atravessar as barreiras de classe e profissão, influir uns nos outros, produzindo a indispensável densidade de referências recíprocas, sem as quais não se injeta energia social no estudo, transformando-o em algo mais do que simples mania ou um ganha pão como outro qualquer, em algo coletivo enfim. Em linha com esse raciocínio, e o sentimento correlato de regeneração social possível caso déssemos, entre outras coisas mais decisivas, com o nexos social entre o tal ânimo estudioso disperso e luta social, seria preciso acrescentar que o espaço das transfusões críticas demandadas estava disponível sim, como o demonstrava, por exemplo, o sucesso excepcional das reuniões da SBPC, ela mesma uma extensão da universidade. Arantes (1996).

*A mulher Objeto... de Estudo.*³⁸

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 10. 1979		
Texto	Autor	Conteúdo
Feminismo e feminilidade: Fonte de conflito	Sônia Curvo Azambuja	Ensaio sobre o conflito entre feminismo e feminilidade e sobre a ligação entre os dois polos.
Amor; mulher; casamento	Friedrich Nietzsche	Coletânea de aforismos sobre mulher, casamento e amor. Tradução de Sylvia Junghanel e Rubens Rodrigues Torres Filho.
Frequência da donzela guerreira	Walnice Nogueira Galvão	Estudo sobre a figura da mulher guerreira, através da análise de personagens literárias, históricas, bíblicas e mitológicas. Texto dedicado "À memória de Iara Iavelberg".
Literatura e mulher: essa palavra de luxo	Ana Cristina César	Impossibilidades de existência da poesia feminina e afirmação das diferenças sociais e culturais do feminino.
Segunda –feira de poesia	Xenia Antunes, Leticia Moreira de Souza, Eunice Arruda, Lúcia Vilares, Ana Cristina Cesar, Toni Pentead, Maria Valencise, Leila Miccolis, Alda, Maria Lucia Alvim e Miriam Chnaiderman.	
O espanto com a biotômica vitalidade dos 70	Heloísa Buarque de Holanda	Análise do processo cultural e político no Brasil a partir da década de 60 e compreensão da chamada "poesia marginal" da década de 1970.
Com a boca na botija	Antônio Carlos de Brito	Análise de antologias recentes de jovens poetas, espontaneidade e depreciação da palavra poética, resistência do grupo e suas contradições.

³⁸ Agradeço à professora Heloísa Pontes que chamou a atenção para a questão de gênero que envolve as revistas. Infelizmente, não há aqui um estudo aprofundado sobre a questão. Mas alguns fenômenos são notáveis: *Almanaque* é composta por muitas mulheres, entre as quais se destacam Walnice Nogueira Galvão e Lígia Chiappini de Moraes Leite, professoras ativas na universidade e que conseguiram maiores espaços institucionais na década de 1970. Tal como Gilda de Mello e Souza, as professoras são mais próximas do discurso literário e nesta década são lideranças acadêmicas na legitimação da crítica e do ensaio na universidade; diferente da professora mais velha, porém, ambas apresentam um discurso muitas vezes declaradamente político.

A mulher objeto ... de estudo	Maria Malta Campos	Problema com as questões: sujeito e objeto de estudo, sexo e classe social, psicologia e sociologia, pensamento e ação.
A gandaia e a repressão	Paulo Sérgio Pinheiro	O problema da repressão à prostituição na cidade de São Paulo durante a primeira república, políticas públicas e classes subalternas.
O hino a Deméter e os mistérios eleusinos	Daisi Malhados e Sílvia M. S. de Carvalho	Análise sobre um dos mais antigos hinos homéricos e a mensagem do sacrifício feminino e restabelecimento do equilíbrio cósmico.

Almanaque explora com mais intensidade desde o sétimo volume, de 1978, problemas culturais e políticos que fogem à regra do debate clássico sobre a cultura nacional e o cânone cosmopolita. Desde lá, emergiram na cena nichos intelectuais e culturais variados, apresentados isoladamente, sem nenhum vínculo aparente entre si. A crítica em torno da totalidade da cultura cedeu lugar à militância cultural fragmentada. No décimo volume chegou a vez da apresentação da cultura dita feminista e do emaranhado de debates que ela suscita, entre eles, a necessidade de novos paradigmas da esquerda que atendam às demandas do feminino.

Além da apresentação de poesia realizadas por mulheres, neste volume, duas das críticas recorrentes são destaque; Walnice Nogueira Galvão ainda se mostra tributária da militância contra o regime, que marcou significativamente seu grupo intelectual durante a década, e Heloisa Buarque de Holanda descreve, em outro ângulo, a efervescência cultural da década, a despeito do regime. A primeira, mais pessimista, dedica seu texto a Iara Iavelberg, guerrilheira marxista morta em 1972, a segunda narra as novidades da época, a crítica ao autoritarismo da esquerda e a defesa da democracia. Ambas são exemplos significativos de lideranças femininas na crítica, em São Paulo e no Rio de Janeiro, respectivamente. Galvão coordenou *Almanaque* em todos os volumes, enquanto Heloísa se destacou pela atenção à poesia marginal, aliás presente também pelos nomes de Ana Cristina César e Cacaso.

Outras intelectuais trazem ao debate questões ligadas aos seus campos de atuação, aparentemente mais abertos ao estudo da mulher, como se percebe nos textos de Sonia Curvo de Azambuja e Maria Malta Campos, a primeira, uma psicanalista, a segunda, uma pedagoga. Entre outras questões mais significativas, pelos textos de Campos e de Paulo Sérgio Pinheiro, é notável como a questão de classe social aparece ora em conflito com a emergência de novas questões políticas, ora em diálogo.

Educação ou desconversa?

Almanaque Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 11. 1980		
Texto	Autor	Conteúdo
O imaginário da prática	Carlos Rodrigues Brandão	Educação e liberdade, educação oficial e educação popular.
Educação ou desconversa?	Maurício Tragtenberg	Educação oficial e contexto de autoritarismo e corrupção, privatização do ensino universitário, cooptação dos intelectuais pelo Estado e organização dos professores.
A não-violência do brasileiro, um mito interansantíssimo	Marilena de Souza Chauí	Cultura nacional e ideologia, educação e conservadorismo, pedagogia violenta, liberdade e violência.
Cultura y participación	Antônio Faundez	Ciência e técnica, teoria e prática, função intelectual, ideologia e revolução. Orientação e tradução de Paulo Freire.
Educação e política em Rousseau	Alain Grosrichard	Concepção de educação e temas de filosofia política em Rousseau, a partir da leitura de "Emílio" e do "Contrato Social". Tradução de Luiz Roberto Salinas Fortes
A puericultura em questão	H. Maria Dutih Novaes	Análise sobre o desenvolvimento da puericultura no Brasil.
A luta por creches	Maria Malta Campos	Estado, política, clientela das creches e novas creches comunitárias.
Ainda os intrigantes e intrigados jesuítas, nossos educadores	Luiz Roberto Alves	Educação jesuítica no Brasil-Colônia, humanismo e feudalismo.
A pratinha	Álvaro Cardoso Gomes	Conto.
As artimanhas da persuasão nos textos didáticos de Bilac	Marisa Philbert Lajolo	Análise do livro escolar e usos da literatura na escola.
Programa de Estudios Latinoamericanos	Ángel Rama	Estudos latino-americanos e universidades latino-americanas, propostas curriculares.
Professor, escola e associações docentes	Antonio Candido	Professor transmissor e pesquisador-produtor, valorização da docência, associações docentes, política.
Apresentando a A. P. L. L.	Lígia Chiappini Moraes Leite e Valéria de Marco	"Associação dos Professores de Língua e Literatura", reivindicação de salários e de condições de ensino em todos os graus de ensino. Papel das revistas culturais e da própria Almanaque durante a repressão e a censura.
A experiência no curso básico do I.E.L – UNICAMP	Entrevista concedida a Lígia Chiappini Moraes Leite, em 28.04. 1980	Entrevista com professores e alunos da Unicamp sobre o curso básico do I.E.L. Objetivos e pressupostos do curso, problemas e implementação do curso.
Registros e vivências no ensino de redação	Gilson Rampazzo	Experiências como professor; ensino de redação.
O preceptor ou vantagens da educação particular (peça de teatro)	Jakob Michael Reinhold Lenz	Ficção.

O interesse multifacetado dos críticos entra em diálogo com a educação. Mais precisamente, o interesse político dos críticos ganha a cena em um volume menos preocupado com a literatura. Nele escrevem quatro críticos, Antonio Candido, Ángel Rama, Lúcia Chiappini e Marisa Lajolo, todos se referindo ao universo do ensino em análises empíricas e em torno de problemas contemporâneos. A análise de Lajolo, particularmente, mostra o debate sobre educação inserido na sua preocupação de pesquisa; a de Candido o apresenta em uma das atividades que mais se dedicou, a de ensino; a de Rama e Chiappini exploram as dimensões estruturais do ensino universitário, sendo eles próprios protagonistas das medidas que defendem. No volume, como um todo, o engajamento ultrapassa justificativas teóricas ou culturais e se faz em auxílio de análises bastante circunscritas de políticas públicas, estruturas, recursos humanos e físicos para a educação. A continuidade no volume de discussões precedentes aparece também e principalmente nos textos de Tragtenberg e Chauí, críticos às formas de modernização da educação e da universidade, feitas pelos governos militares vigentes. *Grosso modo*, o caderno pode ser dividido em nos dois tipos ideais de intelectuais que desenvolvemos, críticos que se referem à educação no interior da universidade e intelectuais públicos, dedicados ao debate sobre educação fora dela, a respeito da realidade geral do país.

Mais uma vez, nota-se a valorização de uma vida intelectual militante e politizada, porém, entendida distante do Estado. Em outros termos, parte expressiva das ideias do volume se ancora na discussão sobre educação e ideologia, tendo como objetivo a busca pela liberdade em relação às organizações estatais, inclusive no esboço de críticas à universidade e à escola estatal. A solução, como se percebe na entrevista de Lúcia Chiappini, sobre a construção institucional do Instituto de Estudos da Linguagem da UNICAMP, e nos textos de Antonio Faundez, Carlos Rodrigues Brandão e Maria Malta Campos, é a defesa das lutas populares como parte indissociável da educação pública e democrática.

“A psicanálise em questão”

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 12. 1980		
Texto	Autor	Conteúdo
Ciência, poder, desejo... e atrevimento	Gérard Lebrun	Defesa de Foucault e Lacan e crítica à Barenblitt.
Freud, a estrutura retórica	Osmyr Faria Gabbi Junior	Psicologia e ciência, Freud, sexualidade, método, psicanálise.
Desculpa, eu só estava passando	Jeanne Favret-Saada	Carta de demissão da Escola Freudiana de Paris, direcionada a Jacques Lacan. Tradução de Bento Prado Júnior.
O do Catulé e outros demônios	Arakcy Martins Rodrigues	Religião, sacrifício e rituais. Entrevista sobre o massacre do Catulé, acontecimento de 1955, em Minas Gerais, em que a questão do fanatismo religioso foi discutida amplamente.
O criminoso como um doente mental, ou o delírio do diretor da penitenciária de São Paulo em 1915	Paulo Sérgio Pinheiro	O autor analisa o relatório do diretor da penitenciária de São Paulo, de 1915; transformação da justiça em medicina e da repressão em terapia.
A máquina de sonhar	Vera Maria Chalmers	Leituras de "Gradiva", de Jensen, e da interpretação de Freud; relação entre o simbolismo de Jensen e as atividades oníricas do surrealismo de Breton; arte, psicanálise e interpretação.
Antígona à cala do impossível	JAA Torrano	O autor analisa a tragédia de Sófocles, pólis e religião.
Prosinhas		Prosas curtas: "Subúrbio" e "A tempestade" de Modesto Carone; "SOU-VOU-DOU" de Elizabeth Cleinman "O lobo e o cordeiro" de Arno Engelmann; "O cego" de Isaac Epstein; "Prosinha II" de Crau; "Biblioclepta" de Walnice Nogueira Galvão.
Ao pé da letra descalça	Rubens Rodrigues Torres Filho	Poemas.
O processo George Grosz ou... o penhor da semelhança	Telê Porto Ancona Lopez	O processo George Grosz, com a apresentação da tradutora; ditadura, história e política, nazismo e lei de segurança nacional no Brasil. Epígrafe do Evangelho e de Paulo Emílio Salles Gomes.

Quatro décadas de um clássico	Bolívar Lamounier	Análise de "Raízes do Brasil", de Sérgio Buarque de Holanda; dificuldades para a democracia, estrutura social, perspectivas, diagnósticos.
--------------------------------------	-------------------	--

A psicanálise é apresentada em *Almanaque* tal como a crítica: híbrida, entre a atividade científica e a atividade literária, e em diálogo frequente com a filosofia. Neste volume, o texto de Vera Chalmers, crítica, discute reflexivamente o que Betty Milan e Mirian Chnaidermann exercitaram nos outros: a proximidade da psicanálise com a literatura e a arte. Em direção contrária, rumo à legitimação da psicanálise e da psicologia na universidade, há o texto de Arakcy Martins Rodrigues, explorando as possibilidades de entendimento da vida social a partir desses paradigmas, como se percebe nos textos de Gerárd Lebrun e Osmir Faria Gabbi Júnior; os três preocupados de alguma maneira com a utilização acadêmica da psicanálise e até mesmo com a sua afirmação científica. Embora o discurso dos psicanalistas seja periférico na composição geral de *Almanaque*, ele indica uma mesma sintonia desses intelectuais com a mobilidade característica dos críticos da revista, afeitos tanto ao entendimento da atividade intelectual como parte expressiva da cultura, quanto ao entendimento da atividade intelectual como atividade compreensiva da cultura. Outra discussão que merece ser lembrada é a importância da conjuntura política para algo que se percebe intensamente neste volume, relacionado à difusão da psicanálise junto com autores críticos a ela. Em outras palavras, percebe-se a importância do debate político para a emergência de discussões interdisciplinares nessa conjuntura da década de 1970. No caso dos críticos, a interdisciplinaridade aparece também nos textos de Telê Porto Ancona Lopez e JAA Torrano, estudiosos de literatura, que se utilizam de materiais textuais para o entendimento da política e da história, em especial a realidade contemporânea da ditadura brasileira no caso da primeira e o problema da cidade e da religião na tragédia clássica.

Entre continuidades e descontinuidades desse volume com os demais, os textos de Gerárd Lebrun, Jeanne Favret-Saada e Paulo Sérgio Pinheiro demonstram clivagens que se acentuaram em *Almanaque* entre 1977 e 1978, com a acentuação de repertórios alternativos para a militância política entre intelectuais e a emergência de paradigmas diferentes, de um lado, da orientação para a defesa da cultura e sociedade nacional e diferentes, de outro, e da influência marxista. Dos universitários escritores mais recorrentes, nota-se com Walnice Nogueira Galvão e Modesto Carone o desvio da poesia como gênero dominante e a aproximação da prosa, ainda que Rubens Rodrigues Torres Filho se dedique a poesia nessa edição. Na esteira das homenagens que apareceram nos outros volumes, nomeando clássicos

da intelectualidade brasileira, o cientista político Bolívar Lamounier escreve sobre *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda, outro exemplar do moderno ensaio brasileiro.

“Suplemento Literário”

Almanaque Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 13. 1981		
Texto	Autor	Conteúdo
Informe Logístico (anti-boom) sobre las armas, estratégias e campos de batalla de la nueva narrativa hispano-americana	Ángel Rama	História do “boom” da literatura latino-americana na década de 70, significado do movimento, identidade latino-americana, profissionalização do escritor, mercado e crítica.
Filosofia e literatura: A paixão de Clarice Lispector	Benedito Nunes	Ensaio sobre Clarice Lispector, forma e evolução da obra.
A mania na tragédia grega	Filomena Y. Hirata Garcia	Discursos científico, mítico e filosófico; delírio e loucura, tragédias gregas. Trata-se de parte da tese de doutorado na autora, defendida na área de Letras.
O tema da dispersão africana na poesia de Angola	Maria Aparecida Santilli	Literatura e história, poesia africana, língua portuguesa.
A palavra, ocupação de rivais	Jerusa Pires Ferreira	Literatura de cordel, histórias orais, diálogo, disputa verbal.
Poesia para poetas	Hector Olea	Ensaio sobre "Tao Te Ching", importante obra da literatura popular chinesa.
Poemas e prosas		Betty Milan, Modesto Carone, Lúcia Villares, Franklin Leopoldo e Silva, Gil Sevalho, Mircea Driga, Rubens R. Torres Filho, Orides Fontela, José Augusto Lemos, Pedro de Moraes.
Ao redor do vôo circunflexo	Alfredo Bosi	Análise dos poemas de Rubens Rodrigues Torres Filho, imagem e historicidade.

A questão da literatura volta como tema central de *Almanaque*, reunindo professores de diversas áreas que se dedicam a ela. O volume é tematicamente concentrado, mas seus autores são adjacentes ao grupo de pesquisadores da cadeira de Teoria Literária e Literatura Comparada. Dos autores mais sintomáticos com a agenda de investigação de *Argumento e Almanaque*, Ángel Rama se destaca. Em 1981, o crítico era o protagonista de *Mas allá del Boom: Literatura y mercado*, publicação lançada naquele ano a respeito da literatura latino-americana na década de 1970 e do fenômeno do “boom latino-americano” entre as décadas

de 1960 e 1970. O livro foi resultado de um colóquio organizado em Washington em 1979 sobre o tema, liderado por Rama, no qual foram convidados destacados críticos dos países latino-americanos, entre eles Antonio Candido e Roberto Schwarz, do Brasil. Questões semelhantes aparecem no texto de Rama neste volume da revista e que, como Heloísa Buarque de Hollanda no décimo volume, já propõem a década de 1970 como uma unidade analítica para a análise da crítica.

O volume como um todo remete ao *Suplemento Literário*, marco do jornalismo cultural brasileiro, publicado pelo grupo do jornal *Estado de São Paulo* entre 1956 e 1974, no qual participaram diversos membros da revista *Clima*, como Antonio Candido, Décio de Almeida Prado e Paulo Emílio Salles Gomes, além de Sérgio Buarque de Holanda, Carlos Drummond de Andrade e Manuel Bandeira. Neste volume, Jerusa Pires Ferreira mostra questões que envolviam sua pesquisa sobre cultura popular no programa de pós-graduação em sociologia da USP, no qual era uma das poucas dedicadas ao estudo da cultura, sob orientação de Ruy Coelho. Tal como ela, o economista Héctor Olea apresenta um interesse semelhante pela cultura popular, aparentemente mais legitimado entre todos no final da década de 1970.

Se circunscrevermos a participação de Jerusa Pires Ferreira, Maria Aparecida Santilli, Filomena Hirata e Alfredo Bosi veremos que nem sempre esses pesquisadores de literatura reivindicaram ofício da crítica para atividade desenvolvida, com exceção de Alfredo Bosi. Aliás, essa é uma das características do volume, a perda da discussão sobre a crítica como um ofício específico para a análise da cultura, bem como a perda de uma produção cultural consagrada para a análise do intelectual. Dentre outras questões, percebe-se no texto de Benedito Nunes, um crítico paraense formado em filosofia, a relação já notada de aproximação da crítica universitária com essa área de estudos durante a década de 1970, como também se percebe relevância para esses intelectuais da produção literária feito por um universitário escritor, como vemos na análise de Alfredo Bosi sobre os poemas de Rubens Rodrigues Torres Filho.

“Modos menores de ficção”

Almanaque - Cadernos de Literatura e Ensaio, volume 14. 1982		
Texto	Autor	Conteúdo
Folhetim para almanaque ou rocambole, a Ilíada de realejo	Marlyse Meyer	História do folhetim, classificação do gênero, gênero e movimento operário do século XIX.
A seguir, mais um campeão de audiência (no ar, “o homem que deve morrer” telenovela de Janete Clair)	Samira Youssef Campedelli	Análise da telenovela brasileira, especialmente de Janete Clair; análise do gênero, telespectador e determinação do veículo sobre o gênero.
Fotonovela	Dulcília H. Schroeder Buitoni	Fotonovela, caráter de massa e alienante. O texto é parte da dissertação de mestrado, defendida na cadeira de teoria Literária e Literatura Comparada em 1977.
Quadrinhos, uma escrita nova	Antônio Luiz Cagnin	Histórias em quadrinhos e análise semiológica.
Palavras e imagens	Paulo Emílio Salles Gomes	Artigo escrito em 1957 após o incêndio na Cinemateca Brasileira e destruição da coleção da revista “A Scena Muda”, que circulou no Brasil entre 1921 e 1955, para a divulgação do cinema estadunidense. O autor analisa a importância desse acervo para os estudos de cinema.
Ficção baseada em cinema: a scena muda	Flora Bender	Análise da revista “A Scena Muda”, dividida em quatro partes, cinema, rádio, crítica e decadência. O texto é parte da tese de doutorado da autora, defendida em 1980, orientada primeiro por Paulo Emilio Salles Gomes e depois por Antonio Candido.
A narrativa da imprensa feminina	Dulcília H. Schroeder Buitoni	Análise do discurso da imprensa brasileira sobre a mulher, imaginando uma narrativa com personagem, ação, enredo e o caráter conservador.
Almanaques	Eça de Queiroz	Crônica sobre a origem e a importância dos almanaques na história. Escrito em 1896.
Nega	Miriam L. Moreira Leite	Ficção
Essa gente	José Fulaneti de Nadai	Poemas
O fardo do homem culto: literatura e analfabetismo no prelúdio republicano	Nicolau Sevchenko	Elite culta e massa analfabeta, intelectuais e período republicano no Brasil.

O derradeiro volume de *Almanaque* se dedica ao que é visto como cultura menor, a telenovela, a fotonovela, a história em quadrinhos, o cinema e a revista. O tom crítico a cultura elitista e a cultura de massa, atenuado nas últimas edições, aparece no texto de Nicolau Sevchenko sobre a relação entre a elite letrada e o povo analfabeto e nos textos de Dulcília Buitoni sobre indústria cultural e o caráter alienante da fotonovela. A relação de conflito estabelecida com as elites culturais, implícita em vários textos de *Argumento* e *Almanaque*, posiciona o conjunto de intelectuais dessas revistas a frente de um projeto coletivo de tornar a universidade um espaço de redefinição da cultura do país em termos mais modernos e mais democráticos, e neste volume, em termos mais populares, procurando consagrar as vanguardas e a cultura popular autóctones. Já os textos de Marlyse Meyer e Eça de Queirós se inserem mais no reconhecimento do que propõe o nome irônico do caderno, a relevância das modalidades culturais menores, o folhetim e os almanaques, para uma tradição cultural maior.

Dessa vez, a atividade da crítica se distancia das atividades filosófica, literária e política e dialoga com temas emergentes nas escolas de comunicação. Aliás, os interesses de Paulo Emílio Salles Gomes no estudo de cinema, de Dulcília Buitoni no de jornalismo e de Samira Campedelli no de telenovela e jornalismo demonstram trajetórias intelectuais em um primeiro momento vinculadas a Faculdade de Filosofia e, em segundo momento, vinculadas a Escola de Comunicação e Artes da USP (ECA- USP). Embora a ECA tenha sido fundada em 1966 como uma escola autônoma da Faculdade de Filosofia, até a consolidação dos seus cursos de doutorado em 1980, parte considerável dos professores da escola de comunicação e artes mantiveram vínculos estreitos com a antiga Faculdade, portanto, durante toda a década de 1970. Neste volume, a relação entre mestres de *Clima* e seus alunos aparece mais uma vez. Flora Bender e Samira Campedelli eram orientadas por Paulo Emílio Salles Gomes, falecido em 1977. Com a sua morte, seus trabalhos passaram a ser orientados por Antonio Candido e Décio de Almeida Prado, respectivamente.

Em seu último volume, *Almanaque* tem a questão das revistas como tema de capa, dedicada a “Scena Muda”. No texto de Paulo Emílio Salles Gomes, escrito em 1957, diferente do texto de Eça de Queirós, a questão não se orienta sobre a importância do material somente para a vida cultural, mas, sobretudo, para a pesquisa. A conclusão, comparando os dois textos é uma: a universidade havia se tornado parte indissociável do debate da cultura.

CULTURA E HISTÓRIA

Na época sombria da ditadura- e Antonio Candido foi impecável, destemido e solidário-, entre suas múltiplas manifestações de resistência, houve uma que foi marcante para mim. Junto com Paulo Emílio Sales Gomes, Fernando Gasparian e eu, Antonio Candido lançou-se com entusiasmo a uma nova publicação, a revista *Argumento*. Assim como, em época na qual eu não existia intelectualmente, Candido fora o animador da revista *Clima*, que balançou o coreto da jovem intelectualidade paulista, com *Argumento* balançou-se a modorra que a ditadura militar impôs à vida cultural dos anos 1970. Fernando Henrique Cardoso (Cardoso, 2013).

O movimento de 64, porém, não só interrompe a continuidade de nosso trabalho universitário, mas lança uma suspeita sobre nosso próprio estilo. Nosso amor à precisão e a técnica pode ser confundida com a ideologia burocrática. Até quanto a precisão do pensamento, a proposta de racionalidade, não se confunde com a racionalidade do poder? Não estou certo de que, no CEBRAP, estejamos resolvendo a contento as vicissitudes de nossa posição. Ou melhor, muitas vezes, para fugir aos enganos do pensamento burocrático, estamos de novo caindo no ensaísmo, quando não acabamos reunindo os dois. José Arthur Giannotti (Giannotti, [1974] 2011).

De início, devo dizer que este capítulo se insere com mais profundidade na proposta generalizada da dissertação de explorar a sociologia da cultura em conjunto com a análise das ideias e, principalmente, com a sociologia histórica. Ela pretende sintetizar a argumentação da dissertação e oferecer um entendimento desses intelectuais a partir da compreensão de uma conjuntura abrangente, isto é, da modernização brasileira na década de 1970. Em termos práticos, a dissertação finaliza com a análise de um componente frequente de *Argumento* e *Almanaque*, que se refere à atribuição do papel político do crítico, da crítica e das revistas de cultura na década de 1970, associando este componente ao diagnóstico comum de uma época, realizado entre os colaboradores mais recorrentes das revistas, qual seja, o problema no Brasil da modernização que não se realiza ou que se realiza sem rompimento com o atraso. Do ponto de vista dessa dissertação, esse componente consagra uma espécie ou um tipo de intelectual específico na universidade paulista, o crítico. Já o diagnóstico daquele tempo é tocante e explicitado por um número maior de intelectuais que se desdobrou entre a atividade universitária e a atividade política, reconhecendo a modernização do país e desconfiando do seu rumo. Enquanto o primeiro é um atributo que incorpora a atualização de um ofício, o segundo se pretende uma descrição ou a denominação de uma realidade

abrangente que deve ser modificada; os dois possuem a mesma natureza histórica. Ambos são fenômenos discursivos, construções imagéticas, culturais e políticas, alcançadas no plano das ideias, mas também são afirmações acadêmicas de realidades existentes: O intelectual singular e o país igualmente singular na periferia do capitalismo.

Intelectuais e a modernização brasileira

O recorte temporal em que foram engendradas *Argumento* e *Almanaque*, entre os anos de 1973 e 1982, permite algumas considerações. Sobretudo, ele possibilita o reconhecimento de alguns fenômenos observados por seus intelectuais como fenômenos específicos daquele momento. A rigor, buscamos entendê-los como fatos correlatos a uma situação geral do país na década de 1970, sabendo a princípio que a classificação da vida intelectual por décadas pode ser arbitrária e pouco esclarecedora. Porém, outros fatores levam a crer que a década de 1970, expressada em termos genéricos, se não informa necessariamente uma unidade coesa de fenômenos articulados, é utilizada nessa vida intelectual como nomeação de um imaginário de questões que se relacionam e se relacionaram. Em outras palavras, podemos dizer que no nosso caso, a utilização do termo “década de 1970” foi inicialmente justificada como um modo de tipificar uma conjuntura, formada pela publicação das revistas e pelo conjunto de acontecimentos vividos por seus colaboradores, editores e financiadores enquanto estavam envolvidos com elas; isto é, foi uma proposta de construir uma unidade entre as revistas e seus grupos intelectuais e uma forma de relacionar o interesse desses intelectuais nos cadernos com as ideias e práticas contemporâneas que eles defendiam, sejam elas intelectuais ou políticas. No entanto, com o andamento da pesquisa, a noção de uma conjuntura particular a década de 1970 ganhou outra perspectiva, sem perder de vista a primeira. Os textos de dois intelectuais relevantes no debate cultural das revistas, Heloisa Buarque de Hollanda e Ángel Rama, publicados a respeito do contexto nacional e do contexto latino-americano no décimo e no décimo terceiro volume, bem como o as curtas memórias de Fernando Henrique Cardoso sobre *Argumento*, permitiram elucidar um elemento da compreensão feita por esta dissertação: Do ponto de vista dos próprios intelectuais estudados, a década de 1970 no Brasil foi sentida e enxergada posteriormente como um fenômeno cultural singular.

Neste caso, dois problemas se relacionam do ponto de vista dos intelectuais que escreveram nas revistas, a análise da cultura realizada por eles se mescla à análise de um tempo, pelo menos de uma situação sentida por eles como um fato localizado em um tempo

específico, seja ele vivido no presente, seja ele vivido no passado. A prioridade intelectual, que oscila entre o entendimento do tempo e o entendimento da cultura, forma duas tendências de um processo que significa as experiências vivida naqueles anos. Se pensarmos no fato de que o material das revistas se desdobra em atividades descritivas e, a um só tempo, normativas- utilizando expressão consagrada de Paulo Arantes a respeito do problema da *formação* em Antonio Candido (Arantes, 1997)- é difícil dissociar os saberes mobilizados pelos críticos de atividades de construção intencional do presente; foram atividades propriamente narrativas, para além de descritivas, que pretenderam estar inseridas no que se entendia como cultura e esfera pública. Foram atividades intelectuais que pretenderam, em suma, ser atividades de expressão e de testemunho do presente³⁹. Em resumo, para uma compreensão mais elementar das revistas, podemos definir tanto seus materiais quanto seus críticos e intelectuais engajados, no desejo de se debruçar amplamente sobre a cultura e sobre a história, seja para entender e fazer a cultura, seja para entender e fazer a história.

Bem, além dos recortes temporal e temático mais substantivos, alcançados pela leitura das revistas, há um outro recorte que auxilia a objetivar com mais precisão a experiência desses intelectuais, o recorte geográfico. No nosso caso, ele é geográfico e institucional; refere-se a USP e a sua centralidade crescente na vida intelectual da cidade de São Paulo até a década de 1970, quando se formaram novas instituições de pesquisa universitária pelo Estado de São Paulo e pelo Brasil afora. No estudo de *Almanaque*, a universidade que se mostrou mais expressiva relacionada a publicação, para além da USP, foi o Instituto de Estudos da Linguagem, da UNICAMP, formado por vários intelectuais participantes dos cadernos. A rigor, uma parte mais expressiva da intelectualidade das revistas, embora tenha sido passado pela USP, dissipou-se na década de 1970 por instituições diversas de pesquisa, dentro e fora das universidades: Como vimos, entre as publicações de *Argumento* e *Almanaque*, houve a expansão e a formação do CEBRAP e do CEDEC enquanto centros independentes; houve também a expansão do acervo do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), vinculado a USP, e as migrações para o interior do Estado de São Paulo, em centros das recém-formadas UNICAMP e, em casos menos frequentes, da UNESP.

São várias as contradições que podem ser observadas entre a análise dos textos publicados nas revistas e a análise das trajetórias acadêmicas correspondentes dos seus intelectuais na década de 1970. E uma delas reside na diferença existente entre um discurso

³⁹ Para Beatriz Sarlo (2007), o testemunho se tornou um discurso histórico e político na Argentina; ele representou um lugar de resistência nas ditaduras latino- americanas.

que se projeta majoritariamente como um discurso brasileiro e as vezes latino-americano, oriundo do que seria uma experiência histórica nacional e periférica do capitalismo internacional, mas que, por sua vez, se analisado com mais cuidado, pode ser entendido, sobretudo, como parte da história paulista de modernização da vida intelectual, iniciada décadas antes com a universidade. Quer dizer, a composição das revistas é mais regionalista do que seus textos fazem crer, ela é paulista; embora o conjunto dos discursos dos seus intelectuais seja mais nacionalista do que seus autores reconheceriam. Disso derivam-se duas conclusões, no mínimo: i) A composição das revistas é significativamente centralizada em intelectuais com carreiras estabelecidas em São Paulo e, por isso, é para nós mais difícil estender a representatividade do seu corpo de colaboradores para algum conjunto de intelectuais brasileiros do mesmo período, embora nos mesmos volumes tenham sido publicados com frequência textos de intelectuais de outras localidades, daí o qualificativo de vida intelectual paulista; ii) O interesse dos intelectuais nas publicações é suficientemente orientado para assuntos de repercussão nacional, para fenômenos políticos, culturais e sociais de alcance nacional e para fatos de alguma maneira considerados brasileiros, embora essas categorias sejam questionadas em momentos diversos e não utilizadas em outros. Em síntese, as revistas compõem uma espécie de discurso “brasileiro à paulista” que, no plano das ideias, articula o interesse na formação do país com as manifestações espontâneas da brasilidade e, no plano das ações políticas, articula a inserção do debate acadêmico paulista no debate público brasileiro, ancorado em uma crítica radical das políticas estatais desde a era Vargas, inclusive a própria construção de uma ideologia nacional.

Dados os interesses majoritários desses intelectuais paulistas, a produção substantiva dos seus textos tenderia a ser situada no que Marcelo Ridenti (2005) chama de *brasilidade revolucionária*, o *ethos* político e cultural que atingiu o apogeu na segunda metade na década de 1960 com artistas e intelectuais brasileiros. Tal consideração mereceria ser nuançada, na medida em que a ideia de uma revolução propriamente brasileira não aparece nas revistas como questão da ordem do dia. Embora Ridenti identifique continuidades dessas manifestações na década de 1970, em *Argumento* e *Almanaque*, brasilidade e revolução são noções que nem sempre se combinam, ainda que se articulem de diferentes maneiras. Talvez seja mais interessante pensar as revistas e a vida intelectual em torno delas em um registro posterior à *brasilidade revolucionária*, de certo desdobramento, ruptura e até radicalização desse *ethos*, ainda que existam diálogos nítidos com aquele fenômeno. Os novos contornos das mudanças são variados. Em *Argumento*, o Brasil como unidade política, social ou cultural, já não é apresentado como lugar estratégico para as ações e interesses políticos e

intelectuais; ele é apresentado em perspectiva comparada, principalmente com outras nações latino- americanas, que a partir da década de 1960 vivenciaram mobilizações políticas decorrentes da revolução cubana. O Brasil é identificado com certas particularidades que também se refletem nas análises dos outros países, como se percebe na preocupação recorrente com o subdesenvolvimento, com os golpes militares, com as populações marginais e com o capitalismo que se desenvolve no terceiro mundo. Nesse sentido, as noções de país e de nação são muito mais utilizadas por esses intelectuais como uma dimensão do objeto estudado, a mais próxima e adequada a ação política, mas não a única e nem sequer a principal.

Em outra leitura possível, a herança da *brasilidade revolucionária* pode ser encontrada na década de 1970, porém, não é difícil notar o conflito dela com os novos elementos que a contrastam, ambos disputando como deve ser a mudança social. Tomemos como objeto as imagens. *Argumento* é entremeada por imagens que tomam páginas inteiras, de gravuras ilustrativas e independentes e de propagandas publicitárias. Essas imagens podem ser interpretadas entre o devir de duas modernizações; a primeira foi proposta pela intelectualidade, a segunda é criticada por ela.

São as gravuras que remetem a tradição entre o popular autóctone e o desejo de mudanças nacionais profundas, relacionadas principalmente ao modernismo e à *brasilidade revolucionária*. Elas são representações do que seria o autêntico elemento popular do Brasil, o homem do povo, o índio, o negro e a pessoa do campo; descritas também no cinema valorizado pela revista, em especial o Cinema Novo, nos resumos literários, frequentemente dedicados aos estudos sobre a literatura modernista, e nos textos que se dedicam a questão da miséria e da pobreza, como os de Antonio Callado e Lúcio Kowarick. Analisadas ao lado dos textos, o conjunto de representações populares ganha outra conotação nas revistas, mais distante de alguma idealização da força política dessas camadas sociais. Enquanto tema dos cadernos, as camadas populares em grande parte são descritas pela sua opressão e, sobretudo, pela sua marginalidade: Marginalidade social, marginalidade na poesia, marginalidade no cinema; a marginalidade se torna parte do léxico da intelectualidade de esquerda na década de 1970 para a nomeação de diferentes fenômenos. Acima de tudo, a presença da marginalidade nas representações possui funcionalidade; mais do que redefinir o estatuto de algum projeto político e cultural popular da década anterior, insere esse projeto em outro contexto, como um elemento negativo da mudança social hegemônica, quer dizer, como um elemento residual das mudanças acontecidas novamente significado pelos intelectuais. Essa valoração possui alcance político imediato, pois, com o apoio da intelectualidade, atualiza o popular e o

marginal como questões prementes da história brasileira. De outro modo, para os intelectuais dos cadernos, falar em marginalidade é criticar o que é contemporâneo a essa marginalidade, mas que não se confunde com ela, a modernização da ditadura militar.

Por isso, entender as gravuras é entender dois lados de um processo. Aliás, é entendê-las dialeticamente com as publicidades, uma como negação da outra; as duas como parte de uma totalidade. As publicidades se referem a simbolizações clássicas da modernização promovida pelo governo, a propaganda do automóvel, das tecnologias e das máquinas; a emergência da malha urbana no país. Os textos que lidam com essa modernização são outros, de Arnaldo Pedrosa d' Horta, Roberto Schwarz, Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Maria Helena Kühner e mais alguns. Com eles entendemos o incômodo sobre processo de modernização intenso e restritivo. Mais do que isso, na maioria dos textos essa modernização é compreendida em torno de uma questão econômica e social bastante precisa, a especificidade do capitalismo brasileiro e sua abrangente expansão pela ditadura militar. Em conjunto, gravuras e publicidades são duas demonstrações da mudança social que alcançam a dimensão nacional como eixo para a ação, como inclusão das massas pelos intelectuais e como resistência deles ao que se passa; em ambas já se observa a modernização como um dado corrente, indissociável da história do país.

A chave explicativa mais precisa para a profusão de elementos populares e modernizantes nas revistas talvez esteja em premissas de um ensaio de significativa repercussão na década de 1970, publicado por Francisco de Oliveira no segundo volume Revista Estudos CEBRAP em 1972, *A economia brasileira: Crítica à razão dualista* (Oliveira, [1972] 2003), titulado posteriormente apenas como *Crítica à razão dualista*. Se as representações populares, até então, eram costumeiramente entendidas como características do Brasil tradicional e pré-capitalista, à luz da tese do autor podemos reconhecer a disposição de figuras que tanto se refletem quanto se refratam nessas revistas indicando não uma dualidade entre modernização e atraso, a primeira sobrepondo-se a segunda, mas uma totalidade do processo que se exprime pelo desenvolvimento dessas duas orientações. Oliveira, a despeito da participação e permanência no CEBRAP e em São Paulo durante a década de 1970, não participou nem das revistas e nem estava vinculado a Universidade de São Paulo, o que difere substantivamente sua trajetória do restante dos intelectuais estudados. Porém, a relevância da tese, a sua orientação marxista e os termos com que ele a conjuga, tornam a leitura sobre a vida intelectual do período indissociável da interpretação que o autor faz da modernização brasileira. Crítico das teorias do subdesenvolvimento que ainda ganham os cadernos de *Argumento* nos anos seguintes, Oliveira questiona a visão que responsabiliza o

passado nos problemas contemporâneos do Brasil. Mais especificamente no ensaio, o autor não delega as dimensões precárias da vida do povo brasileiro às raízes e à história do país, mas, sim, ao processo de modernização em curso; de outro modo, ele enxerga no seu presente mais imediato a articulação entre modernidade e arcaísmo como partes estruturadas que se retroalimentam no desenvolvimento brasileiro.

Independente de acatarmos as variadas categorias intelectuais e políticas mobilizadas para definir a modernização do Brasil, é certo que na década de 1970, com o regime militar, o fenômeno é enxergado na sua especificidade brasileira, traduzido em esquemas de percepção que posicionam a história nacional na perspectiva comparada de uma história internacional. Outros passos são dados. Como se vê, por exemplo, no próprio título do texto de Francisco de Oliveira, durante o período, a manifestação da crítica social tem espaço recorrente na crítica ao próprio conhecimento e a noção de *crítica* se alarga para outros sentidos que não a análise da cultura, abarcando no universo de intelectuais acadêmicos uma atividade reconhecidamente pública.

Já em *Almanaque*, as semelhanças com o debate intelectual da época ultrapassam os questionamentos da teoria e atingem o próprio modo de fazer o debate, realizado em franca divergência com a racionalidade acadêmica até então dominante, enxergada pelos intelectuais como parte do problema social. Em *Almanaque* há dúvidas sobre o modo como a educação pública e a universidade no Brasil se estabeleceram. Na revista, os acadêmicos apresentam suas dissertações, teses e reflexões diversas ao lado de uma desconfiança constante da universidade que havia sido construída, da qual eles são representantes; não faltam reflexões sobre a elite intelectual, sobre a organização universitária, sobre as manifestações ideológicas do conhecimento e sobre os problemas políticos mais sérios a respeito da educação. Em *Almanaque* os intelectuais não querem confundir a sua racionalidade com outras racionalidades, como a do Estado, por exemplo. Do editorial do primeiro caderno, em que o corpo de redatores faz um exercício de “desapresentação”, ao último volume, *Almanaque* preza por desconstruir propósitos acadêmicos exclusivos, sem nunca querer abandoná-los. Em *Almanaque* há o sarcasmo com os inimigos intelectuais e com a própria universidade. Dando nome aos bois, a revista reconhece os domínios do discurso científico na universidade e da análise estruturalista na *crítica* como alvos imediatos para o seu combate. A solução encontrada pelos colaboradores para lidar com esses incômodos, tão próximos do trabalho da *crítica*, é a aproximação com variadas disciplinas e saberes que têm como objeto os fenômenos da cultura, entendidos como suas possíveis vertentes: As diferentes teorias literárias, o marxismo, a história, a filosofia, a linguística, a sociologia, a antropologia e a

psicanálise. Distinta de uma noção simplesmente disciplinar do ofício da *crítica*, esses intelectuais constroem um sentido abrangente para o ofício, como um guarda-chuva intelectual que permite a eles compreender dimensões variadas da cultura e, principalmente, da literatura - o ensaio, o discurso, a narrativa, a poesia, as estruturas, o mito, o pensamento e a ideologia - e propor novos usos quanto a eles.

O que se percebe nas divisões internas de *Almanaque* é que a interdisciplinaridade proposta não esconde as preferências das orientações acadêmicas. Uma das mais expressivas é a diferença existente entre críticos e filósofos; os primeiros priorizando aspectos da cultura brasileira, os segundos se orientando para uma discussão internacional sobre seus cânones. Entre os dois ofícios que protagonizam a revista, podemos perceber a existência de dicotomias clássicas a respeito do debate cultural no Brasil, como a articulação entre referências locais e cosmopolitas; nacionais e estrangeiras. Diferente de *Argumento*, em *Almanaque* a questão da América Latina como registro mediado, entre o cenário cultural, intelectual e político brasileiro e o cenário internacional, aparece mais timidamente ou quase não aparece. Na segunda metade da década de 1970, o *boom* cultural do continente, que havia ascendido na década anterior, já estava em descenso. Se em *Argumento* a crise com a nacionalidade enseja a reflexão sobre uma realidade mais vasta que aquela circunscrita a nação, sem perder de vista essa unidade cultural e política, em *Almanaque* essa crise ganha outros contornos e cede à fragmentação dos discursos progressistas. Isso acontece principalmente no final da década, nos últimos cadernos, na metade final das publicações, quando a linha editorial passa a estimular um tema mais definido para cada volume, sem ter diálogos aparentes entre si. São os cadernos que se dedicam a homenagens aos intelectuais brasileiros, ao pensamento político, a questão da mulher, a educação, a psicanálise e os modos menores de ficção. As mudanças mais decisivas ocorrem concomitantemente a saída de Roberto Schwarz do grupo de colaboradores mais frequentes. Até este volume, os textos de Schwarz, Lígia Chiappini de Moraes Leite, Walnice Nogueira Galvão, Gilberto Vasconcelos, Sérgio Ferro, Vera Chalmers e Gilda de Mello e Souza mostram certas semelhanças com os textos da *crítica* em *Argumento*, como o diagnóstico de crise, a utilização marxista na análise da cultura, a preocupação com a cultura nacional e a cultura popular, a independência cultural, e a relação entre as vanguardas modernistas e as especificidades regionais.

Se confrontarmos as questões intelectuais que analisamos com o momento em que elas foram desenvolvidas, podemos vislumbrar com mais facilidade o sentimento de época existente entre esses universitários, isto é, podemos objetivar com mais precisão como eles lidam com o tempo e como elaboram o presente. Entre as caracterizações das duas revistas, é

possível notar um mesmo conjunto de questões emergentes desde o fim da década de 1960 até o fim da década posterior; mais precisamente entre os anos 1969 e 1978, dois marcos que sinalizam um mesmo padrão temático e uma mesma atuação intelectual. Além do repertório mais substantivo das revistas ter sido engendrado nestes anos, eles representam marcos simbólicos para a compreensão da relação entre universidade e política. Como vimos, no ano de 1969 houve fatos importantes como o acirramento da ditadura militar, a aposentadoria compulsória de professores que haviam até então se estabelecido na USP e o fim da Faculdade de Filosofia na rua Maria Antonia, enquanto 1978 sinaliza o término de um período mais denso da ditadura, início de grandes greves com a aproximação entre intelectuais e camadas populares e, particularmente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso para o Senado Federal e a aposentadoria de Antonio Candido, intelectuais bastante orgânicos USP e lideranças acadêmicas e políticas durante a década de 1970.

Se, de outro modo, tomarmos para a periodização apenas os textos das revistas, temos como marcos o ano de 1973 e 1982, o ano do começo de *Argumento* e o ano do fim de *Almanaque*. Nessa periodização, a conclusão é ligeiramente diferente, ela se relaciona ao auge da ditadura militar e ao seu descenso, a etapa da transição do regime para a democracia (Kinzo, 2001). Ainda que os anos de 1973 e 1974 sejam considerados partes indissociáveis do período mais tenso da repressão, eles podem ser enxergados também como anos marcantes do fim do chamado *milagre econômico* brasileiro, período de alto crescimento econômico do país desde 1969, emergente com o concomitante crescimento do sistema repressivo do governo. Mais detalhadamente, Kinzo (2001) reconhece o período posterior como a primeira parte de um longo processo da abertura democrática, caracterizada ainda pelo domínio dos militares, de 1974, ano em que *Argumento* foi cassada e que o MDB ganhou diversas cadeiras no Congresso com o apoio significativo da intelectualidade, até 1982, quando houve a primeira eleição para governadores com voto popular. Além das eleições no legislativo terem sido surpreendentes, com a eleição de 1974, houve a revogação parcial da censura à imprensa, o que possibilitou relativa expressão de veículos de oposição. Ainda assim, os processos mais definitivos para a abertura apenas se confirmaram com as eleições de 1978 e 1982. Com ambas as periodizações, a de 1969 a 1978 e a de 1973 a 1982, é possível concluir o quanto as revistas estão inseridas numa conjuntura de crítica ao regime no período de exercício do próprio regime. Quer dizer, elas são materiais políticos e históricos, indissociáveis da crítica intelectual da oposição.

Algumas considerações a respeito da bibliografia sobre esse período podem ser feitas. A tipologia de Carlos Guilherme Mota para a história das mentalidades dos intelectuais

brasileiros já nos auxiliou ao se referir ao período de 1969 a 1974 como um momento de percepção da dependência cultural no Brasil, precedido por outro caracterizado pela difusão da revisão radical da identidade nacional. Para essa dissertação, esse período precedente, descrito por Mota na segunda metade da década de 1960, é assemelhado ao que Roberto Schwarz definiu como hegemonia da esquerda na cultura brasileira (Schwarz, 1970) e com o que Marcelo Ridenti identificou como *brasilidade revolucionária* (Ridenti, 2005). Neste repertório de questões comuns, percebidas por diferentes intelectuais, muitas vezes em diálogo, a análise de Mota se torna elucidativa pela inclusão de um elemento a mais, que nos permite diferir uma época da outra, ou seja, ela evidencia o diagnóstico do ano de 1969 como o ano de emergência de uma crise política, social e também intelectual, que para esta pesquisa se estende pelo país até 1978 e aparece nas revistas até 1982.

Embora demarcações que envolvam processos como esses tenham a sua fragilidade, elas são, também para nós, instrumentais. Elas nos ajudam a delimitar a emergência e o descenso de atividades predominantes entre os intelectuais que estudamos. Mais que tudo, elas nos sinalizam tendências e conjunturas. Por ora, as demarcações nos esclarecem o quanto estão associadas a um sentimento de perplexidade, derrota e ceticismo com a cultura e com a história do país. Nesse sentido, o recorte de 1969 a 1978 é exemplar das principais questões que desenvolvemos nessa pesquisa e muito próximo do que chamamos genericamente de década de 1970: i) Entrelaçamento de atividades políticas e intelectuais, ii) Preocupação política com cultura e com a sociedade nacional, mas dificuldade intelectual de lidar com as contradições e problemas políticos desses termos e iii) Defesa crítica da modernização brasileira.

Este último tópico, recorrente na bibliografia a respeito do período e nas publicações realizadas pelos intelectuais, merece uma atenção mais precisa. Podemos concluir que a relação entre intelectuais que colaboram nas revistas e o problema da modernização no Brasil na década de 1970 é abrangente, mas pode ser delimitado e resumido em três questões da pesquisa:

- i. A preocupação de intelectuais das revistas com a modernização no Brasil está bastante envolvida com a singularidade e precocidade da modernização em São Paulo na vida intelectual; na cidade e depois no Estado, observamos uma vida intelectual que se diferencia do restante do país por projetar a universidade como o lugar moderno do conhecimento e do trabalho intelectual.
- ii. A década de 1970 é sentida como o período de crise ou de incompletude dessa modernização também pelo fato de grande parte dos intelectuais ter que realizar suas

atividades fora da academia que os havia formado e, por consequência, do lugar simbólico da moderna intelectualidade no Brasil; e

- iii. As revistas, bem como seus intelectuais, são parte também de uma ideologia modernizadora do país defendida por eles, quando não modernista, se observamos a ambição política das atividades desses intelectuais; porém, uma ideologia concorrente da modernização que se efetuava pelo regime militar.

Essas definições envolvem muito mais o conjunto de intelectuais das revistas. Já a particularidade dos críticos e a preocupação com a cultura são dimensões que saltam aos olhos como definidoras do caráter do material e como questões que protagonizam as duas revistas e, por consequência, a análise dessa época a partir desse material. Elas são tema da próxima etapa.

Análise de época e identificações negativas

Nessa proposta de sociologia dos intelectuais no Brasil, não houve como deixar de notar uma das dimensões mais substantivas do problema dos intelectuais no Brasil, as variadas relações do trabalho intelectual com a política. É em torno de uma das vertentes dessa questão que encontramos uma justificativa para a proliferação de variadas pesquisas sobre intelectuais no Brasil: A relevância, até certa medida recente, da atuação de intelectuais nas esferas públicas e, mais que isso, a relevância ainda recente da atuação dos intelectuais na construção de instituições para o próprio trabalho intelectual, como universidades e centros de pesquisas.

Nesse problema de pesquisa, o entendimento do trabalho intelectual no Brasil do século XX é mais compreensível, em maior e menor profundidade, com o entendimento concomitante do valor histórico dos intelectuais, a partir de duas ênfases muito recorrentes nas pesquisas a respeito desse objeto, a interpretação a respeito da atuação dos intelectuais como atores políticos no desenvolvimento do Brasil moderno e a pesquisa reflexiva sobre o debate acadêmico do país, ou seja, aquele que compreende os condicionantes do moderno trabalho intelectual brasileiro. Podemos dizer que essas duas ênfases são bastante exploradas, respectivamente nas pesquisas que se dedicaram aos intelectuais pelo viés da crítica, explorada como objeto na pesquisa, e pela sociologia contemporânea da cultura que tem se dedicado a vida intelectual. O que tornou o problema mais complexo foi a percepção da coexistência de projetos ideológicos e de projetos acadêmicos em um mesmo recorte temporal e em um mesmo material, com diferenças nubladas entre ambos. A expectativa inicial da

pesquisa era enxergar alguma forma de conflito ou sobreposição desses projetos, o que não foi averiguado com as revistas. Entre outras coisas, o material se mostrou expressivo tanto do debate político dos intelectuais paulistas quanto do processo de especialização em curso da crítica, principalmente a literária.

Embora as diferenças entre o debate público e o debate acadêmico tenham se caracterizado pelo alcance mais ou menos especializado de um e outro, no caso dos críticos e de intelectuais engajados paulistas esses debates não foram articulados em posições antagônicas; ao contrário, estiveram em continuidade e se apresentaram em uma certa gradação entre essas posições, ora dirigida para o interior da academia, ora dirigida para a vida cultural e política nacional. Esses debates, o público e o acadêmico, participaram conjuntamente do estabelecimento dessas figuras na vida intelectual do país. Portanto, uma das conclusões dessa dissertação, talvez a principal, refere-se à atualização política do papel do intelectual na universidade paulista, realizada pela crítica e em diálogo com a tradição de intelectuais públicos do Brasil. A conclusão também se refere ao passo inverso; por sua vez, a atuação pública dos intelectuais acadêmicos de São Paulo, acentuada na década de 1970, foi responsável pela consagração de uma certa modalidade de crítica na universidade brasileira. É este o modo como justificamos a atuação inseparável de intelectuais engajados e da crítica no registro das revistas.

Tratando-se da pesquisa, ainda há mais um passo a ser avançado. E ele se refere a conclusão sobre a ampla conjuntura política dos cadernos e a explicitação do método que envolve essa conclusão. Sobretudo, este último passo envolve o questionamento do contexto explicitado nos cadernos à luz de uma bibliografia contemporânea, inacessível aos membros das revistas. Quer dizer, na última análise há o confronto entre o contexto diagnosticado pelos intelectuais e o contexto reconstruído pela pesquisa. Isto torna necessária a construção de um problema de natureza analítica, resumido em termos empíricos: Houve uma *identificação negativa*, como explicitou Raymond Williams (2011), dessa vida intelectual, protagonizada pela crítica e por intelectuais engajados majoritários de São Paulo, com um contexto bastante específico do país na década de 1970, ou seja, o contexto de expansão do mercado de bens simbólicos e de emergência do chamado capitalismo avançado do Brasil, o que, nos termos de Renato Ortiz (1987), pode ser descrito como o contexto de estabelecimento da moderna tradição brasileira.

Sobretudo, esse problema de pesquisa permite analisar dois fenômenos necessários para o entendimento destes intelectuais, a forte reação deles a uma conjuntura e a explicitação do modo como a emergência dessa conjuntura específica propiciou a existência e a atuação

deles próprios. Para essa abordagem, que tanto lida com a causalidade histórica de um fenômeno cultural quanto lida com a contradição dessa causalidade, a noção de *identificação negativa* de Raymond Williams sobre escritores e a história social ofereceu uma perspectiva a ser explorada:

(...) a vulnerabilidade e os sofrimentos do escritor, em sua situação social própria, são identificados com os fatos de uma história social que o transcende. Não que ele não consiga ver a realidade dessa história social; pelo contrário, em muitos casos ele é particularmente sensível a ela, enquanto fato presente. Mas a identificação dos sofrimentos pessoais do escritor com os de um grupo social que o transcende termina inevitavelmente por ser negativa. O presente é visto de forma precisa e contundente, mas suas relações verdadeiras com o passado e concepções a respeito do futuro são inacessíveis, porque o desenvolvimento do próprio escritor é o fator determinante: sentimentos acerca do passado e concepções a respeito do futuro nos quais, através de uma verdadeira intersecção, um presente observado é estruturado (Williams, p. 133, [1973] 2011).”

Primeiramente, é importante sinalizar o quanto o trecho faz referência a um elemento inescapável na análise da vida intelectual do ponto de vista de Raymond Williams e utilizado nessa pesquisa: Os termos descritos pelos intelectuais possui uma natureza localizada no processo de construção deles próprios - o passado que eles observam e o futuro que eles almejam são princípios da construção política que eles operam. Para a extração do método de Williams, não há como desconsiderar a análise dos fenômenos sociais ou culturais como análise da relação dos homens entre si como elementos basais da história, não constitutiva apenas de um estado estruturado de coisas, mas de um processo, portanto, de uma realidade dinâmica (Williams, 2005). Em outras palavras, o método é adequado para a aproximação entre fenômenos culturais e políticos que são eminentemente históricos, para não dizer que o método dissocia muito pouco estes elementos na composição de um objeto de pesquisa. Disso deriva a consideração que o uso do método requer uma perspectiva da realidade em que atividades distintas da vida intelectual podem ser analisadas a partir dos princípios organizativos comuns; de outro modo, a descrição dos fenômenos da cultura e dos fenômenos da sociedade é realizada com uma diferenciação tênue entre eles, já que ambos são partes indissociáveis de um mesmo *ethos* estudado. No nosso caso, a respeito da produção cultural propriamente dita que foi selecionada, aquela exposta nas representações, ideias e discursos nas revistas, cabe lembrar o quanto ela possibilitou a descrição de valores efetivos que

mobilizaram os intelectuais e são característicos do sentido de suas ações, bem como também são partes do alcance normativo de suas atividades.

Por isso, trabalhando com a noção de *identificação negativa* desenvolvida pelo autor, não foi proposta nem a reafirmação dos termos dos intelectuais enquanto realidades fidedignas a respeito do mundo, nem tampouco a exclusão de suas perspectivas, mas o encontro desses termos no bojo de um processo de desenvolvimento de si próprios enquanto intelectuais e, em especial, enquanto críticos e intelectuais engajados, espécies de intelectuais que, nesse sentido, encarnaram as características de uma cultura política da década de 1970, exposta exemplarmente em *Argumento e Almanaque*. Logo, independente da intensidade ou da espécie de concordância com esses intelectuais, para o tratamento da facticidade histórica desses intelectuais, ou, de outro modo, da descoberta da sua significância e relevância política e cultural, é necessária a análise de um contexto que não está acessível a eles. Porém, a utilização dessa perspectiva teórica não implica a justaposição do contexto observado segundo o analista sobre aquele que é analisado, mas o reconhecimento da contradição histórica do objeto, isto é, a partir da identificação da sua forma compartilhada socialmente e do contexto a qual ela se refere.

Para resolver o problema da sua dimensão mais prática, tomamos como referência a explicitação do que, na década de 1980, Renato Ortiz chamou sociedade brasileira atual (Ortiz, 1987) emersa na década de 1970. Na análise da história recente do Brasil da perspectiva da cultura, Ortiz delimitou duas ordens sociais na estruturação do país desde a década de 1940; uma prevalecente até a década de 1960 que teve como força-motriz a utopia de modernização do Brasil a partir de um projeto político nacional e popular, outra que emergiu no final da década de 1960 e início da década de 1970 que teve a modernização como pressuposto do diagnóstico do país. Em outras palavras, declinava-se um Brasil instaurado pelo Estado e emergia um Brasil a ser construído pelos movimentos sociais. Para a afirmação da modernização brasileira, Ortiz denota o avanço da indústria cultural como a representação mais forte da inserção do Brasil no capitalismo internacional. O argumento é um desdobramento de uma tese anterior do autor. Depois de ter estudado a emergência do problema da cultura brasileira a partir da questão da identidade nacional (Ortiz, 1985), tão presente na primeira ordem social analisada, Ortiz percebeu em uma nova conjuntura a mudança profunda a qual passou o país a partir da década de 1970. Quer dizer, de fato, existiu a grande mudança no país sentida pelos intelectuais como experiência de crise, dependência cultural e modernização conservadora:

(...) Como ficam essas questões diante de uma moderna sociedade brasileira que se impõe como uma realidade e não mais como um projeto de construção nacional? Pareceu-me que essas indagações poderiam ser encaminhadas se tomássemos como ponto de partida um estudo sobre a emergência da indústria cultural no Brasil. Isto porque a consolidação de um mercado cultural somente se dá entre nós a partir de meados dos anos 60, o que nos permite comparar duas situações, uma relativa as décadas de 40 e 50, outra, referente ao final de 60 e início dos anos 70. Creio que é possível falarmos, neste caso, de duas ordens sociais diferenciadas, e ao contrapô-las, captarmos algumas especificidades da atualidade. A indústria cultural pode, desta forma, ser tomada como um fio condutor para se compreender toda uma problemática cultural (Ortiz, p.8, 1987).

A argumentação de Ortiz que mais nos interessa sobre a emergência de uma nova ordem social e cultural na década de 1970 se refere ao modo específico como o Estado autoritário lidou com a cultura, com a repressão seletiva dos meios culturais e, ao mesmo tempo, com a expansão do mercado de bens simbólicos. Na esfera econômica, o golpe de 1964 não representou rupturas com a matriz que vinha sendo desenvolvida desde o governo de Juscelino Kubitschek; ao contrário, a partir do golpe os militares aprofundaram a chamada “segunda revolução industrial” do Brasil. A questão é como o próprio desenvolvimento do mercado de bens simbólicos na década de 1970, ou seja, a produção de filmes, livros, discos, publicidades e televisão decorrente dos anos seguintes, implicou novos problemas para o regime. Diferente do desenvolvimento de um mercado de bens materiais, a produção cultural, que nunca havia se difundido tanto no país, comumente abarcava um problema ideológico na sua composição; sobretudo, essa produção demarcava aspirações contrárias à legitimação do regime militar. Já a respeito da censura, a orientação do regime militar se deu do ponto de vista repressivo e disciplinador dessa produção, aproximando o regime das massas, selecionando as obras que não contrastavam com a ordem que se estabelecia e proliferando instituições estatais que estimulavam a produção de bens culturais.

Esses elementos denotam a emergência de um terreno fértil para as variadas manifestações culturais e, por consequência, para o trabalho da crítica, ao mesmo tempo em que não permitem qualquer tergiversação a respeito da dificuldade dos intelectuais perante a repressão e a censura, exposta inclusive no destino de *Argumento* e no percurso de *Almanaque*. Em conjunto, esses dois lados do regime ganharam do próprio Ortiz outras explicações pouco tempo depois, a respeito do desenvolvimento das ciências sociais no Brasil (Ortiz, 1990). Nesse novo texto, o autor remete também a expansão da universidade brasileira

durante o regime militar e nomeia o conjunto de instituições atuantes na década de 1970 que foram criadas ou expandidas para a produção de pesquisa: Finep, FAPESP, CNPq e Capes, além do intenso apoio privado da Fundação Ford. Além do mais, como já vimos, após a Reforma Universitária de 1968, a universidade brasileira viu sua pós-graduação ganhar uma política nacional, expandindo os centros de pesquisa. Com mais ou menos interferência das políticas do regime, os novos canais de atuação de vários intelectuais estudados foram os postos abertos no final da década de 1970.

Em suma, apesar dos pesares e da expressiva violência de Estado, na década de 1970, o contexto de expansão nacional da pós-graduação beneficiou os quadros existentes no interior da universidade brasileira. Ainda há muito para ser explorado a respeito da relação contraditória entre as instituições universitárias e o regime militar e essa dissertação é apenas uma pequena contribuição para o entendimento do caso paulista e da resistência pela imprensa. Para a compreensão particular dos críticos, nota-se como a despeito de todas as dificuldades compartilhadas, esse contexto foi bastante favorável às manifestações do ofício na universidade e da sua especialização, se observadas as conjunturas políticas e históricas específicas e com as devidas nuances analíticas; diferente, por exemplo, do que aconteceu com a chamada *Escola Paulista de Sociologia* e com interesses científicos na universidade. Do mesmo modo, torna-se impensável lidar com o êxito político de vários intelectuais acadêmicos sem tornar relevante a experiência de crise da universidade paulista na década de 1970; o fenômeno do engajamento de vários intelectuais é decorrente, de alguma maneira, de uma experiência de crise. Portanto, a noção de *identificação negativa* atende a uma necessidade de compreender o conjunto dessa vida intelectual no registro do tempo e do espaço em que ela se situou, reconhecendo esse tempo e espaço, sem submeter essa vida intelectual a reflexos imediatos com a ordem social e política que se estabelecia no país. Particularmente, a respeito dos críticos, é possível afirmar como, em uma universidade em crise, foram esses intelectuais os mais habilitados na mediação e na conciliação de exigências públicas e acadêmicas coletivas, dado o fato de que nessa mesma universidade eram esses intelectuais que se caracterizavam e legitimavam o ofício misto e fronteiro da academia. Baseado nessa análise de contexto, simplifico o argumento da dissertação relevando a afinidade entre críticos e intelectuais engajados em *Argumento* e *Almanaque*, seja no diálogo entre interesses culturais e interesses políticos, entre a especialização acadêmica e o engajamento público, seja entre a análise da cultura e a análise histórica.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. Epilegômenos dialéticos: sobre o sujeito e o objeto. In: **Palavras e sinais.: Modelos críticos 2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995. p. 179-201.

_____. Notas marginais sobre teoria e práxis. In: **Palavras e sinais: Modelos críticos 2**. Rio de Janeiro: Vozes, 1995b. p. 202-229.

_____. O ensaio como forma. In: **Notas de literatura I**. São Paulo: Editora 34, 2003. p. 15-46.

AGUIAR, Flávio; LEITE, Lígia Chiappini de Moraes. Crítica da 'razão' elitista. **Almanaque: Cadernos de literatura e ensaio**, São Paulo, v. 1, n. 3, 1977.

ALMANAQUE: Cadernos de literatura e ensaio. São Paulo: Brasiliense, v. 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 1976/1982.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. **Tomando partido, formando opinião: cientistas sociais, imprensa e política**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

ARANTES, Paulo Eduardo. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: _____ Paulo Eduardo; ARANTES, Otília Beatriz Fiori. **Sentido da Formação: Três estudos sobre Antonio Candido, Gilda de Mello e Souza e Lucio Costa**. São Paulo: Paz e Terra, 1997. p. 11-66.

ARANTES, Paulo Eduardo. **O ajuste intelectual de Paulo Arantes: Entrevista**. 1996. Disponível em: <<http://teoriaedebate.org.br/index.php?q=materias/cultura/o-ajuste-intelectual>>. Acesso em: 20 jul. 2017.

ARGUMENTO: Revista mensal de cultura. São Paulo: Paz e Terra, v. 1, 2, 3 e 4, 1973/1974.

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. A Sociologia no Brasil: Florestan Fernandes e a escola paulista. In: Miceli, Sérgio (org.). **História das Ciências Sociais no Brasil**. Vol. 2. São Paulo: IDESP/ Sumaré, 1995. pp. 107-232.

_____. **Metrópole e cultura: São Paulo no meio século XX**. Bauru: Edusc, 2001.

_____. Sociologia da Cultura e Sociologia da Comunicação de Massa: esboço de uma problemática. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. (Org.). **Horizontes das Ciências Sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: Editora Barcarolla Ltda/ ANPOCS, 2010. pp. 253-277.

BASTOS, Elide Rugai; BOTELHO, André. Pensamento social brasileiro. In: MARTINS, Carlos Benedito; MARTINS, Heloísa Helena T. de Souza. (orgs.). **Horizontes das ciências sociais no Brasil: Sociologia**. São Paulo: Editora Barcarolla Ltda / ANPOCS, 2010, p. 475-496.

BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos. **Sociologia no espelho: Ensaístas, cientistas sociais e críticos literários**. São Paulo: Editora 34, 2014.

BLANCO, Alejandro; JACKSON, Luiz Carlos; PINHEIRO, Fernando. Apresentação: Caminhos da crítica. **Tempo Social: revista de sociologia da USP**, São Paulo, v. 2, n. 23, p.9-11, ago. 2011.

BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Pensamento social brasileiro, um campo vasto ganhando forma. **Lua Nova**, São Paulo, v. 82, n. 1, p.11-16, abr. 2011.

CANDIDO, Antonio. A faculdade no centenário da abolição. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: CEBRAP, 1992, p. 21-30.

_____. A passagem do dois ao três: Contribuição para o estudo das mediações na análise literária. **Revista de História**, São Paulo, v. 100, p.787-800, 1974.

_____. Antonio Candido fala sobre a criação do IEL. **Youtube**, RTV Unicamp, 2006.
Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=o9uxb9ZqMy4>> Acesso em: 01 jan. 2018.

_____. Dialética da malandragem (caracterização das Memórias de um sargento de milícias).
In: **Revista do Instituto de estudos brasileiros**, São Paulo, USP, v.8, p. 67-89, 1970.

_____. **Formação da literatura brasileira: Momentos decisivos**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

_____. **Literatura e sociedade**. Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul, 2014.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. In: **A educação pela noite & outros ensaios**. São Paulo: Ática, 1989. p. 140-162.

_____. Prefácio: O significado de Raízes do Brasil. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 9-22.

_____. Post- Scriptum. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 23-24.

CARDOSO, Fernando Henrique. Um ex-aluno. In: **Pensadores que inventaram o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013. p. 151-156.

CARDOSO, Irene. **A universidade e a comunhão paulista: O projeto de criação da Universidade de São Paulo**. Petrópolis: Cortez, 1982.

CARDOSO, Tom. **Fernando Gasparian: O homem que disse não ao não**. (2006). Disponível em:
http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=500§ion=200>. Acesso em: 14 jul. 2017.

CARLOTTO, Maria Caraméz. **Universitas semper reformanda?:** a história da Universidade de São Paulo e o discurso da gestão à luz da estrutura social. Tese (Doutorado)- Programa de Pós- Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

CARVALHO, Maria Alice Rezende de. Temas para a organização dos intelectuais no Brasil. **RBCS**, São Paulo, v. 22, n. 65, p.17-31, out. 2007.

CASTILHO, Ataliba Teixeira de. Carlos Franchi (1932-2001). **Revista do Gel**, Campinas, v. especial, n. 1, p.77-81, jan. 2002.

CITELLI, Adilson. Um poeta pelas margens. **Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 2, n. 19, p.129-134, jul. 2014.

CLEVELARES, Gustavo Augusto de Abreu. Para uma análise intrínseca das letras: o New Criticism. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação**, São Paulo, v. 5, n. 3, p.1-11, mar. 2012.

COTA, Débora. **Contra fato, há Argumento:** leitura de uma revista cultural de resistência. Dissertação (Mestrado) - Curso de Letras, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

COUTO, Cristiano Pinheiro de Paula. **Intelectuais e exílios:** Confronto de resistências em revistas culturais (1978- 1984). Tese (Doutorado) - Curso de História, Instituição de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

DANTAS, Vinícius. **Bibliografia de Antonio Candido.** São Paulo: Editora 34, 2002.

FERNANDES, Florestan. **A sociologia no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 1980.

FISHER, Luís Augusto. Formação hoje: Uma hipótese analítica, alguns pontos cegos e seu vigor. **Literatura e Sociedade: Departamento de Teoria Literária e Literatura Comparada da USP**, São Paulo, v. 11, n. 1, p.164-184, ago. 2009.

GARCIA, Sylvia Gemignani. **Destino Ímpar:** Sobre a Formação de Florestan Fernandes. São Paulo: Editora 34, 2002.

GIANOTTI, José Arthur. **Entrevista.** Trans/ Form/ Ação, Marília, v. 34, n. 1, p.25-36, jan. 2011.

JACKSON, Luiz Carlos. **A tradição esquecida:** Os Parceiros do Rio Bonito e a sociologia de Antonio Candido. Belo Horizonte: UFMG/ FAPESP, 2002.

KINZO, Maria D' Alva G. **A democratização brasileira:** Um balanço do processo político desde a transição. São Paulo Perspec., São Paulo, v.15, n.4, 2001.

LAFETÁ, João Luiz. **1930:** A crítica e o modernismo. São Paulo: Editora 34, 2000.

LAHUERTA, Milton. **Intelectuais e resistência:** vida acadêmica, marxismo e política no Brasil. Cadernos AEL, Campinas, v. 8, n. 14/15, p.53-95, 2001.

LEMONS, Andréa. **A editora Brasiliense e a oposição à ditadura civil-militar brasileira.** Revista Crítica Histórica, Maceió, v. 5, n. 10, p.1-16, dez. 2014.

LEPENIES, Wolf. **As três culturas.** São Paulo: Edusp, 1996.

LOUZADA, Oswaldo. **Trajetória singular.** Entrevista: Fernando Vidal Filho. 2015. Disponível em: <<http://novosestudos.uol.com.br/trajetoria-singular-entrevista-com-oswaldo-louzada/>>. Acesso em: 14 jul. 2017.

MAIA, João Marcelo Ehlert. Ideias, Intelectuais, Textos e Contextos: Novamente a Sociologia da Cultura... **RBCS**, São Paulo, v. 2, n. 62, 53-72, 2006.

MARTINS, Carlos Benedito. **A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior no Brasil.** Educ. Soc., Campinas, v. 30, n. 106, p. 15-35, jan./abr. 2009.

MARTINS, José de Souza. Entrevista com José de Souza Martins [2012]. Entrevistadores: Isabel Furlan Jorge e Romulo Lelis. **Primeiros Estudos**, São Paulo, v. 3, n. 1, p.197-234, jul. 2012.

MICELI, Sérgio. Intelectuais brasileiros: Intelectuais brasileiros. In: _____. **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo/ Brasília: Editora Sumaré/ Anpocs, 1999. p. 109-147.

MICELI, Sérgio. Mário de Andrade: Ensaio de história social e intelectual do modernismo latino-americano. In: **Vanguardas em retrocesso: Ensaio de história social e intelectual do modernismo latino-americano**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012. p. 106-122.

MOURA, Flávio de Rosa. **Diálogo crítico: disputas no campo literário em São Paulo (1984-2004)**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós- Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933- 1974): Pontos de partida para uma revisão histórica**. São Paulo: Editora 34, 2008.

NADER, Helena. 50 anos do golpe militar. A SBPC na luta pela democratização do país. **Cienc. Cult.** São Paulo, v.66, n.2, jun. 2014.

NITRINI, Sandra M. Teoria Literária e Literatura Comparada. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 22, 8. USP. 1994.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Interpretações sobre o Brasil. In: MICELI, Sérgio (Comp.). **O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)**. São Paulo/ Brasília: Editora Sumaré/ Anpocs, 1999. p. 147-181.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. **A moderna tradição brasileira.** São Paulo: Brasiliense, 1987.

_____. **Notas sobre as ciências sociais no Brasil.** Novos Estudos CEBRAP, São Paulo, v. 27, n. 2, jul. 1990.

PEIXOTO, Fernanda A. **Diálogos Brasileiros: Uma análise da obra de Roger Bastide.** São Paulo: EDUSP. 2000.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira. **A universidade da modernidade nos tempos atuais.** Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior, Campinas, Sorocaba, v.14, n.1, p. 29-52, mar. 2009.

PONTES, Heloísa. **Círculos de intelectuais e experiência social.** São Paulo: RBCS, vol. 34, v.12, p. 57-69, jan 1997.

_____. **Destinos Mistos: Os críticos do grupo Clima em São Paulo (1940-1968).** São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RAMASSOTE, Rodrigo Martins. **A formação dos desconfiados: Antonio Candido e a crítica literária acadêmica (1961-1978).** 2006. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

_____. **A vida social das formas: Crítica literária e ciências sociais no pensamento de Antonio Candido.** 2013. 291 f. Tese (Doutorado) - Curso de Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

RIDENTI, Marcelo. **Artistas e Intelectuais no Brasil pós-1960.** Tempo Social: revista de sociologia da USP, São Paulo, v. 17, n.1, p. 81-110, jun. 2005.

_____. **Em busca do povo brasileiro.** São Paulo: Unesp, 2014.

ROCHA, João Cezar de Castro. Considerações sobre a crítica literária. **Revista Celeuma,** São Paulo, v. 4, p.24-43, Mai 2014.

SARLO, Beatriz. Intelectuales y revistas: razones de una práctica. **América – Cahiers du CRICCAL**, Paris, v.9, n.1, p. 9-10. 1992.

_____. **Tempo Passado**: Cultura da memória e guinada subjetiva. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**: Forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. Cultura e política, 1964-1969. In: **O pai de família e outros estudos**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

_____. **Martinha versus Lucrecia**: Ensaios e entrevistas. São Paulo: Companhia das Letras. 2012.

_____. **Roberto Schwarz**: um crítico na periferia do capitalismo, [2004]. Mariluce Moura e Luiz Henrique Lopes dos Santes. Disponível em:
<<http://revistapesquisa.fapesp.br/2004/04/01/um-critico-na-periferia-do-capitalismo/>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SINGER, Paul Israel. Entrevista. In: MANTEGA, Guido; REGO, José Márcio. **Conversas com Sociólogos Brasileiros II**. São Paulo: Editora 34, 1999. p. 55-90.

SORJ, Bernardo. **A construção intelectual do Brasil contemporâneo**: Da resistência à ditadura ao governo FHC. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001

SOUZA, Gilda de Mello e. **A estética rica e a estética pobre dos professores franceses**. Revista Discurso, São Paulo, n.9, p. 9-30, nov. 1978.

TELLES, Renata Praça de Souza. **Glória póstuma**: Almanaque objeto de estudo. 1999. 201 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós- Graduação em Literatura, Centro de Comunicação e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999.

VIEIRA, Beatriz de Moraes. SEM ARGUMENTO: um projeto intelectual quase esquecido. **História (São Paulo)**, São Paulo, v. 35, p.1-21, 2016.

WAIZBORT, Leopoldo. **A passagem do três ao um: Crítica literária, sociologia, filologia**. São Paulo: CosacNaify, 2007.

WILLIAMS, Raymond. **A fração Bloomsbury**. Plural, revista de ciências sociais. São Paulo, v.6, p. 139-168, jan. 1999.

_____. Base e superestrutura na teoria cultural marxista. **revistausp**, São Paulo, v. 65, n. 1, p.210-224, 2005.

_____. **O campo e a cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.